

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

GEILSON DE SENA MARINS

A DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO:
O estudo de caso da privatização da CERJ e seus impactos sociais (1992 – 2002)

Niterói

2019

Geilson de Sena Marins

A DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO:

O estudo de caso da privatização da CERJ e seus impactos sociais (1992 – 2002)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Doutor Cezar Honorato

Niterói

2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M337d Marins, Geilson de Sena,
A Desnacionalização do Setor Elétrico Brasileiro: : O
Estudo de caso da privatização da CERJ e seus impactos
sociais. (1992-2002) / Geilson de Sena, Marins ; Prof. Dr.
César Honorato, orientador. Niterói, 2019.
135 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.02637183799>

1. CERJ. 2. Setor elétrico brasileiro. 3. Neoliberalismo -
privatizações. 4. História do Brasil - anos 90. 5.
Produção intelectual. I. Honorato, Prof. Dr. César,
orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
História. III. Título.

CDD -

Banca examinadora

Prof. Doutor Cezar Honorato- UFF(Orientador)

Prof. Doutor João Braga Arêas – Colégio PedroII (Arguidor)

Prof. Doutor Alcidésio de Oliveira Junior – UERJ (Arguidor)

| | |
|---|---------------|
| Sumário..... | Pg.05 |
| Agradecimentos..... | Pg.06 |
| Resumo..... | Pg.07 |
| Abstract..... | Pg.08 |
| Introdução..... | Pg.09 |
| Capítulo1:O Neoliberalismo e as privatizações como políticas públicas no Brasil..... | Pg.25 |
| 1.1: O governo Fernando Collor de Melo..... | Pg.25 |
| 1.2: O governo Fernando Henrique Cardoso..... | Pg.34 |
| 1.3: As privatizações e o setor elétrico..... | Pg.39 |
| Capítulo2:O processo de privatização da CERJ..... | Pg.44 |
| 2.1: A aprovação do PED do Estado do Rio de Janeiro..... | Pg.44 |
| 2.1.1: O Programa Estadual de Desestatização do Estado do Rio de Janeiro..... | Pg.52 |
| 2.1.2:Os resultados do PED..... | Pg.59 |
| 2.2: O processo de privatização da CERJ..... | Pg.62 |
| 2.2.1: A contratação da consultoria..... | Pg.63 |
| 2.2.2: A modelagem da privatização da CERJ..... | Pg.69 |
| 2.2.3: O debate sobre o preço mínimo do leilão da CERJ..... | Pg.76 |
| Capítulo 3: Os impactos econômicos e sociais da privatização da CERJ entre os anos de 1996 a 2002..... | Pg..84 |
| 3.1: O planejamento econômico do Estado do Rio de Janeiro e a privatização..... | Pg.85 |
| 3.2: A CERJ e a sua área de concessão..... | Pg.95 |
| 3.3: O mercado consumidor da CERJ..... | Pg.103 |
| 3.4.: Aspectos mercadológicos..... | Pg.106 |
| 3.4.1: Crescimento populacional..... | Pg.106 |
| 3.4.2:Incorporação ao mercado consumidor de segmentos excluídos..... | Pg.110 |
| 3.4.3: Crescimento econômico..... | Pg.114 |
| 3.5: Investimentos depois da privatização da CERJ..... | Pg.117 |
| 3.6: Perdas depois da privatização da CERJ..... | Pg.121 |
| 3.7: O lucro depois da privatização da CERJ..... | Pg.123 |
| Considerações finais..... | Pg.127 |
| Referências bibliográficas..... | Pg.129 |

Agradecimentos

Agradeço as amigas que me incentivaram para iniciar esse trabalho, Aline Aguiar com as sugestões acadêmicas. Marcia Mascarenhas na preparação do projeto de pesquisa. Vanessa Moura durante os problemas na pesquisa.

Agradeço ao amigo Cid do Carmo Júnior, incentivador do tema da pesquisa, filho de um trabalhador da CERJ. Na adolescência íamos a subestação de Itambi visitar seu pai no trabalho, Cid do Carmo, onde me interessei pelo tema da eletricidade ouvindo as explicações sobre aquele monstro que era os subestação de Itambi.

Agradeço aos amigos, Luiz Carlos Rocha, a Marcelo Goulart, Milan Areias de Sena Marins, Otávio Aguiar de Sena Marins, Alberto de Sena Marins, Patrícia de Sena Marins, por ajudarem na despedida de uma mulher forte e amada, durante o trabalho.

Agradeço aos funcionários do Arquivo da ALERJ pela dedicação e atenção. Para todos muito obrigado, pelas contribuições em todos os dias de visita ao arquivo.

Agradeço aos funcionários da Programa de Pós-graduação em História pela atenção e dedicação a todos os estudantes e pesquisadores da Universidade Federal Fluminenses, nesse momento difícil que passará!

Agradeço aos Professores Honorato e Alexandre Carneiro com suas contribuições para a superação das minhas limitações e para as descobertas das potencialidades do estudante que continuo sendo. Obrigado Professores!

Agradeço a banca pela leitura atenta e as críticas que só contribuíram para o trabalho com o aumento do rigor científico. Professor Honorato, como orientador desde os primeiros passos na pesquisa. Professor Lourenço da UERJ em um momento importante de decisões. Professor Alcidésio de Oliveira Junior, ou Júnior colega da graduação, um grande reencontro com sua solidariedade e crítica. Professor João Arêas, que contribui primeiro com seu trabalho de doutorado, que li como uma referência de excelência para tentar ser alcançada, e depois com suas sugestões resultadas da leitura durante a construção do meu trabalho.

Enfim agradeço a todos que contribuíram da mais diversas maneiras para esse trabalho se materializar nessas páginas, e assumo todos os problemas não resolvidos que o leitor encontre. Mas mesmo assim desejo que ele seja uma contribuição para classe trabalhadora!

Resumo

Esta dissertação se propõe a estudar o processo de privatização da Companhia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro – CERJ, compreendendo-o como parte do avanço geral do projeto neoliberal no Brasil. Para tanto, focaliza sua análise na compreensão do que foi o fenômeno do liberalismo e as formas concretas que este assumiu nacionalmente. Somado a isso a pesquisa se dedica as transformações as quais a CERJ foi submetida na sua transição de empresa pública à empresa privada, e as especificidades que a caracteriza em cada um desses momentos.

Abstract

This paper intends to study about the privatization process of Companhia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro – CERJ, understanding it as part of the general advancement of the neoliberal Project in Brasil. For that, it focuses its analysis on the understanding of the neoliberalism phenomena and the concret form it assumed nationally. In addition, the research deals with the transformation which CERJ was submitted in the process of transition from public company to a private company and the specificities that characterize it at each of those points in time.

Introdução

Durante a década de 1990 se afirmaram no Brasil as políticas econômicas neoliberais como concepção de política econômica dominante. Essa dominação do neoliberalismo nas políticas públicas teve as seguintes ações: o desmonte das políticas públicas sociais; privatização dos serviços públicos como energia, telefonia e transporte e outros e a diminuição da carga tributária sobre o capital e o lucro. (HONORATO,2012, págs. 149-158).

Essas políticas econômicas neoliberais como políticas públicas foram possíveis com a ampliação da ingerência de organismos internacionais, do capitalismo central nas economias industrializadas da América latina, que além do Brasil tinham a Argentina e o México, dentro das especificidades históricas de cada um desses países. O Brasil tinha a sua economia industrial desde o governo de Juscelino Kubitschek com uma forte tendência ao domínio do capital multinacional, aumentando a tendência a desnacionalização da economia. Por volta de 1960 os interesses multinacionais e associados haviam se tornado a força socioeconômica dominante no Brasil. (DREIFUSS, 1981, págs. 71-82). Nos anos de desenvolvimento industrial, anteriores a 1968, as prioridades da economia eram ditadas pelo mercado interno. O domínio do capital monopolista internacional executado pelo Golpe Civil Militar de 1964 o mercado externo dita as prioridades da industrial na economia brasileira. Singer no artigo *A Economia Brasileira Depois de 1964* afirma que em 1971 a taxa de lucro do capital americano investido no Brasil foi de 14,3 % e na Venezuela 13,4% que era a segunda mais vantajosa. Em 1972, temos no Brasil 18,1 % contra os 14,5 % na Venezuela. (SINGER, 1982, p. 84).

Considerando as fontes energéticas necessárias para a industrialização, temos uma história do setor elétrico brasileiro que pode ser dividido em três fases. A primeira fase privada do início do século XX; a segunda fase que foi a fase Estatal a partir do Estado Novo e a terceira fase que foram as privatizações da década de 1990. (TOLMASQUIM,2011, p. 4)

A fase inicial foi a privada, no início do século XX, em que a tecnologia da eletricidade começa a ser utilizada no Brasil. As empresas privadas estrangeiras assinavam contratos com os municípios, essa fase se caracteriza pela ausência de legislação específica. No município do Rio de Janeiro a Light de capital canadense, Amforp Norte Americana e a CBEE dos Guinle disputavam o mercado carioca.

Hansen em nota de pé de página da apresentação de sua tese, cita estudos sobre a importância da energia elétrica para alguns países como Estados Unidos, Alemanha e França que permitiu a queda do monopólio industrial inglês. (HANSEN, 2012, p.14)

Na fase estatal, com o código de águas de 1934, a União passou a outorgar todas as fases da indústria de energia elétrica que são a geração, transmissão e distribuição. A União assume a construção de grandes usinas e a transmissão e os Estados ficam com a distribuição. Esta é a fase da fundação das empresas estaduais de distribuição. Em 1952 foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e em 1954 é criado o Fundo Federal de Eletrificação - FFE, o Imposto Único de Energia Elétrica - IUEE que passam a serem administrados pelo BNDES, um marco histórico para financiar a expansão da década de 1950.

O modelo estatal aumentou a oferta de energia elétrica a taxas de 9% no período de 1955-1960, e a 8% no período 1960-1964. No modelo estatal, portanto a base financeira para expansão do sistema elétrico com o imposto único, o empréstimo compulsório e receita foi garantida. Em 1962 foi criada a ELETROBRÁS, que centralizou o planejamento, o financiamento e a expansão da oferta. Em 1964 o empréstimo compulsório consolidou o domínio do Estado na expansão da oferta do setor elétrico.

A economia brasileira sofre um ajuste em 1973, para adaptação ao novo contexto energético mundial do preço do petróleo. O II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND tenta manter explicitamente o nível de crescimento dos anos anteriores apoiados nas empresas estatais. O planejamento do setor elétrico foi impactado, pelo aumento com a substituição nas indústrias que usavam as fontes energéticas do petróleo por energia elétrica, que era uma fonte energética nacional e preços subsidiados.

Os financiamentos obtidos no mercado internacional também se apoiavam nas empresas estatais. O II PND estava distanciado da realidade econômica internacional, diante da insuficiência de créditos domésticos, principalmente a longo prazo, os necessários para os investimentos em infraestrutura energética, decidiu pelo imediato endividamento na conjuntura abundante de crédito internacional.

Em 1980, os banqueiros internacionais interrompem a renovação de débitos brasileiros. Em 1981 houve a recessão econômica, e em 1982 a paralisia completa dos empréstimos externos e a redução nominal dos salários. Na década de 80, ao contrário das décadas anteriores, há uma redução da capacidade do Estado para mobilizar recursos para investimentos.

Nos anos 70, o setor elétrico consolidou um arranjo institucional, que entraria em crise na década de 80 e seria desmontado na década de 1990 durante o processo das privatizações. Os principais setores para o fornecimento de energia elétrica estão nas etapas de geração ou

produção da energia elétrica na usina elétrica, térmica ou nuclear; transmissão da energia elétrica das usinas até as subestações das empresas distribuidoras; e a distribuição para as residências e indústrias. A ELETROBRÁS, o DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, e as empresas estaduais como a Cerj, Light (federal), Cesp, Cemig, Escelsa, eram as partes principais ou mais destacados nessa cadeia produtiva em contato direto com a população.

Para nossa pesquisa é fundamental destacar os outros grupos que exerciam pressão sobre as decisões do setor elétrico brasileiro. Temos as empresas que prestavam serviços como as empreiteiras, os fabricantes de equipamentos elétricos e as firmas de consultorias. As grandes indústrias consumidoras de eletricidade, o grupo tarifário mais organizado do mercado de energia elétrica e os bancos nacionais e internacionais. (MEDEIROS, 1993, págs. 79-89)

A nossa redemocratização foi uma redemocratização sobre controle de setores tradicionais os mesmos que se beneficiaram no período da ditadura civil militar. (HONORATO, 2012, p.151). Nessa fase começa a se desenhar a terceira fase do setor elétrico brasileiro como a reestruturação do Estado no neoliberalismo.

Na terceira fase da década de 1990, é criado com a Lei nº 8.031/1990 o Plano Nacional de Desestatização – PND. O PND preparou as bases para as empresas de energia elétrica, setor que estava fragilizado por sua crise financeira. Em 1996, a Lei nº 9.427/96 institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia sob regime especial vinculado ao Ministério das Minas e Energia, com finalidade de regular e fiscalizar a produção, a distribuição e comercialização de energia elétrica de acordo com as políticas neoliberais das agências reguladoras. Outro programa desestatizante foram os das empresas estaduais, impulsionado pelo Programa de Estímulo das Privatizações Estaduais - PEPE. As Assembleias Legislativas Estaduais, após aprovarem seus planos de privatizações, tinham recursos antecipados pelo BNDES por conta dos futuros leilões de suas estatais. Com esses programas, distribuidoras de energia elétricas foram privatizadas, entre elas a Escelsa, RGE, AE Sul, CPFL, Enersul, Cemat, Metropolitana, Elektro, Bandeirantes, Coelba, Energipe, Cosern, Coelce, Celpa, Celpe, Light e a Cerj no Rio de Janeiro (TOLMASQUIM, 2011, Págs. 8-9).

A Companhia do Eletricidade do Estado do Rio do Janeiro - CERJ foi fundada em 17 de abril de 1980. Os acionistas da Companhia Brasileira de Energia Elétrica – CBEE decidiram mudar a razão social da empresa CBEE para a CERJ que não significou nenhuma mudança nos procedimentos administrativos, organizacionais e operacionais. (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1993, p.299).

Toda a área de concessão da CERJ foi atendida por algumas companhias de eletricidade nas duas fases do setor elétrico brasileiro. A primeira a fase privada do início do século XX a até a fase estatal que é marcada com a com a fundação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, em junho de 1962. A Eletrobrás tinha a função do planejamento do setor de elétrico brasileiro e foi uma fase de forte estatização do setor Elétrico brasileiro.

As características da primeira fase do setor elétrico brasileiro, era a fragmentação, com empresas de capital estrangeiro que ofereciam a prestação de serviços de geração e distribuição para as prefeituras. Acompanhada dessa fragmentação do serviço havia uma desregulamentação do setor elétrico até ano de 1934 quando é promulgado o código de águas, resultado das políticas econômicas do Estado Novo- 1930-1945, decreto 26.234 de 10 de julho de 1934. O Códigos de Águas permaneceu como regulamentação do setor de água e energia elétrica até a década de 1990, quando começa a terceira fase do setor elétrico brasileiro com as políticas públicas do neoliberalismo de desestatização do setor elétrico. (TOLMASQUIM,2011).

No setor elétrico fluminense a participação do governo começa na década de 1930 com a sua participação nas obras da Usina de Macabu e em 1954 funda a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S.A- EFE. Em 1963, o governo estadual fundo as Centrais Elétricas Fluminenses S.A. – CELF, que reúne a EFE e mais três concessionárias privadas que distribuía no centro e no norte do Estado do Rio de Janeiro: Centro Fluminense de Eletricidade S.A.; S.A. Força e Luz Ibero-Americana e a Companhia Norte Fluminense de Eletricidade. Em 1967 a CELF encampa suas subsidiárias e passa a responder pela distribuição nessas aéreas das empresas privadas.

A Companhia Brasileira de Energia Elétrica - CBEE foi fundada em 1914, na fase privada do setor elétrico brasileiro, pelos Guinle e depois comprada pela AMFORP empresa norte americana. (HANSEN,2012). Sua área de concessão era Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, os municípios em torno dessa região metropolitana e o município de Petrópolis na região serrana do Estado.

São duas fases da CBEE a partir de 1963. Em 22 de abril de 1963, as autoridades brasileiras estabeleceram a negociações para compra das companhias da sua proprietária na época o grupo norte americano da American and Foreigner Power Company – Amforp. No mês seguinte, no entanto o presidente João Goulart suspendeu as negociações, para avaliar os termos.

Depois do golpe civil militar de 1 de abril de 1964, em 12 de novembro de 1964 foi firmado em Washington, nos termos contidos na Lei nº 4.428 a compra das empresas da Amforp no Brasil, que incluía a CBEE, pelo governo brasileiro. (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1993, p.230).

A segunda fase é a partir do ano de 1975 com a fusão do Estado do Rio de Janeiro com Estado da Guanabara, tendo início um processo de centralização da CELF e da CBEE.

No de 1975 aumentam as medidas de integração da CELF e CBEE sendo designado um único presidente para as duas Companhias. Em 1977 foi assinado a venda da CBEE pela Eletrobrás para o governo Fluminense e dos bens da CELF para a CBEE que se tornou responsável pela distribuição de energia elétrica na área de concessão da CELF. Em julho de 1977 a CBEE foi estadualizada, deixando de ser controlada pela Eletrobrás. (ibid. p.234) A CELF entra em liquidação em fevereiro de 1979, a características da CELF era ser somente desde de 1977, responsável pelos serviços de eletrificação rural. A CBEE assume os serviços de eletrificação rural da liquidada CELF, a partir de 1979.

Com esse pequeno histórico chegamos ao ano de 1980 com a fundação da CERJ sendo resultado de um lento processo de integração que envolveu cinco empresas da área de concessão dentro do Estado do Rio de Janeiro, criando uma única CERJ que dividiria a distribuição de energia elétrica no Estado com a Light e a pequena Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo.

No momento de criação da CERJ o setor de energia elétrica atravessava dificuldades econômicas financeiras. O setor elétrico não conseguia gerar recursos para sua expansão. O financiamento da CERJ era do Imposto Único sobre Energia Elétrica – IUEE, que os consumidores do Estado do Rio de Janeiro da CERJ e da Light pagavam. O imposto visava capitalizar as empresas públicas de eletricidade e a cota destinada ao governo do Estado do Rio de Janeiro era integralmente repassada para CERJ.

Consideramos que a característica da CERJ foi ter sido fundada com a função social de democratizar a distribuição da eletricidade com inclusão dos setores excluídos do Estado do Rio de Janeiro. Com a sua fundação em 1980, a CERJ tinha 614.353 consumidores no final da década de 1980 tinha 1.037.680 foi um aumento de 68,90% de consumidores em dez anos. (ibid. p. 272) A classe residencial entre 1980 e 1986 registrou um aumento de 90%. No ano de 1980 a venda de energia elétrica da CERJ era de 2.787.118 Mwh em 1990 era de 4.740.220 Mwh, um crescimento de 70,07%. Nesse período o peso percentual das classes residenciais e

industrial foi o mesmo nos dois grupos que somados consumiam 70% da energia elétrica vendida pela CERJ, ou seja, houve uma expansão equilibrada sem favorecimento de nenhum grupo em detrimento do outro. Esse aspecto é fundamental na função social da empresa pública que não estará investindo sempre como a empresa privada nos grupos de maior retorno econômico.

As políticas públicas foram importantes no Governo Brizola, que começou no ano de 1983. A CERJ foi subordinada à Secretaria de Obras Públicas quando criada em 1980, mas em 1983 passa a ser subordinada à Secretaria de Minas e Energias com a criação dessa pasta no governo Leonel Brizola. A Cerj passa a priorizar à ampliação dos serviços prestado aos consumidores da população urbana mais pobre e a eletrificação rural. Em outubro de 1983 é inaugurado o programa de eletrificação “Uma Luz na Escuridão”, em três meses foram 825 consumidores foram atendidos pelo programa “Uma Luz na Escuridão”. (ibid., p. 265):

(..)por meio de financiamento de instalações elétricas externas e internas, destinadas a atender as famílias de baixa renda, cuja ligação dependesse de extensão da rede de distribuição, ou a comunidades carentes, de alta concentração populacional, para as quais o custo das extensões de rede poderia ser coberto pela rentabilidade das ligações.

Em 1984 programa “Uma Luz na Escuridão” atendeu a mais de 20.557 consumidores residenciais urbanos de baixa renda. (ibid. p. 266). No total entre os anos de 1983 e 1986 forma mais de 90.322 ligações que garantiu o direito do acesso à energia elétrica a cerca de 450.000 pessoas.

No programa “Comunidade Rural” iniciado em 1983, foi para a retomada do crescimento do serviço de eletrificação rural. Foi possível tecnicamente pela implantação do Sistema Monofásico Retorno por Terra- MTR, visando permitir a redução dos custos no atendimento de pequenos produtores rurais e administrativamente se reformulou o Departamento de Eletrificação Rural da CERJ. As atividades do Departamento de Eletrificação Rural foram distribuídas em:

- Projetos e construção de redes.
- Cadastramento e desenvolvimento das propriedades rurais.
- Estudos econômico-financeiros.

° Planejamento Rural.

No ano 1983 foram atendidos pelo programa 523 propriedades rurais. Foram construídas 220 km de redes, implantados 2.874 postes e instalados 335 transformadores.

Os municípios mais atendidos pelo programa “Comunidade Rural” nesse ano foram Bom Jardim, Cantagalo e Natividade. (ibid., p. 266).

Em julho de 1985 o programa muda de nome para “CERJ-Rural” e são efetuadas nesse ano 2.182 ligações. No total em 1983 e 1986 6.959 propriedades rurais tiveram acesso à energia elétrica sendo construídos 2.415 Km de redes, com 39.703 KVA instalados.

No início do governo Moreira Franco, no ano de 1987, foi extinta a Secretária de Minas e Energia e a CERJ passou a ser subordinada a Secretaria de Indústria e Comércio e os programas “Luz na Escuridão” e “Cerj-Rural” foram desativados. No entanto ainda se manteve no ano de 1987 o crescimento das ligações do grupo de consumidores rurais com 20% de crescimento, sendo o que mais cresceu de todos os grupos de consumidores.

No ano de 1988, com a entrada em vigor da Constituição em 5 de outubro, o Imposto Único sobre Energia Elétrica é extinto em março de 1989 e a CERJ perdeu cerca de 65% dos seus recursos para financiamento dos seus programas de expansão. (ibid. p.271).

No Estado do Rio de Janeiro, com o Programa Estadual de Desestatização - PED, Lei n. 2.470/95, em 28 de novembro de 1995, sete empresas foram privatizadas durante os anos seguintes do governo de Marcello Alencar do PSDB, a CERJ foi primeira depois da aprovação do PED. As empresas foram: Companhia Elétrica do Rio de Janeiro – CERJ, em novembro de 1996; Banco do Estado do Rio de Janeiro –BANERJ, em junho de 1997; Companhia Estadual de Gás – CEG, em julho de 1997; Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - METRÔ RIO, em dezembro de 1997; Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro – CONERJ, em fevereiro de 1998; Terminal Menezes Cortes com o edifício garagem, em novembro de 1998; e a Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS.

Na década de 1990 o setor elétrico do Estado do Rio de Janeiro era atendido pela CERJ e a Light que eram as duas maiores distribuidoras do Estado. As duas empresas conseguiram uma integração operacional para atender seus consumidores. As características de mercado da CERJ e Light eram distintas. A Light cobria a região mais industrializada do Rio de Janeiro, o que cria uma diferença de subgrupos tarifários, que é a participação entre os grupos de indústrias, comércios e residências e outros para as duas empresas. Por exemplo, o grupo

industrial da Light era 36% e da CERJ 27% (ROSA, 1996, p.15). Porém, a CERJ fornecia para indústrias importantes, como PETROBRÁS, DIMAC e REDUC, Mauá-Cantagalo, Petroflex e Votorantim. A CERJ, por abranger uma extensão maior do estado, tinha áreas de atuação distintas, tais como áreas de grande densidade demográfica, atividade econômica e consumo *per capita* (Região Metropolitana de Niterói); regiões com características sazonais (Regiões dos Lagos e Litoral Sul) e o Norte Fluminense, na época com baixa densidade populacional e renda *per capita*.

A CERJ tem suas ações leiloadas em novembro de 1996 por um valor de 605 milhões de reais, o consórcio vencedor era formado por grupos estrangeiros. Em artigo do ano de 2002, Honorato, discutindo os investimentos internacionais na América Latina e as privatizações do setor elétrico no Brasil, expõe a composição acionária da CERJ logo após ser privatizada em 1997: Chilectra com 42% ; EDP - Eletricidade de Portugal com 21%; Endesa Desarrollo S.A. com 7,03%; Fração não vendida 29.74% (HONORATO, 2002, p. 409). Nesse mesmo artigo, estudando as estratégias de penetração das empresas espanholas na América Latina, afirma que as empresas espanholas de 1994 a começos de 2000 ocuparam o segundo lugar em investimentos nas privatizações brasileiras com 14.2% das espanholas e 21% das norte-americanas. Em 2014, Brandão, que estuda a internacionalização do sistema bancário brasileiro, demonstra a composição acionária da CERJ no ano de 2012, em nota de pé de página: grupo Endesa Desarrollo S.A. com 91,9% das ações; Eletricidade de Portugal – EDP com 7,7% das ações; minoritários com 0,4% das ações (BRANDÃO,2013,p.292), o que demonstra o êxito das estratégias das empresas espanholas caminhando para um monopólio do setor elétrico na América Latina e no Brasil, como estuda Honorato.

Rosa e Tolmasquim, que em 1996 pelo Centro de Estudo e Energia – ENERGE, criticam o processo de desmonte da regulação do Estado no setor elétrico construído ao longo das décadas do século XX, criando uma desregulação para o setor e conseqüentemente de sua desintegração nacional em um país com as dimensões do Brasil. Segundo eles, a escolha era de um modelo de privatização que favorecia a concentração das ações de um serviço público essencial para a economia ao invés do que aconteceu em alguns processos de privatizações do setor elétrico no mundo, a fragmentação das ações para democratizar a participação da sociedade no setor elétrico. Em resumo, quanto mais fragmentadas as ações em um processo de privatização, mais difícil a tarefa de concentra-las para construir um monopólio. (ROSA; TOLMASQUIM, 1996)

No ano de 2001, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com a resolução nº 518 de 07 de março de 2001, criou a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar o processo de privatização das sete empresas estaduais durante o governo de Marcello Alencar - PSDB (1994-1998).

Com a apresentação da problemática, propomos o estudo de caso do processo de desestatização da Companhia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro entre 1992-2002.

As nossas perguntas são: Quais as principais características do processo de desnacionalização do setor elétrico brasileiro como uma das políticas públicas neoliberal? Por que o setor elétrico brasileiro foi estratégico para as empresas estrangeira de eletricidade? Quais as especificidades da CERJ para o mercado de energia elétrica e os motivos da sua privatização? Quais os impactos sociais e econômicos da privatização da CERJ para o Estado do Rio de Janeiro?

O nosso recorte temporal começa no ano de 1992, durante o segundo governo de Leonel de Moura Brizola no Estado do Rio de Janeiro e do governo de Fernando Collor na presidência do Brasil durante o processo de Impedimento.

Depois da anistia e retorno ao Brasil, Leonel Brizola foi governador do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1983-1987 e no seu segundo governo entre 1991-1994 no seu segundo governo no Estado do Rio de Janeiro foi franco opositor das políticas públicas neoliberais. Foram políticas públicas de construção de infraestruturas como construção da linha vermelha; Início da despoluição da Baía da Guanabara; obra de captação de águas do Rio Guandu. Na educação o programa do Centro Integrado de Educação Pública e a Universidade do Norte Fluminense. Na habitação programa Cada Família, Um Lote e Luz para Todos através da CERJ. Quanto à segurança pública a opção pelo não enfrentamento nas comunidades, tendo o seu governo recebido críticas constantes da mídia até a intervenção federal que favoreceu a campanha à eleição do candidato do PSDB Marcello Alencar para o Executivo, e da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 1994. (COIMBRA, 2001.)

O governo Marcello Alencar mudou completamente as políticas públicas, iniciando um processo de privatizações das empresas estaduais com o apoio da mídia entre o ano de 1996, 1997, 1998. Para finalizá-la vamos até 2002, com algumas análises pós-privatização da CERJ e sobre os impactos econômicos e sociais para a população do Estado do Rio de Janeiro. Os nossos capítulos serão os seguintes:

No primeiro capítulo: *O neoliberalismo e as privatizações como política pública no Brasil*, analisaremos o neoliberalismo no Brasil desde o Governo Collor. Consideramos dois marcos importantes no período da redemocratização, o primeiro com a Constituição de 1988, que economicamente era uma constituição de um Estado de Bem-Estar Social pelas garantias em seu texto dos direitos aos trabalhadores, educação pública e saúde pública e o segundo as privatizações no governo Sarney e Collor. Depois no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso com Plano Diretor de Reforma do Estado que tentava extinguir os direitos constitucionais que entravam em desacordo com a economia neoliberal, favoreceram a entrada do capital internacional na nossa economia, com o desmonte da legislação, diferenciando as privatizações do seu governo das privatizações dos governos anteriores. Nossas fontes foram os atos normativos como o Plano Nacional de Desestatização- PND, Lei nº 8.031 de 1990, o Decreto nº 724 de 19.01.1993 e a Medida Provisória 362 de 25.10.1995 que faz alterações no PND; Os trabalhos sobre o neoliberalismo de Almeida (ALMEIDA, 2010); Arêas (ARÊAS, 2012); Brandão (BRANDÃO, 2013); Silva (SILVA, 2005); Visentini (VISENTINI, 2006).

No segundo capítulo: *O Processo de privatização da CERJ*, investigaremos o processo de privatização da CERJ tendo início com o Programa Estadual de Desestatização do Estado do Rio de Janeiro- PED e sua aprovação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A cobertura da imprensa jornalística e as manifestações dos movimentos sociais.

Sobre a Comissão Parlamentar de Inquéritos, foi instaurada em 07 de março de 2001 através da resolução nº 518. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro “*Cria a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização do Estado do Rio de Janeiro.*”

A Comissão foi composta pelos deputados estaduais e seus partidos na época:

Deputado Estadual Jamil Haddad – PSB

Deputado Estadual Chico Alencar – PT

Deputado Estadual Paulo Mello – PMDB

Deputado Estadual Renato de Jesus – PMDB

Deputado Estadual Noel Carvalho – PSB

Deputado Estadual Paulo Pinheiro – PT

Deputada Estadual Alice Tamborindeguy – PSDB.

Sendo os suplentes:

Deputado Estadual André Luiz – PMDB

Deputado Estadual José Richard – PTB

Deputado Estadual Washington Reis – PPB

Deputado Estadual Paulo Ramos – PDT

Deputado Estadual Dica – PFL

Deputado Estadual Edmilson Valentim – PC do B.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Estadual Sergio Cabral, assina em 02 de maio de 2001.

A CPI de 2001, relata as dificuldades das investigações em todas as suas etapas, tais como o desaparecimento de documentos e o não comparecimento de Marcos Aurélio Alencar, na época das privatizações das sete empresas estaduais era o Secretário de Planejamento, por estar residindo no exterior, não tendo seu endereço revelado a CPI de 2001.

No caso da privatização da CERJ foram os documentos seguintes:

- *A Avaliação do Processo de Privatização da CERJ* feita pela COOPETC-UFRJ
- *A Verdade sobre as privatizações*, do CREA- RIO e sindicatos.

Fizemos uma pesquisa no *Jornal do Brasil* que começou no segundo semestre do ano de 1995 durante o processo que resultou na aprovação do PED e durante todo o ano 1996, que envolveu a preparação para privatização da CERJ. Nossa opção pelo *Jornal do Brasil* foi porque pesquisas citadas no nosso trabalho foram feitas com *O Globo*, (ARÊAS, 2012), com a *Veja* (SILVA, 2005) e com *Jornal do Comercio* (BRANDÃO, 2013) então, fizemos a opção pela análise da cobertura do *Jornal do Brasil* feita no processo que resultou na aprovação do PED pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e a cobertura do processo de desestatização da CERJ.

No terceiro capítulo: *Os impactos econômicos e sociais das privatizações entre 1996 e 2002*. Avaliamos os impactos sociais e econômicos da privatização da CERJ entre 1996 e 2002. Nossas fontes foram as entrevistas da CPI de 2001, do presidente da CERJ depois de privatizada e de um funcionário que trabalhou como engenheiro da CERJ antes de privatizada. Trabalhos de áreas diversas de pesquisa acadêmicas, do período, que pesquisaram as transformações que

caracterizaram as empresas depois de privatizada e foram adquiridas por empresas internacionais de energia elétrica que atuam em muitos países e a concorrem do setor elétrico mundial.

Essas mudanças são relacionadas a limitação do planejamento econômico do Estado do Rio de Janeiro; os números de funcionários na proporção entre os clientes e os funcionários da empresa; a política de reajuste de tarifas; atendimento ao cliente; compra de matérias na indústria nacional ou internacional; ampliação da eletrificação no campo e outras.

As nossas fontes foram os seguintes documentos e os depoimentos que estão na Comissão Parlamentar de Inquérito de 2001 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro:

° *Depoimento do Presidente da CERJ - Javier Villar.*

No depoimento do presidente da Cerj Javier Villar foi feito pelos deputados Chico Alencar do Partido dos Trabalhadores - PT, que era o vice-presidente da CPI e o relator. A deputada Alice Tamborindéguy do Partido Social Democrático Brasileiro – PSDB. O Deputado Noel de Carvalho do Partido Socialista Brasileiro – PSB. O presidente da CPI Jamil Haddad do Partido socialista Brasileiro - PSB.

As perguntas foram sobre os temas aumento das tarifas de energia, investimentos na melhoria da qualidade dos serviços. O que chama a atenção além do problema da língua, o presidente da Cerj era espanhol e não falava bem o português, ao nível de na transcrição do áudio está escrito: “(DISCURSO EM ESPANHOL)” em algumas respostas do Presidente da CERJ. Também ficou evidente que o presidente não tinha conhecimento da CERJ. Poucas perguntas foram respondidas com números ou objetivamente, sempre como o complemento das respostas que dados seriam enviados depois para a CPI. Na transcrição a outra alternativa do presidente para ganhar tempo e escapar das perguntas era evidenciada. (FALA LONGE DO MICROFONE.)

° *Depoimento do Engenheiro do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro - Olímpio Alves dos Santos.*

No depoimento do senhor Olímpio as perguntas foram respondidas com objetividade e com dados da empresa apresentados de memória, sobre o valor da privatização, números de funcionários antes e os terceirizados, entre outras perguntas, demonstrando conhecimento da Cerj em seus diversos setores.

O senhor Olímpio citou o relatório da COOPETEC/UFRJ sobre a privatização e os valores. Ele tinha questões sobre a origem do capital das empresas do Panamá que formavam os consórcios junto com a Chilectra chilena. Sobre o aumento de tarifas citou um trabalho da Escola de Engenharia da USP, o nome do Professor não foi apresentado na transcrição, e fez crítica ao contrato de concessão do serviço público. Foram feitas perguntas pelo deputado Chico Alencar e o deputado Noel de Carvalho fez comentários sobre suas experiências de consumidor da CERJ. O deputado Jamil Haddad agradeceu pelo senhor Olímpio já ter deixado documentos à disposição da CPI.

Consta na lista de depoimentos para a Comissão Parlamentar de Inquéritos:

° *Gerente de Coordenação da CERJ - Carlos Ewandro Naegele Moreira.*

O senhor Carlos Moreira chegou na condição de acompanhante do presidente da CERJ Javier Villar. Não encontramos o depoimento do gerente Carlos Moreira em outras páginas da transcrição da CPI.

° *Gerente de Operações Comerciais da CERJ – João Carlos Cuty Alves.*

Não encontramos informação sobre esse depoimento nos arquivos da CPI.

° *Relatório síntese da ANEEL entre os anos de 1998 e 2000.*

A comissão Parlamentar de Inquérito convidou o Diretor-Geral da ANEEL José Mario Miranda Abdo, no ofício n° 5/2001 da CPI, para prestar esclarecimentos sobre os assuntos da CPI. No ofício n° 242/2001 da DR/ANEEL a resposta é “*informo que o referido tema extrapola as competências desta Agência.*” Seguidamente a esse primeiro parágrafo faz outras afirmações em mais seis parágrafos e no sexto informa: “*6. No entanto, de forma a manter informada a CPI presidida por V. Exa estou encaminhando relatório síntese das fiscalizações até aqui realizadas pela ANEEL na Light e na CERJ, ondes constam as atividades realizadas e as providencias adotadas.*”

O relatório síntese tem três páginas com os seguintes temas: 1. Qualidade do Fornecimento e Atendimento Comercial. 2. Econômico-financeira. 3. Serviços de Geração. 4. Conclusão.

O relatório está muito aquém do que se esperava para a relevância e complexibilidade social do tema. No relatório de três anos de atividades de uma agencia reguladora para o poder legislativo de um Estado do Brasil, temos um documento superficial que prova todas as críticas

feitas anteriormente ao processo de privatização, sendo a principal, as privatizações sem um marco regulatório dos serviços públicos de distribuição de eletricidade.

Não bastando a falta de qualidade do relatório, que não poderia ser síntese pela relevância do tema e para um poder legislativo, alguns pontos do relatório da ANEEL foram acusados de manipulados nos resultados da CERJ para a CPI.

No ano de 1996 temos dois documentos que consideramos relevantes por que foram feitos por técnicos que participaram dos debates das privatizações:

◦ *O Estado do Rio de Janeiro e Privatização do Setor Elétrico* – Centro de Estudos e Energia – ENERGE, foram assinados por Luiz Pinguelli Rosa e Mauricio Tiomno Tolmasquim que eram professores do Programa de Planejamento Energético da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPE/COPPE/UFRJ.

No trabalho de Rosa e Tolmasquim, (ROSA; TOLMASQUIM, 1996) sobre as privatizações da Light e da CERJ, *O Estado do Rio de Janeiro e a Privatização do Setor Elétrico* para o Centro de Estudo de Energia – ENERGE, do ano de 1996, depois da privatização da Light que era do governo federal em março de 1996 e antes da CERJ que era estadual e foi a primeira distribuidora de energia estadual privatizada no Brasil em novembro de 1996. Portanto um trabalho que foi importante para o debate sobre as consequências das privatizações para o Rio de Janeiro e referência para outros Estados do Brasil.

O Centro de Estudo de Energia – ENERGE era formado por pesquisadores da COPPE-UFRJ e sua intenção era a publicação de trabalhos para ampliação dos fóruns de discussões sobre questões energéticas para fora dos centros de pesquisa especializado, o caso da COPPE-UFRJ, ou seja, tornar o debate sobre as questões energéticas, um debate público. Dentro da amplidão dos temas de trabalho das questões energéticas, para o Brasil e para o mundo, os seguintes estavam classificados pela comissão organizadora do Centro de Estudos de Energia-ENERGE:

- Energia.
- Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- Modelos Institucionais e Regulação do Setor Energético.
- Planejamento e Política Energética.

- Inovações Tecnológicas.
- Metodologias e Modelos de Planejamento.
- Conservação e Uso Racional de Energia.
- Energia e Desenvolvimento Social.
- Descentralização, Fontes Renováveis e Energização Rural.
- Geração Térmica.

Como se observa, a diversidade de temas envolve aspectos econômicos, políticos, ambientais e de desenvolvimento social, digo melhoria da qualidade de vida da população. No caso do trabalho citado, este é uma contribuição ao debate do processo de privatização do setor elétrico brasileiro, que estava acontecendo sem todas as consequências futuras avaliadas suficientemente, se considerarmos somente, as fontes do debate político e da imprensa.

O trabalho para ampliar os debates foi impresso com a divulgação do VII Congresso Brasileiro de Energia - CBE promovido pela UFRJ e o Clube de Engenharia e o II Seminário Latino-Americano de Energia – SLAE em conjunto com a Associação Latino-Americana de Planejadores Energéticos – ALAPE com o título: *Energia: Desafios de Reestruturação e do Desenvolvimento Econômico e Social*, que seria realizado entre os dias 22 e 25 de outubro de 1996. Além das questões temáticas também temos o interesse de ordem internacional sobre o processo de privatizações do setor elétrico brasileiro por instituições de pesquisa com autonomia acadêmicas, ou seja, com algum grau de autonomia dos agentes econômicos e políticos organizadores das privatizações dos setores elétricos brasileiro e da América Latina.

◦ *Avaliação econômico financeira face a um processo de privatização: Estudo de caso da CERJ.* – Gislene de Menezes Costa – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Esse trabalho foi feito em 1995 e ganhou o prêmio do Tribunal de Contas do Estado João Lyra Filho e foi publicado em dezembro de 1996 depois da privatização da CERJ. O motivo argumentado por Sergio F. Quintella, presidente do Corpo Deliberativo do TCE- RJ foi o seguinte: “*A autora com base no modelo adotado pelo BNDES- o fluxo de caixa descontado -, chegou a resultados bastante próximos do preço confirmado pelo mercado, no leilão de privatização da Cerj, realizado no final de 1996.*” O trabalho tem uma avaliação bastante favorável para os resultados da privatização da CERJ, ou seja, defende o processo de privatização, ao contrário do trabalho da ENERGE.

Para nosso trabalho a relevância desse documento está no levantamento de dados sobre a CERJ que era possível no seu ano de pesquisa 1995. Temos estimativas de crescimentos da CERJ até o ano de 2004 ou 2006, além de dados atualizados na época, sendo a fonte os relatórios da CERJ, ainda empresa pública e acessíveis para os pesquisadores.

Essas informações no ano de nossa pesquisa foram dificultadas. Os Processos de privatizações trazem um importante debate, para nós historiadores e outros pesquisadores, que são os arquivos das empresas estatais depois de privatizadas e sua preservação para pesquisa. Depois de privatizadas as empresas, os arquivos não são preservados pelos novos acionistas e as dificuldades de acesso a informações são muito grandes, ou, não temos acesso e conseqüentemente inviabilizando a pesquisa.

Durante a nossa pesquisa aguardamos seis meses uma autorização do Presidente da Assembleia do Estado do Rio de Janeiro para podermos pesquisar a documentação arquivada durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquéritos de 2001, isso sendo uma instituição pública, o motivo foi que a CPI estava aberta, ou seja, não tinha sido concluída. Mas quanto a empresa que agora se chama ENEL, não fomos atendidos por nenhum setor que nos informasse sobre os arquivos da CERJ. Quanto ao Sindicato dos Eletricitários de Niterói e Região – STIEEN, fomos atendidos atenciosamente por seus diretores e diretoras, mas não obtivemos nenhuma documentação sobre a CERJ antes de privatizada por falta de arquivos no sindicato.

Nas fontes da imprensa continuamos pesquisando o Jornal do Brasil, que foi o mesmo pesquisado na cobertura do processo de privatização da CERJ no capítulo 2. No nosso capítulo 3, pesquisamos a sua cobertura jornalística das mudanças na distribuição de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro depois da privatização da CERJ. Nessa fonte da imprensa buscamos localizar algumas pautas dos debates para a *sociedade civil*, e as argumentações dos defensores da continuidade das privatizações do setor elétrico brasileiro pela *sociedade política*.

CAPÍTULO 1 – O NEOLIBERALISMO E AS PRIVATIZAÇÕES COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL.

1.1 – GOVERNO FERNANDO COLLOR.

As especificidades são fundamentais nos períodos da história recentes, onde se colocaram um equilíbrio na correlação de força da sociedade civil, com o empresariado de capital nacional que conseguiram manter seus interesses na Carta Constitucional e algumas conquistas das classes trabalhadoras com seus movimentos sociais diversos que explodiram com a luta por direitos reprimidos durante os anos de ditadura civil militar entre 1964 até 1985. No entanto já dentro do governo José Sarney o empresariado ligado aos setores de interesses do capital internacional estão se articulando na defesa de uma candidatura que possa aglutinar apoio popular nas eleições e viabilizar na redemocratização seus interesses de classe. (SILVA, 2005, p.166)

As formas de construção de apoio a campanha Collor e de seu projeto privatizante são muito variáveis e incontestáveis. Até a publicidade assumiu a campanha de Collor, como mostra Roberto Sá mostrou que empresas como Hering, Caloi, Wolens, Shopping Praia de Belas, Tilibra, Pony, Skol, Banco Bamerindus, utilizaram nas suas campanhas vários mecanismos de identificação com a campanha do candidato Collor e contra o candidato Lula. Em termos gerais Collor era associado a juventude, disposição, e as cores da bandeira nacional; Lula por sua vez foi associado a ignorância e ao atraso, em sintonia com a linha da *Veja*.

O posicionamento da revista vinha sendo elaborado a mais tempo, seja na perspectiva do programa liberal, sempre presente, seja mesmo na construção da candidatura de Collor. Emiliano José analisa as reportagens de capa das revistas de 1987 e 1988 que buscava construir a imagem de “caçador de marajás”, inclusive naquele momento aventando a possibilidade que ele fosse a presidência. Essa opção deve ser entendida a luz das indecisões e desorganizações da direita formuladora, e não a opção preferencial de Collor já naquele momento, como será discutido adiante. Ou seja, *Veja* estava “apontando caminho”.

A publicidade sempre assumiu posicionamentos políticos, mas em alguns momentos de maior disputa ideológicas ficam evidentes. No momento das eleições representativas de 1989, o voto a partir dos 16 anos coloca uma parcela da população, uma nova geração que estava fora dessas lutas históricas na campanha eleitoral. Esses novos eleitores e uma outra parcela da sociedade que estava a 30 anos sem participar de uma eleição presidencial tem um novo aprendizado como desafio e a publicidade com a defesa da ideologia dominante se apresenta uma formadora para as “escolhas” dos novos eleitores. A eleição presidencial de 1989 não estava no campo das participações institucionais das classes médias ou dos movimentos sociais que debatiam projetos de Brasil durante a ditadura civil militar, mas agora envolvia o eleitor

obrigado a escolher o seu voto mesmo que por publicidade como no mercado, porque era obrigatório votar.

Nesse sentido temos junto com a imagem do candidato a defesa de suas “ideias” como modernas, em oposição as “ideias” atrasadas dos seus opositores que não defendem as políticas públicas neoliberais do Consenso de Washington.

A eleição de 1989, no primeiro turno Collor obteve 20.611.011 votos, Lula em segundo com 11.622.673 votos e Brizola com 11.168.228 votos. Brizola e Lula disputaram o segundo lugar. No segundo turno Collor com 35.089.998 votos e Lula com 31.073.364 votos, uma vitória disputada que ainda demonstra um equilíbrio de forças na sociedade, Collor que não obteve maioria no congresso, e tinha o discurso de não fazer acordo com a velha política, ele se definia como a renovação.

O Plano Brasil Novo foi lançado um dia depois da posse do presidente eleito Fernando Collor de Mello. O plano era um conjunto de medidas e prometia colocar o Brasil na modernidade dentro do receituário neoliberal. O plano continha medidas para:

- Estabilização da inflação.
- A criação da Política Industrial e de Comércio Exterior - PICE.
- O Plano Nacional de Desestatização -PND.

No entanto com algumas diferenças da conjuntura econômica do Brasil, como a hiperinflação, sofreram ações muito distintas do que se poderia considerar um livre mercado:

- A substituição da moeda pelo Cruzado novo.
- O congelamento por 18 meses de 80 % dos depósitos nas cadernetas de poupança, overnights e contas correntes dos excedentes até 50 mil Cruzado Novo.
- O congelamento de preços e salários com reajustes de acordo com a inflação estimada.
- A eliminação de incentivos fiscais e criação de imposto sobre as grandes fortunas.
- A liberação do câmbio e medidas para promover uma abertura da economia brasileira.
- A extinção de vários institutos governamentais e a o anuncio de intenção demissão de 360 mil funcionários públicos.
- O aumento de preços do serviço públicos.

Porém, as privatizações, mais do que qualquer outra política pública são as prioridades no governo Collor, com o lançamento do Programa Nacional de Desestatização – PND – Lei nº 8.031 de 1990, os seus objetivos que eram os seguintes:

I- Reordenar a posição estratégica do estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público.

II- Contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público.

III- Permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades a serem transferidas para a iniciativa privada.

IV- Contribuir para a modernização do parque industrial do país, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade industrial nos diversos setores da economia.

V- Permitir que a administração pública concentre esforços nas atividades que a presença do estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais.

VI- Contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através da oferta de valores imobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integram o programa.

O PND foi estruturado a partir de três agencias principais: A comissão diretora, órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização; o BNDES e uma equipe de consultores privados e auditores independentes. (ALMEIDA,2010, P. 274-279)

A comissão diretora subordinada ao presidente da república que nomeava seus membros titulares e suplentes que seriam aprovados pelo congresso. Composta de 8 a 12 membros, sendo 4 membros integrantes do governo incluindo o presidente e outros restantes do setor privado. As funções eram as seguintes:

- Definição, a fiscalização e a prestação de contas do Fundo Nacional de Desestatização.
- Elaboração de um cronograma de execução do PND.
- Aprovação do modelo de privatização, ou seja, as condições de venda das empresas públicas e o preço mínimo das ações a serem alienadas.
- Publicação de um relatório anual apresentando a relação das empresas a serem privatizadas, bem como as que já haviam sido privatizadas.

- Apresentação de justificativa da inclusão da empresa pública no PND e de um relatório detalhado sobre a situação econômico-financeira, destacando a utilização de recursos que viessem a ser obtidos com a privatização.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social- BNDES participou ativamente do PND com as seguintes funções:

- Gerenciamento do Fundo Nacional de Desestatização, pelo decreto nº 99.464 de 16 de agosto de 1990.
- Promover campanha publicitária e organização de publicações defendendo as privatizações.
- Participação dos leilões das privatizações.
- Financiamento de empresas privadas nacionais e partir do decreto 24 de maio de 1997 que FHC autoriza BNDES conceder o financiamento para empresas estrangeiras.

O terceiro suporte do PND eram as equipes de empresas de consultorias e auditorias independentes para cada empresa em processo de privatização. As empresas participavam de seleção através uma licitação pública. No total eram duas empresas selecionada para os serviços A e B e uma terceira para uma auditoria externa que tinha outra forma de seleção.

Empresa para o Serviço A:

- Avaliação econômica da empresa em processo de privatização.
- Indicação do preço mínimo.

Empresa para o Serviço B:

- Avaliação econômica da empresa em processo de privatização.
- Indicação do preço mínimo.
- Avaliação patrimonial da empresa, incluindo levantamento de pendências jurídicas e financeiras, e preposições de ajuste prévios.
- Montagem e execução de processo de desestatização.
- Sugestão sistemática de alienação de ações.
- Atuação junto ao mercado de capitais.
- Identificação de potenciais interessados.

- Preparações de informações a terceiros.
- Acompanhamento e assessoria de procedimento de venda.
- Auditoria especial da empresa.

A terceira empresa de auditoria externa:

- Acompanhamento do processo de privatização.

A terceira empresa de auditoria externa deveria ser registrada na Comissão de Valores Imobiliários- CVM e selecionada através de uma carta convite, que deveria ser encaminhada para no mínimo 5 empresas.

Etapas para a privatização eram as seguintes e o seu tempo médio. (ibid., p. 280):

- 1- Inclusão da empresa no programa – 0 dias.
- 2- As ações das empresas são depositadas no Fundo de Desestatização – 5 dias.
- 3- Seleção de consultores e auditores – 75 dias.
- 4- Trabalho da consultoria – 90 dias.
- 5- Ajustes anteriores a privatização – 20 dias.
- 6- Aprovação do preço mínimo das ações e o método de venda – 10 dias.
- 7- Publicação do edital de venda – 15 dias.
- 8- Leilão público das ações – 60 dias.
- 9- Período médio da privatização – 275 dias.

Foi permitido aos investidores comprarem ações em outras moedas, que foram chamadas de “as moedas podres”, que são em resumo, dívidas de longo prazo do governo que não foram pagas. (BIONDI, 2014, p. 33). As mais usadas foram no caso da Usiminas as seguintes:

- 1- Debêntures Siderbrás.
- 2- Certificados de privatização.
- 3- Obrigações do FND.
- 4- Dívidas vencidas e renegociadas.

Como afirma Almeida. (ALMEIDA, 2010, p.291):

Assim sendo, pelo menos no governo Collor, **a privatização não pode ser considerada elemento-chave para a promoção do saneamento das constas públicas**. Embora o montante arrecadado somente com a venda da USIMINAS tenha sido maior do que o arrecadado em toda a década de 80, a opção pela utilização das chamadas “moedas podres” acabou por retirar da privatização aquele que segundo discurso privatista se constituía em seu maior objetivo: promover a reordenação do Estado na economia, transferindo para iniciativa privada as atividades econômicas que não necessitassem ser exploradas pelo setor público, permitindo assim a concentração de esforços da administração pública em áreas onde presença fosse insubstituível. Buscando ainda, principalmente, contribuir para a redução da dívida pública federal e para saneamento financeiro do setor público através da utilização dos recursos das empresas na amortização dessa dívida, mediante sua utilização como moeda no processo de privatização.

As ações ofertadas aos empregados foi uma proposta nova PND, tentando seguir o modelo internacional de privatização, no caso da Inglaterra, Itália e França que tinha como objetivo “pulverização” de ações, e criaram formas de democratização das privatizações para a não concentração das ações. (BIONDI, 2014, p. 36).

Em todas as empresas privatizadas o percentual ofertado aos empregados foram os menos adquiridos e depois foram leiloados como sobra de ações. (ALMEIDA, 2010, p. 289)

Nesse primeiro momento, os leilões estavam abertos aos investidores estrangeiros, mas a participação do capital estrangeiro era limitada a 40% das ações do capital votante ordinárias e sem limites para ações preferenciais. (ibid., p. 282)

Foram incluídas 18 empresas dos setores de siderurgias, fertilizantes e petroquímicas, em 1990. No ano de 1990 nenhuma estatal foi vendida, a primeira foi da USIMINAS em 1991, depois a CELMA de materiais Aeronáuticos, MARFESA de materiais de transporte e a COSINOR siderúrgica. (ibid., p. 286)

Todas as linhas argumentativas da administração Collor concordavam com a imprensa tentando demonstra a falência do Estado e a incompetência da administração que não estava voltada para os objetivos prioritários do país, segundo o governo.

O processo de privatização do governo Collor para Almeida é mais amplo porque está inserido em uma reforma do Estado. (ibid. p. 273). Com um diagnóstico que dialogava com a imprensa de ineficiência e gigantismo. Como no exemplo do Jornal O Globo, *“O Globo se mostrou alinhado com os governos neoliberais, utilizando a mesma representação utilizada por estes – como a figura do elefante que simbolizava o Estado.”* (ARÊAS, 2012, p. 259) e na Revista Veja, *“Um dos eixos centrais do argumento da revista continuo sendo “mostrar a*

falência do Estado”, atacando o problema do funcionalismo que afinal era um dos eixos da campanha de Collor, o combate “aos marajás.” (SILVA, 2005, p. 180)

No impedimento de Collor, a própria Revista Veja, na edição de 2 de maio de 1992 foi a responsável pela reportagem do irmão de Collor o empresário Pedro Collor de Mello denunciando o esquema de corrupção apelidado de Esquema PC Farias, que envolvia tráfico de influencias, loteamento de cargos públicos, cobrança de propina.

Importante destacar é que não se encontram referências as privatizações dentro das denúncias, ou de articulações para reforma do Estado, enfim questões que envolviam interesses mais amplos e complexos, fazendo com que todas as notícias ficassem limitadas a corrupção do governo Collor.

A Comissão Parlamentar de Inquéritos – CPI é instalada em 1 de junho de 1992, atraindo atenção do mundo inteiro, sendo o primeiro presidente impedido em um processo de *Impeachment* do Brasil. A conturbada democracia brasileira, cheia de manobras, passava por um dos seus mais importantes momentos. Em 21 de agosto 40.000 estudantes são convocados para as manifestações de rua pela União Nacional dos Estudantes- UNE; em 25 de agosto as manifestações aumentam com o movimento nomeado pela imprensa de “caras pintadas”, uma maioria de jovens pediam o impedimento de Collor. No dia 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados vota a abertura do processo de *Impeachment* com 441 votos favoráveis e 31 contrários. Em 1 de outubro de 1992 o processo de *Impeachment* foi instaurado no Senado e 2 de outubro Collor se afasta e começa o governo Itamar Franco que continuará depois do dia 29 de dezembro de 1992 com o início do julgamento do processo de *Impeachment* no Senado, e a leitura da carta de renúncia de Collor ao governo do Brasil.

O governo Itamar Franco é um governo discreto para a imprensa, ironizado por ser o “vice sempre o último a saber”, afinal é necessário um pouco de humor para acalmar os ânimos da população, enquanto nos bastidores da política parlamentar constroem-se novas articulações.

O governo Itamar assina o decreto nº 724 de 19 de janeiro de 1993 e medida provisória 362 de 25 de outubro de 1995, que faz alterações no PND. (ALMEIDA, 2010, p. 292)

- Prerrogativa do presidente da república determinar que uma parcela mínima dos recursos obtidos com a venda seja representada em moeda corrente.

- Participação dos representantes dos acionistas das empresas privatizada e dos seus empregados em decisões mais importante do processo.

- Amplo acesso a laudos de avaliação.
- Estabelecimento de obrigações dos novos controladores, relativo a realização de investimentos no meio ambiente, observância da legislação de defesa de concorrência, satisfação de compromisso de natureza previdenciária e treinamento de mão de obra, que eventualmente, venha a ser dispensada.
- Aumento do limite de participação do capital estrangeiro de 40 % para até 100% do capital votante.
- Aprovação no Ministério da Fazenda de ajuste de natureza operacional, contábil ou jurídica e do saneamento financeiro de empresas, que sejam necessárias a implantação do processo de alienação acionárias.

Nas privatizações de 1993, durante o governo Itamar Franco, todo setor siderúrgico foi privatizado. (ibid. p. 297)

Assim sendo, o PND chega ao fim do governo Itamar Franco com importantes inovações frente ao modelo vigente até então. Na busca de diluir críticas, foi aumentado nível de participação do legislativo. As chamadas “moedas podres” foram substituídas pelas chamadas “moedas sociais”, ou seja, moedas correntes cujo percentual estaria previsto para investimentos em obras sociais. Ao mesmo tempo fortaleceu-se a ingerência das agências governamentais na composição da comissão diretora, e por sua vez, no processo de condução das privatizações. O papel central deixou de ser exercido pelo BNDES e passou para o cargo do Ministério da Fazenda e futuro presidente da república, Fernando Henrique Cardoso.

O Plano Real que garantiu, segundo o discurso neoliberal a estabilidade economia, se tornou uma moeda de barganha, na imprensa com o “futuro do Brasil”. A manutenção do receituário neoliberal não faria a inflação retornar e conseqüentemente só o grupo do PSDB poderia manter a estabilidade econômica do país de acordo com a imprensa da época que defendia pacto. Sobre as relações entre Fernando Henrique Cardoso e os grupos de comunicação, precisamente os Marinhos, Arêas afirma (ARÊAS,2012, p. 155):

Quando o Plano Real foi lançado, no mesmo ano, a Rede Globo, destacando o *JN*, transmitiu uma série de reportagens otimista, salientando a estabilidade de preços, de modo a favorecer a candidatura de FHC, com quem Marinho tinha proximidade desde a década de 80.

Por outro lado, a imprensa argumentava usando uma estratégia de polarização entre a oposição ao Plano Real, na qual segunda imprensa era da esquerda todos que fizessem críticas ao Plano Real. Mas algumas vozes que não poderiam serem consideradas esquerda, e associadas a ditadura militar, se opuseram as mudanças pouco antes do plano real ser anunciado. *“Delfin Netto assume posição contrária ao “desmonte total do Estado”, cobrando política de regulamentação, especialmente nas importações, que vê como prejudicial a indústria nacional, segundo ele estamos transformando o empresariado nacional em classe comercial e o operariado em pária”* (VEJA 15/09/1993, p. 10, Apud. SILVA, 2005, p.241). Nessa entrevista de Delfin Netto concedida a Revista *Veja* teremos a ironia do entrevistador, o jornalista Elio Gaspari, associando o discurso do ex-ministro ao discurso do Partido dos Trabalhadores – PT e ao da Central Única dos Trabalhadores- CUT, pela insistência na referência ao número de desempregados. As frações de classes ligadas a burguesia de capital nacional, não estavam satisfeitas com os rumos da política econômica do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

O fato da figura de FHC ter surgido eleitoralmente ligada ao movimento de redemocratização, tendo sido do PMDB e fundador do PSDB, construiu uma segunda polarização no discurso político eleitoral, foi a seguinte: a das políticas públicas neoliberalismo associadas a pessoas que lutaram pela redemocratização como Fernando Henrique Cardoso e José Serra e a dos opositores as políticas públicas neoliberais associados a ditaduras, tais como Delfim Netto figura pública associada a ditadura civil militar que foi o Ministros da Economia junto com a esquerda, Lula e Brizola associada a defesa das “ditaduras comunistas” que ainda restavam no mundo como a de Cuba. A entrevista foi divulgada meses antes do Plano Real que foi em fevereiro de 1994.

O Plano Real tiraria o foco das críticas ao estrutural desemprego da política pública neoliberal. Essas críticas aglutinavam as forças mais diversas contra o neoliberalismo. O Plano Real, desde o seu lançamento tinha uma de suas maiores publicidades, está aumentado o poder de compra da população com a estabilidade econômica. Mas em contraponto, obscurecendo desemprego crescente no debate sobre os efeitos do Plano Real. *“Como um todo, o governo FHC representou um aumento de mais de 50% no nível de desocupação.”* (CHRISTO, 2013, p. 20).

1.2 - O NEOLIBERALISMO NO GOVERNO FERANDO HENRIQUE CARDOSO.

Segundo Brandão, (BRANDÃO, 2013, p. 123) dois grupos disputavam a hegemonia do governo FHC, os dos economistas banqueiros estruturado em torno do departamento de economia da PUC-RJ e o segundo do PSDB paulista, que tinha como base de apoio o empresariado industrial nacional.

O grupo dos banqueiros internacionais, eram os responsáveis pela formulação do Plano de Estabilidade Econômica, o popular o Plano Real. Esse plano estava formulado na PUC-RJ, foi supostamente “descoberto” e aplicado politicamente por FHC quando Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco. Os membros do grupo fizeram doutorado em universidades dos Estados Unidos da América, que tais como a Universidade de Chicago eram centros formadores de intelectuais orgânicos do pensamento liberal para América Central e América do Sul. Em Harvard, doutoraram-se Francisco Lopes, Gustavo Franco e Edward Amadeu; no Massachusetts Institute of Technology – MIT, Perseu Arida e André Lara Resende; Berkeley, Pedro Malan e Andreia Calabi; Yale Edmar Bacha; Princeton, Armínio Fraga.

O organizador do encontro no ano de 1989, nomeado o “O Consenso de Washington”, John Williamson, deu aulas na PUC-RJ no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 e entre seus alunos estavam Pio Borges, Armínio Fraga e Elena Landau.

O grupo do PSDB paulista estava empenhado com os interesses dos empresários industriais paulistas na tarefa prática de desmonte do Estado e da privatização das estatais. O grupo tinha entre os seus nomes de destaque, José Serra, Luís Carlos Bresser Pereira, Luís Carlos Mendonça de Barros e Sergio Motta.

Os grupos tinham divergências a maior era sobre as privatizações e a aplicação de seus recursos. O grupo do Malan defendia o pagamento da dívida pública e o grupo do Serra defendia investimentos no BNDES para retomada do crescimento econômico. A outra divergência era sobre a privatização do setor bancário, o grupo de Malan defendia abertura do setor bancário ao capital estrangeiro, o que aconteceu no Governo FHC, e Serra defendia uma abertura do setor bancário melhor estudada e gradual. (ibid.,123)

No discurso de despedida do senado de FHC tem na estrutura argumentativa uma polarização entre o Nacional desenvolvimentismo, que seria algo do passado, e as modernas ações que o Brasil estava implementando para desenvolver-se:

- O Estado que passaria de produtor para regulador.

- O Estado não limitando e estimulando a criatividade do setor produtivo.
- O Estado sem gastos que favoreceriam a setores corporativos.
- O Estado sem o anacronismo das restrições a investimentos estrangeiros.

No discurso se destaca o aspecto ideológico, tais como *“tudo o que está acontecendo é o desejo da sociedade”* e não o resultados de um conflito de entre o capital internacional e os seus aliados nacionais, como fica demonstrado no fim das restrições “anacrônicas” a investimentos estrangeiros, e as frações do capital nacional que nos discurso são chamadas de “arranjos corporativos” sustentados por gastos públicos. Alguns pontos destacados por Almeida do discurso de despedida de FHC no senado. (ALMEIDA, 2010, p. 299):

- I - Estabilidade econômica - cujo fundamento é a manutenção da disciplina fiscal e monetária- como condição para o crescimento sustentável da economia para o resgate da dívida social.
- II -Diferenciação frente o desenvolvimento a moda antiga baseado na pesada intervenção estatal.
- III - Repudio a qualquer saída recessiva diante da dificuldade econômica.
- IV - Investimento acima da taxa de 20 % do PIB.
- V - Criação de marco institucionais, como por exemplo, a autonomia do banco central, que permitiriam a iniciativa privada exercer seu talento criador.
- VI - Ataque a gastos que apenas sustentariam arranjos corporativos.
- VII - Desindexação da economia.
- VIII - Recuperação do salário médio, da massa salarial e do consumo das camadas pobres.
- XIX - Abertura da economia brasileira e integração do mercado mundial.
- X - Novo crescimento econômico regulado pela máxima “exportar mais para importar mais”, que poderia promover o crescimento econômico simultaneamente à distribuição de renda.
- XI - Bloqueio do retorno do protecionismo através da reindexação do cambio e da depreciação artificial do Real.
- XII - Diminuição do “custo Brasil” através da redução de impostos que dificultam as importações e da melhoria da infraestrutura, gerando assim novos ganhos de produtividades para a empresa e o aumento o aumento da eficiência sistêmica da economia.

XIII - Novos padrões de relação entre o Estado e o setor produtivo que se transformaria no eixo dinâmico da atividade produtiva.

XIV - Alteração da natureza da ação estatal (Estado produtor substituído pelo regulador) através da criação de marco institucional que assegurasse a plena eficácia do sistema de preços relativos, incentivando, assim, os investimentos privados.

XV - Garantia da eficiência do mercado como princípio geral de regulação.

XVI - Revisão do sistema tributário e das regras de mercado de trabalho e de capitais.

XVII - Eliminação das restrições anacrônica dos investimentos estrangeiros.

XVIII - Desmontagens de antigas regulamentações.

O governo de Fernando Henrique Cardoso tem três programas de acordo com esses pontos.

O primeiro, é um programa de estabilização econômica. O Plano Real é o instrumento que se tornou um aglutinador da sociedade para o discurso privatista e permitindo a eleição de FHC, com o pacto das elites, depois de anos de 4 programas de estabilização fracassado que tiveram grande repercussão na classe trabalhadora com a imprensa propagando que todos os problemas históricos do Brasil caminhavam para se resolverem com a estabilidade econômica.

O segundo, é um programa de abertura comercial e financeira. Os três programas que o governo FHC tentará implementar, como maior ou menor ênfase assim como os planos anteriores de estabilidades econômicas, também estavam germinando desde o início da redemocratização. No governo José Sarney em 29 março de 1988, no Ministério da Fazenda de Maílson da Nobrega, a lei nº 95.886, ampliando o Programa Nacional de Desestatização com a instituição dos objetivos:

- Estimulo a mecanismo competitivos de mercados.
- Desregulamentação de atividades econômicas.
- Estimulo a execução indireta de serviços e públicos.
- Privatização de atividades econômicas.

Como afirma Visentini, (VISENTINI, 2006, p.15) *“Esse documento marca o início do abandono do conceito de Segurança Nacional e de reserva de mercado ao setor privado*

nacional.” Em 1989, junto com a legislação do Plano Verão foi enviada ao Congresso a Medida Provisória nº 26 que autorizava a privatização das sociedades de economias mistas. A Medida Provisória conseguiu 77 votos a favor e 350 contra e foi rejeitada. O que demonstra o nível de disputa sobre a questão, no Governo Sarney.

O terceiro, é um programa de reforma do Estado, que seria a primeira em um período democrático. O Brasil teve duas reformas do Estado anteriormente, a Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP de 1937, durante a ditadura de Vargas que desmontava administração pública do Estado Liberal e A Reforma Administrativa com decreto lei nº 200/67, de 25 de fevereiro de 1967, durante a ditadura civil militar.

Esse programa de abertura do Estado de FHC objetivava reformas constitucionais e infraconstitucionais, são elas:

- Quebra do monopólio estatal.
- Tratamento isonômico entre empresas nacional e empresa estrangeira.
- Desregulamentação de atividades de mercado até então considerados estratégicos e de interesse para a segurança nacional.
- Alterações de matérias tributárias, administrativas e previdenciária.

Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado – PDRAE, tinha o objetivo promover o modelo de administração do Estado *gerencialista*, em oposição ao modelo de administração do Estado fundado na DASP de Vargas, que seria o burocrático *Weberiano*. (VISENTINI,2006, p.22)

Isso se explica pelo fato que o PDRAE tem uma denominação e um escopo formalmente limitado “*stritu sensu*” ele é um plano de reforma administrativa pública brasileira, trata-se de um documento que introduz formalmente o gerencialismo no Brasil, afirmando a necessidade de construir uma administração pública condizentes com as mudanças no mundo e propondo para tanto, a substituição de um modelo burocrático weberiano pelo modelo gerencial. Daí o fato de o PDRAE ter gerado inicialmente, mais interesse nas disciplinas de administração e direito do em Ciência Política.

Por outro lado, pode-se dizer que o PDRAE é um plano aparentemente contraditório.

Primeiro, por seu explícito objetivo de reduzir o estado para fortalece-lo. Segundo por que o governo Cardoso é seguidamente descrito como bem-sucedido na aplicação de seus programas de reformas, mas vários autores têm apontado o PDRAE como uma reforma que falhou.

Os problemas relativos a Constituição de 1988, para o neoliberalismo, tentariam ser resolvidos no governo FHC através da reforma do Estado. *“Assim a reforma do Estado proposta no PDRAE significava o aprofundamento da aparente separação entre a “esfera econômica” e a “esfera política” da sociedade capitalista”* (ibid., p. 25)

Com essas características do governo FHC, de mudanças na Constituição de 1988 temos a quinta “etapa” das privatizações no Brasil e um avanço das políticas públicas neoliberais junto com as tentativas de mudanças na administração do Estado Brasileiro. (BRANDÃO, 2013, p.253):

A quinta “etapa” das privatizações no Brasil e, certamente, a mais importante, corresponde do governo Fernando Henrique que, diferentemente do governo Collor, conseguiu articular um pacto político baseado em amplo apoio de diferentes frações do capital nacional e internacional, industrial e financeiro, representado por diversas entidades e instituições, tais como FEBRABAN, FIESP, CNI, Firjan, BID, FMI, Banco Mundial, entre outras. Tal apoio possibilitaria não só a continuidade, mas também o aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas nos dois governos anteriores. FHC eleito em 1994 e reeleito em 1998, em seu livro de memórias, publicado em 2016, afirma que as privatizações, promovidas em seus dois governos, tinham como objetivo livrar o país da “privatização do estado”. Esta privatização do Estado teria surgido ainda durante o “período autoritário” e seria resultado da “aliança entre interesses corporativos dos funcionários e os seguimentos setor privado que haviam conseguido penetrar nos meandros burocráticos para obter vantagens” que geraria uma “privatização disfarçada da esfera pública”.

Fernando Henrique mudou regras do processo de privatizações, estabelecendo novas diretrizes e o ampliando para outros setores. Durante seus dois mandatos, FHC aprovou com o congresso mudanças constitucionais, tais como, a eliminação de restrição ao capital estrangeiro; a quebra do monopólio estatal sobre a exploração do petróleo partir da criação da Agência Nacional do Petróleo – ANP; o fim do controle estatal sobre o sistema de telecomunicações, possibilitando a venda de empresas da área de telefonia.

O PND do governo Fernando Henrique passou a incluir, o setor elétrico, as concessões da área de transporte, rodovias, saneamento, portos as telecomunicações e o setor financeiro. Iniciou-se assim uma nova fase de privatizações no Brasil.

As emendas constitucionais no governo FHC foram as de 15 de agosto de 1995: e são a emenda.

- A número 5, que permite a exploração da iniciativa privada na distribuição estadual de gás;
- A número 6, que acaba com as diferenças na legislação entre empresa nacional e estrangeiras;
- A número 7, que permite a empresa estrangeira explorar a navegação interna;
- A número 8, que permite a exploração de serviços de radiodifusão por empresa privadas;

- A número 9, que permite a contratação de empresas estatais e privadas para atividades ligadas a exploração do petróleo.

1.3 – AS PRIVATIZAÇÕES E O SETOR ELÉTRICO.

No ano de 2001, durante o segundo mandato do governo FHC, os investidores estrangeiros eram os principais compradores de empresas estatais com 36 %, seguido de empresas nacionais com 29 %; pessoas físicas com 16 %; 11 % setor financeiro. No ano de 1997, os maiores compradores foram as empresas nacionais com 52%. As empresas nacionais tiveram pouca participação no setor financeiro e no setor elétrico que foram adquiridos por empresas internacionais. Esses dois setores o financeiro e o elétrico se tornaram uma importante área de penetração o capital estrangeiro no Brasil.

No setor elétrico tínhamos uma tendência de monopolização por duas empresas estrangeiras de eletricidade que eram a Eletricité de France - EDF, uma estatal que participou da compra da Light, a distribuidora Federal do Estado do Rio de Janeiro e da Empresa de Desarrollo de Espanha - ENDESA, que participou da compra da outra distribuidora de eletricidade do Estado do Rio de Janeiro a Companhia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro - CERJ no caso, duas distribuidora estaduais privatizadas na quinta fase das privatizações do governo de FHC que incluía os setores de serviços. (HONORATO, 2012, p. 156)

Certamente, se dermos atenção ao setor elétrico, veremos que a Eletricité de France (EDF) e a Empresa de Desarrollo de Espanha (ENDESA) estão monopolizando o setor de produção, transmissão e distribuição de energia da América Latina. O caráter curioso é que a EDF é uma empresa estatal na França e o governo francês não tem conseguido aprovar politicamente a privatização da megaempresa. A ENDESA, também estatal quando começou sua expansão pelo nosso subcontinente, vem sendo privatizada lentamente ao longo dos últimos anos.

Foram privatizadas 22 empresas do setor elétrico em sua maioria distribuidoras entre os anos de 1996 e 2000 (BEZERRA, 2014, p. 51-52) são as seguintes:

- ESCELSA em 11/07/1995.
- LIGHT em 21/05/1996.
- CERJ - Companhia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro em 20/11/1996.
- COELBA - Companhia elétrica do Estado da Bahia em 31/07/1997.

- CDSA - Centrais Elétricas Cachoeiras Douradas S/A em 05/09/1997.
- Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica em 21/10/1997.
- Companhia Norte-Nordeste Distribuição de Energia Elétrica em 21/10/1997.
- Companhia Paulista Força de Luz em 05/11/1997.
- ENERSUL - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul em 19/11/1997.
- CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S/A em 27/11/1997.
- ENERGIPE - Empresa energética de Sergipe em 03/12/1997.
- COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte em 12/12/1997.
- COELCE – Companhia Energética do Ceará em 02/04/ 1998.
- Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade S/A em 05/04/ 1998.
- Centrais Elétricas do Pará S/A em 09/07/1998.
- CESP – Elektro Eletricidade e Serviços em 16/07/1998.
- GERASUL – Geradora de Energia da Eletrobrás do sul do Brasil em 15/09/1998.
- Empresa Bandeirante de Energia em 17/09/1998.
- Companhia Elétrica do Tietê em 28/07/1999
- Companhia de Geração elétrica do Paranapanema em 27/10/1999.
- CELPE - Companhia Energética de Pernambuco em 17/02/ 2000.
- CEMAR - Companhia energética do Maranhão em 15/06/2000.
- SAELPA – Sociedade Anônima Eletrificação da Paraíba em 30/11/2000.

Chama a atenção na lista das datas a rapidez do processo de privatização de 22 empresas com diferentes características. Foram privatizadas 2 empresas em 1996, a LIGHT que era do governo federal e a CERJ do governo estadual, entregou a distribuição de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro ao capital ao internacional; 9 empresas em 1997; 6 empresas em 1998; 2 empresas em 1999; 3 empresas em 2000.

As datas do processo de privatização das empresas estaduais de energia, considerando as diferenças regionais do Brasil, em 1997 tivemos 2 privatizações no mês de outubro; 3 no

mês de novembro e 2 no mês de dezembro. Pode demonstrar a articulação nacional, ou mais precisamente internacional se considerarmos a construção de monopólio pela venda das empresas, e não somente como um processo interno dos Estados do Brasil que privatizaram as suas empresas do setor de energia elétrica.

Os valores que não estão na lista também são significativos. Temos um exemplo da CERJ companhia do Estado do Rio de Janeiro, que atendia a uma região com industrialização no Estado do Rio de Janeiro, sendo vendida por R\$ 587 milhões e a ENERGIPE de Sergipe que foi vendida por R\$ 520 milhões, sendo Sergipe um Estado com menor industrialização e menor população. O valor da ENERGIPE de Sergipe alcançando praticamente o mesmo valor da distribuidora CERJ do Estado do Rio de Janeiro, tendo os dois Estados do Brasil características econômicas muito distintas.

Segundo Bezerra (ibid., p. 52) o plano de reestruturação do setor elétrico foi elabora do pela consultoria Britânica Coopers & Lybrand, e das 22 empresas listadas na tabela, o capital internacional participou da compra de 15 empresas. O que demonstra a articulação internacional para compra das empresas.

O decreto de presidencial de 24 de maio de 1997, autoriza o BNDES a conceder empréstimos a grupos estrangeiros, ao mesmo tempo em que o BNDES continuava proibido de conceder empréstimos as estatais brasileiras dos setores de infraestrutura e básicos. O resultado prático, segundo Biondi, na outra semana um grupo norte americano comprou um bloco de um terço de ações da Cemig por 2 bilhões de reais com metade do valor financiado pelo BNDES. (BIONDI, 2014, p. 82).

Outras formas de favorecimento do capital internacional, nas privatizações do setor elétrico são denunciadas pelo mesmo jornalista em seu livro *O Brasil Privatizado. Um balanço do desmonte do Estado* (BIONDI, 2014). A privatização da Light, por ser a primeira das distribuidoras de energia do governo federal, inaugurou um modelo de privatização do setor elétrico que foi seguido pelos Estado do Brasil logo depois:

As tarifas enquanto a publicidade dizia que as tarifas seriam reduzidas, resultado de um aumento anterior de tarifas elétricas para diminuir o efeito pós-privatizações e oposição da continuidade a elas, o governo concorda em reajusta-la todos os anos medida pelo IGP-DI, ou seja, ao contrário do divulgado na publicidade neoliberal e nos documentos como a carta de despedida do senado, uma reajuste automático e com indexação de preço. Em resumo nenhum

liberalismo para o capital internacional, mas indexação, a fim de tornar a privatização viável para esses grupos.

Sobre a tecnologia, foram concedidas a liberdade para as compradoras das distribuidoras adotarem a tecnologia que decidissem. As empresas privatizadas passaram importar componentes concorrendo com a indústria nacional de equipamentos elétricos. Mais desemprego na industrial nacional, perdendo mercado interno, e a compra de produtos em dólares no exterior contribuindo para uma crise do Real, segundo Biondi. (ibid., p.82)

O financiamento era decidido pelas empresas. A publicidade defendia o aumento de investimentos internacionais. Segundo o autor, desapareceu a exigência que as multinacionais trouxessem capital próprio para aplicar no país. Podiam recorrer a empréstimos no mercado mundial. Outro fator para crise do Real.

O governo abandonou o modelo que divulgava para as privatizações das empresas de energia, que participaria ativamente da gestão das empresas, o governo com a ANEEL passa a ser fiscalizador. O acordo de acionista onde os compradores mesmo minoritários passaram a serem reconhecido como administradores. No caso da Light, a EDF que detinha 11,4 % das ações da Light, passou a administrar a Light.

A criação da Operadora do Sistema Nacional - OSN. Formada pelas distribuidoras privatizadas, ou operadoras, e com fiscalização e regulação da ANEEL. Nesse caso o governo passa a não só, não participar das gestões das empresas privatizadas, como no caso anteriormente citado, mas tira do Ministério da Energia a função de planejamento do setor elétrico. Ou seja, toda a política energética do Brasil. O agravamento é que o setor precisa de um plano de cinco anos anteriores de previsão de geração e consumo, por que a energia elétrica não é uma energia que possa ser guardada. O consumo e a produção têm de estarem equilibrados, no melhor caso mais capacidade instalada de produção de energia com previsão de consumo controlada. O resultado foi o apagão de março de 1999.

No nosso capítulo primeiro, no caso do Brasil, tendo sido instaladas uma ditadura numa fase anterior crise do capitalismo mundial, o Estado não foi enfraquecido economicamente apesar da grande entrada de capital internacional, ao contrário foi usado para crescimento das classes médias e na publicidade da ditadura com o aumento da exploração do trabalho das classes trabalhadoras. Mas com a crise da dívida se igualou a outros países abandonando os projetos de crescimento e perdendo sua base de apoio.

A redemocratização acontece com as forças populares nos movimentos sociais em luta por transformações históricas e o debate de uma constituinte para atender a essas transformações dentro da construção de uma democracia. Como afirma Sader, *“Porém, revelou-se rapidamente que a carta democrática teria dificuldades para ser implementada, porque nascia na contramão da onda Neoliberal que se afirmava no mundo e também na América Latina”* (SADER, 2013, p.136).

Partir de então, apresentamos o processo de privatização dos Governos Federais depois de 1988 começando com o governo Collor, as lutas nas frações da classe dominantes contra a Constituição de 1988 que dificultavam a implementação das políticas públicas neoliberais.

No governo Fernando Henrique Cardoso, com respaldo eleitoral criado em torno do Plano Real, são feitas alterações na Constituição de 1988 que favoreciam interesses do capital internacional como as quebras das barreiras nos setores considerados estratégicos, tais como energético que inclui o setor elétrico e de petróleo, e nos setores de comunicações.

Quanto ao setor elétrico, analisamos algumas consequências dessas mudanças constitucionais que transformaram completamente o planejamento energético no Brasil, a distribuição de eletricidade e suas outras áreas, tais como a indústria nacional que produziam para o mercado nacional de eletricidade. Caracterizando uma desnacionalização do setor elétrico nacional com a entrada de capital internacional, dentro da política pública neoliberal com total falta de regulação. No próximo capítulo faremos o estudo de um caso de privatização, tendo como objetivo suas especificidades e as estratégias amplas de penetração do capital internacional setor elétrico do Estado do Rio de Janeiro.

Capítulo 2: O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CERJ.

2.1 - A APROVAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O processo de privatização da Companhia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro começa com a lei nº 2.470 de 28 de novembro de 1995 que institui o Programa Estadual de desestatização e sua regulação em 21 artigos.

Durante o ano de 1995 desde o mês de agosto temos uma defesa do PED, do governo Marcello Alencar do PSDB e da sua figura pública associada diretamente a figura pública do presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante a tramitação do Programa Estadual de Privatizações, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, observamos na imprensa uma relativa discricção, mas não houve como negar o crescimento da mobilização de setores da sociedade contrários as privatizações do governo federal, como no caso da Light, e contra o PED que levaria a privatização das estatais do Estado do Rio de Janeiro. *Privatização evitará gastos de 1,5 Bi:* (PRIVATIZAÇÃO...,1995, p. 20)

O governador Marcello Alencar lançou ontem, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o Programa Estadual de Desestatização. O objetivo é modificar a estrutura administrativa indireta a partir da venda, liquidação ou transferência de gestão de 25 empresas públicas ou de Economia mista do Estado. Com isso o governo espera reduzir os encargos com subsídios, que chegaram a R\$ 1,5 bilhão nos últimos dois anos. Já está decidida a privatização de oito empresas entre elas o Banco do estado do Rio de Janeiro (Banerj) e a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj), mas o número poderá aumentar (...). Se o projeto for aprovado na Alerj o que deve acontecer em 20 dias a Companhia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro poderá ser a primeira a ser vendida em leilão, a ser realizado em dezembro.

Durante a cerimônia de lançamento o Presidente do BNDES Edmar Bacha, prometeu dar assessoria técnica na elaboração das propostas e abertura de linhas de crédito as empresas que serão privatizadas. O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Enrique Iglesias abriu a possibilidade de abrir linha de créditos para o programa. O ministro do planejamento José Serra que chegou atrasado a cerimônia, deixou Marcello Alencar ansioso, e elogiou a iniciativa pioneira do Rio em relação a outros Estados.

Essa primeira reportagem sobre o PED contém os argumentos, que serão explorados em todas as outras reportagens, ao longo do processo que terminará com a aprovação na ALERJ do PED. O argumento de gastos do Estado com as estatais e que a privatização seria uma economia do dinheiro público; a pressa nas privatizações com as decisões sobre as empresas que seriam privatizadas já tomadas sem necessidade de debate, com o respaldo da Assembleia que seria aprovada em 20 dias, segundo a reportagem, dando a entender que era um consenso

na Assembleia sem necessidade de debates na sociedade. Os 20 dias tornaram-se no final, 90 dias de intensa mobilização social, que resultou em algumas reportagens para desmoralizar a oposição ao PED, como demonstraremos a seguir; o leilão da CERJ seria realizado em dezembro, dando a entender tudo como certo, todo esse processo de privatização da CERJ não seria possível em três meses com a mínima seriedade; a associação das privatizações com financiamentos futuros para o Estado do Rio de Janeiro que estava segundo o governador Marcello Alencar falido; a demonstração da relação de proximidade entre o governador do PSDB do Estado do Rio de Janeiro com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o que importava nacionalmente era publicidade do Estado do Rio de Janeiro como exemplo de administração Neoliberal a ser seguido por todo os Estados do Brasil.

Mas depois das reportagens dando ênfase a solução das finanças do Estado do Rio seria a privatização das estatais, diante do atraso do cronograma dos privatistas e da resistência dos que queriam e esgotar o debate da PED na ALERJ e na Sociedade Civil, teremos a “chantagem” para a sociedade. A pressão a os deputados aumenta na imprensa, e o pedido de força contra os opositores do PED. *Os meios e os fins*. (OS...,1995, p.08)

Os fluminenses estão inconformados com o clima de violência e insegurança. O governo Marcello Alencar se empenha desde o primeiro dia de seu mandato e reverter o quadro de deterioração econômica e social que permitiu a proliferação do crime organizado, antes o beneplácito das autoridades.

Entretanto, a população talvez não tenha se dado conta de que de que um dos fatores e resistência ao crime organizado é a incapacidade financeira do Estado do Rio. Sem recursos para investir em projetos de infraestrutura, vitais para desenvolver o dinamismo da economia, e em programas sociais, o governo tem poucas possibilidades de promover mudanças radicais na agenda fluminense.

A dificuldades com que o governo enfrenta para fazer tramitar na Assembleia o Programa Estadual de Desestatização são exemplos de quanto custa transformar promessas e planos em realidade. O plano foi aprovado com louvor pelos técnicos do BID e do Banco Mundial, que se dispõem a financia-lo. (...)

O que impede, então alívio, das contas das empresas estatais no orçamento estadual?

É a atuação de corporativismo e do pior estilo da política fisiológica, que, paradoxalmente, teimam em fazer escola em um estado evoluído politicamente. A verdade precisa ser dita com todas as letras: a sociedade fluminense está sendo privada de recuperar a tranquilidade porque os políticos resistem a privatização. Eles temem que ela ponha fim a alguns dos esquemas políticos-eleitoreiros.

Os deputados precisam pensar grande e ficar ao lado dos interesses maiores de 13,5 milhões de fluminenses. A aspiração de uma vida mais tranquila e à oferta de emprego que não venha do traficante ou da economia subterrânea não pode ser atropelada pelos interesses menores da paróquia do interior ou pela ação de 100 manifestantes que invadem a galeria da assembleia para intimidar os representantes do povo. O deputado Sérgio Cabral Filho tem de fazer valer sua autoridade de presidente da Casa e solicitar

proteção pública policial para que os deputados possam votar, sem intimidações, o Programa de Desestatização.

O editorial começa com o debate da violência no Rio e faz a defesa do esforço do governador Marcello Alencar diante da deterioração do Rio, que é uma insinuação da responsabilidade do governo anterior. No outro parágrafo explica a população do Rio, que “*não teria se dado conta*” que a violência é resultado da incapacidade financeira do Estado e que essa incapacidade financeira só seria resolvida com as privatizações. A explicação, pelo editorial, das privatizações não acontecerem é porque os políticos “*não querem*” votar o PED para não perderem eleitorados.

Com a polarização construída no editorial, políticos *versus* população, o editorial argumenta com o leitor, para convence-lo como a privatização poderá afetar a sua vida cotidiana, com a melhoria do enfrentamento da violência pelo Estado com mais recursos financeiros e o aumento dos empregos. Sendo o Jornal do Brasil, na época de perfil de leitores das classes médias, esses argumentos no editorial podem ter como objetivo manter a linha do jornal para as outras reportagens e contribuir para as classes médias divulgarem esses argumentos com os membros das classes trabalhadoras das suas relações sociais. O tema da violência é um tema que aglutina as classes sociais, mesmo elas sendo vítimas de diferentes formas nos seus cotidianos.

O argumento da violência é importante porque no final do editorial retornará associado aos manifestantes dos movimentos sindicais e outros movimentos sociais que são contrárias as privatizações. No editorial os manifestantes são intimidadores dos representantes do povo. A defesa da autoridade do presidente da Casa Sérgio Cabral Filho deve valer garantindo “*segurança*” dos representantes do povo com a força policial.

Como se observa as condições para aprovação do PED em novembro era bem diferente da situação de agosto quando foi anunciado, a ponto da imprensa ter de discuti-la com a sociedade para aglutinar forças a favor das privatizações, com a construção de argumentos amplos como a violência, o “*corporativismo*” do funcionalismo público e a criminalização dos movimentos que se opunham as privatizações como se estes não fossem parte da sociedade.

O Secretário Estadual de Planejamento e controle assina um artigo, que demonstra que as mobilizações contra o PED tinham força para não o aprovar na votação da Assembleia

Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Reforma, privatização e desenvolvimento*. (ALENCAR, 1995, p.09):

Para receber o crivo legislativo dos parlamentares fluminenses, o Programa Estadual de Desestatização (PED) caminha para tornar realidade os seus fundamentos básicos: reduzir a dívida pública do Estado do Rio de Janeiro; permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades privatizadas; reestruturar a exploração econômica pelo Estado, estimular livre concorrência e a democratização da propriedade privada. Aprovado integralmente pela Assembleia Legislativa, o PED acabará com o crônico desvio de recursos para o pagamento de pessoal da administração indireta: nos últimos dois anos o tesouro estadual - transferiu para esses órgãos, aproximadamente R\$ 1,1 bilhão - uma desastrosa sangria de recurso que poderiam ser melhores aproveitados pelo governo do Estado. (...)

Para evitar maldosa distorção de cunho ideológico, é importante frisar que a privatização de um significativo número de empresas públicas estaduais faz parte de um amplo projeto de reforma administrativa – não é um fim em si. O objetivo é concentrar as atividades da fragilizada máquina pública do estado nos serviços públicos essenciais, nas diversas esferas da sociedade, há um consenso a respeito da estratégica importância do Programa Estadual de Desestatização. Prova disso é sua aprovação preliminar na assembleia Legislativa e o interesse de mais de 30 instituições de investimentos pela terceirização administrativa do Banerj menos de um mês depois da publicação do edital.

Números à parte, o sucesso do Programa de Desestatização estará intimamente ligado à nossa capacidade de mobilizar os servidores dessas empresas – como ocorreu na recente bem-sucedida privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Os resultados dessa experiência dá ânimo e também a certeza de que estamos no caminho certo: em função disso avaliamos a hipótese de destinar expressivas reservas de ações para funcionários das empresas a serem privatizadas. (...)

Não queremos tornar a ver grandiosos projetos econômicos-sociais escoarem, a procura de melhores condições: fazer com que a intransigência de quem luta contra a mudança seja página virada, depende de toda a sociedade.

Nos quatros parágrafos destacados do artigo assinado pelo Secretário Marco Aurélio Alencar temos a defesa na linha da aprovação do PED como a única solução para as condições que financeiras do Estado, com uma responsabilização do Legislativo, para solução do problema que seria a aprovação do PED. Mas cabe destacar que o interesse é pela aprovação integral do PED pela Assembleia Legislativa.

A resposta aos opositores do PED com a frase “*Evitar maldosas distorções de cunho ideológico*” e a ampliação do PED como um projeto de reforma do Estado, seguindo os argumentos do governo federal, na intenção de diluir os debates centrados nas privatizações. Mas é importante destacar que no Estado do Rio de Janeiro naquele momento a aprovação do PED era o único debate que estava acontecendo, não havendo nenhum outro que se pudesse associar o PED como uma das partes de uma reforma mais ampla. As argumentações usando o

BANERJ como exemplo era porque as manifestações contra a privatização do Banerj aglutinavam a maior organização de oposição ao PED, como os movimentos sindicais dos funcionários públicos dos diversos setores do Estado do Rio e movimentos sociais contra as privatizações organizados durante a oposição as privatizações do governo federal no Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

A construção do próximo argumento está ligada a desmontar a resistência e a oposição organização dos funcionários das estatais estaduais. A chamada para a participação dos funcionários das empresas do processo de privatização, usando uma privatização do governo federal como exemplo a Companhia Siderúrgica Nacional e divulgação de reservar lotes de ações para os funcionários das futuras empresas estaduais privatizadas.

Na conclusão, lembrança dos investimentos perdidos pelo Estado do Rio, que não são citados e a tradicional acusação dos opositores ao PED como intransigentes e que lutam contra algo inevitável “*a mudança*” e a conclamação da sociedade para se oporem e essas pessoas, como se estes opositores não fossem parte da sociedade. ***Rio vota hoje a desestatização.*** *Marcello prevê vitória, mas líderes hesitam em dar carta branca ao governador.* (SCHLEGEL, 1995, p. 06)

O governador Marcello Alencar (PSDB) poderá conferir hoje se a assembleia Legislativa do rio lhe dará carta branca para decidir o destino de 26 empresas estaduais. Cercada de seguranças por todos os lados, e com um limite de três convidados por deputados para assistir a votação, os 70 parlamentares fluminenses decidem hoje se aprovam o Programa Estadual de Desestatização (PED). A estimativa do governo é que o projeto será aprovado com um mínimo de 40 votos.

Apresentado pelo governo em agosto, o programa prescreve privatizações, terceirização e parcerias com a iniciativa privada como o melhor remédio para reduzir a dívida do Estado avaliada em R\$ 6 bilhões. Tudo isso por decreto sem passar pelo crivo caso a caso, do poder legislativo. Esta prerrogativa do executivo de decidir o futuro das empresas é estabelecida no artigo 3º do PED.

Pressa – primeiro-filho do governador, o secretário de planejamento Marco Aurélio de Alencar, é quem assina o PED e defende a carta branca conferida no artigo 3º “o programa tem uma limitação temporal, tem que se realizar obrigatoriamente no início de nossa administração.” Argumenta.

Pelo menos seis partidos de oposição – PDT, PT, PSB, PC do B, PMN, PSD – pretende obstruir a votação por até dois meses. Estimam cerca de 800 Destaques para Votação em Separado (DVS) que serão apresentados. E cada destaque pode ser discutido por até dez minutos.

A polemica da votação começa pelo lado de fora, onde a própria segurança da assembleia estima em cerca de 20 mil pessoas que estarão protestando contra a privatização do Banerj, o ponto mais polêmico do PED. A preocupação é tão grande que o diretor de segurança da Casa, Ledenísio Barata, e o Coronel Brandino,

coordenador militar da Assembleia, reuniram-se sexta-feira com o General Nilton Cerqueira, Secretário de Segurança.

A Polícia Militar vai botar nas ruas o “efetivo necessário” dependendo do número de manifestantes centenas de PM’s estarão nas imediações da assembleia, além da segurança da casa formada por 70 homens. Os 800 metros que compõem o perímetro do Palácio Tiradentes e 23 de julho serão isolados: nenhum carro poderá ficar estacionado nas ruas próximas.

Essa reportagem demonstra a tensão entre opositores do PED dentro da Assembleia Legislativa e fora com a organização das forças de repressão policial contra as manifestações dos trabalhadores, estudantes e sindicalistas. Observa-se, não é o clima que se tentou construir na primeira reportagem de agosto de 1995.

Nessa reportagem as críticas da sociedade ao Poder Legislativo com a intitulada “*carta branca*” dada ao governador pelo PED, mesmo sem serem mencionadas são colocadas: “*Tudo isso por decreto sem passar pelo crivo caso a caso, do poder legislativo, essa prerrogativa do executivo de decidir o futuro da empresa é estabelecida no art. 3º do PED.*” Depois a leve ironia no texto, insinuando que está tudo em família com palavra “*pressa*” e a afirmação da relação de parentesco entre quem assina o PED, o que é evidente pelo sobrenome, e o governador. “**Pressa** – *Primeiro filho do governador, o Secretário de Planejamento, Marco Aurélio Alencar, é quem assina o PED e defende a carta branca conferida no art. 3º.*”

Temos na reportagem o destaque para o efetivo policial organizado pelo secretário de segurança na época o General Nilton Cerqueira, isso demonstra o clima nada democrático do dia da votação. Mas se não estava democrático para a oposição também não estava para a situação, nessa reportagem temos o clima entre os deputados. **Resistência até no PFL.** (RESISTÊNCIA..., 1995, p. 06)

O presidente da assembleia do Rio, Sergio Cabral filho (PSDB), vai ter que usar muita esperteza para conseguir impedir as 800 obstruções prometida na votação de hoje do Plano de desestatização.

Os líderes dos partidos não se conformam com o fato de nenhuma das 283 emendas apresentadas tenha sido discutida.

Até no PFL de Cesar Maia há resistência, embora o prefeito tenha manifestado apoio ao programa. O pefelista Tuninho Duarte não quer dar *cheque em branco* ao governador Marcelo Alencar: “É preciso que o governador oficialmente agregue a mensagem o que será feito com cada empresa. Não temos nenhuma garantia.” Disse.

A oposição do PFL pode trazer surpresa na votação de hoje, embora os governistas estimem cerca de 42 os votos a favor do plano. Além disso, pelo menos, um deputado do PSDB, o evangélico Nando da Nancel, ainda ontem estava em cima do muro, de acordo com os próprios tucanos.

O que chama atenção nessa reportagem é que a divulgação dela evidencia a possibilidade de o PED não ser aprovado por vários motivos, mas está entre eles algum grau de constrangimento para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro de parte de tantos deputados de se abster dos seus poderes de fiscalizar o poder executivo, começando pelo Presidente da Assembleia .

No dia seguinte a votação do PED temos a ênfase na violência dos manifestantes ou na briga entre deputados durante os debates na Assembleia, e nenhuma notícia foi encontrada quanto aos números de votos da aprovação do PED.

No dia seguinte, 22 de novembro de 1995 temos a capa do Jornal do Brasil: ***Privatização tumultua a Assembleia.*** (PRIVATIZAÇÃO...1995, p.01). Uma foto de meia página com um caminhão de som lotado no fundo, e muitas pessoas no alto do carro de som discursando. No primeiro plano homens discutindo com os escudos do Choque da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A legenda da foto dizia o seguinte: ***“Enquanto os deputados votaram o Programa de Privatização na Assembleia, PM e manifestantes se enfrentam na rua.”*** (ENQUANTO..., 1995, p.01) e ao lado da foto:

A votação do Programa Estadual de Desestatização, (PED) parou ontem o Centro do Rio. Milhares de funcionários das empresas estatais estaduais cercaram a Assembleia Legislativa e entraram em choque com a Polícia Militar revoltados porque não puderam entrar no prédio. Os manifestantes reagiram a pedradas e a polícia respondeu com bombas de gás lacrimogêneo. Cerca de 30 pessoas ficaram feridas.

Temos abaixo a chamada do editorial: ***“As cercanias da Assembleia Legislativa assistiram ontem a mais uma encenação dos estertores do corporativismo.”*** (AS..., 1995, p. 08)”. Na página 08 o editorial tem o seguinte título: ***Estertores do atraso.*** (ESTERTORES..., 1995, p.08)

As cercanias da Assembleia Legislativa do Rio assistiram ontem a mais uma encenação dos estertores do corporativismo, no debate sobre o plano estadual de privatização.

O espetáculo selvagem do radicalismo político ontem não foi diferente do promovido em Brasília quando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou o projeto da reforma administrativa, que abre caminho para a demissão de excedentes de pessoas na administração pública (federal, estadual e municipal). O que os manifestantes defendem não é o interesse nem a soberania nacional, como alardeiam os radicais que berram palavras de ordem, do alto dos caminhões de som dos sindicatos ou dos profissionais que se especializaram nesse tipo de espetáculo.

O tumulto que explodiu fora da Assembleia foi idêntico às agressões dos manifestantes da CUT e dos grupelhos radicais de esquerda que não se conformaram com a decisão democrática da Comissão da Câmara que aprovou a Reforma Administrativa. A última tentativa de impedir a votação do Programa de privatização das empresas estatais do governo fluminense esbarrou, porém, no forte aparato da PM.

Impedidos, pelo regimento interno, de fazer ruídos minoritários no plenário da Assembleia, restou aos agitadores profissionais o tumulto para tentar perturbar a sessão e tentar paralisar a história.

Nada muito diferente dos grupos semelhantes que com as mesmas bandeiras esfarrapadas recusadas pelos eleitores nas últimas eleições, tentaram 200 metros adiante, há dois e três anos atrás, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, na Praça 15, quando da privatização da Usiminas, da Companhia Siderúrgica Nacional e outras empresas estatais. A cada ação corresponde a uma reação legal da PM.

Os resultados exibidos três anos depois pelas estatais privatizadas são argumentos definitivos a favor da iniciativa do governador Marcello Alencar. As empresas da administração indireta no estado, como a Conerj, Cedae, Cerj, Ceg, CTC e Banerj devoram parques recursos estaduais restam após o pagamento do pessoal da administração direta, que já consome 85 % da receita.

Além da reforma administrativa a venda das estatais fluminenses para as mãos mais competentes da iniciativa privada, livre da influência do fisiologismo político, é um dos remédios para que tais empresas voltem a prestar serviços eficientes e o governo estadual recupere a capacidade de investir em segurança pública e nas áreas exigidas pela sociedade.

O editorial não poupar agressões verbais, não bastassem as agressões físicas da tropa de Choque da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, aos opositores do PED. Frases como *“radicais que berram palavras de ordem.”*; *“profissionais que se especializaram nesse tipo de espetáculo”*; *“a última tentativa de impedir a votação do programa de privatização das estatais do governo fluminense esbarrou, porém no forte aparato da PM.”* *“agitadores profissionais”*; *“a cada ação corresponde a uma reação legal da PM.”* São construídas para criminalização dos movimentos sindicais e sociais no neoliberalismo, tentando retirar deles todos os direitos que tem como cidadãos de se manifestarem em uma democracia.

Constrói uma argumentação que compara as manifestações dos funcionários públicos contra a reforma administrativa, que quebrava a estabilidade do funcionário público, com as da PED e as outras manifestações contra as privatizações na Bolsa de Valores o Rio de Janeiro da Usiminas e Companhia Siderúrgica Nacional anteriormente.

Na mesma edição na página 10, Caderno de Política, o destaque da violência continua: ***Pancadaria na porta da Assembleia. Centenas de manifestantes enfrentaram a PM e plano de desestatização é aprovado.*** (PANCADARIA...,1995, p.10). Em baixo da chamada uma foto de meia página com muitas pessoas sentadas fechando toda a rua. A legenda da foto dizia o seguinte: *“O tumulto começou quando os manifestantes decidiram sentar no chão. Policiais do*

Batalhão de Choque avançaram com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneos e a pancadaria se generalizou.”

2.1.1. O PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O Programa Estadual de Desestatização é instituído com a *Lei n° 2470/95* no dia 28 de novembro de 1995. Os objetivos do Programa Estadual de Desestatização são expostos no primeiro artigo do PED:

Art. – 1° Fica instituído o Programa Estadual de Desestatização, que será regido pelos seguintes princípios fundamentais:

I - Reestruturar a exploração pelo Estado da Atividade Econômica, transferindo a iniciativa privada aquelas que não provêm interesse coletivo;

II - Contribuir para a redução da dívida pública do Estado e consequente saneamento das finanças do Poder Público;

III - Permitir a retomada de investimentos nas empresas que vierem a ser transferidas para iniciativa privada;

IV - Promover investimentos e reestruturação da Administração Pública, com vistas a sua atuação nas funções públicas essenciais, em especial nas áreas de educação e saúde pública incluindo-se o saneamento básico;

V - Estimular a livre concorrência e a democratização da propriedade do capital das empresas a serem privatizadas.

Os objetivos são os mesmos divulgados na imprensa como a única e inevitável solução para o Estado do Rio de Janeiro obter recursos.

No artigo 2° se determina que os recursos obtidos do Programa de Desestatização iriam para o Fundo de Mobilização Social, primordialmente e que estava autorizada sua criação, estruturação, composição, administração, modificação e extinção por decreto do poder executivo. Isso significa um controle total do FMS pelo Poder Executivo e aonde seus recursos seriam aplicados, sem nenhuma ordem de prioridade eram as seguintes, no inciso I:

- Educação.
- Segurança.
- Saúde pública e infraestrutura em geral.
- Saneamento básico.

- Transporte de massas.
- Recuperação e construção de vias e rodovias.
- Obras de prevenção e defesa contra inundações.
- Ciência e tecnologia.
- Assentamentos rurais.
- Setor energético e portuário previsto no plano plurianual, nas leis de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Governo do Estado.

O outro destino para o dinheiro do Fundo, de acordo com inciso II era a redução da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro. Mas no primeiro parágrafo do inciso II fica o governo autorizado abrir créditos suplementares, que são créditos para serem usados no orçamento somente para as despesas referentes as dos incisos I ou II. Os créditos suplementares são para reforçar a dotação orçamentárias. São três formas de créditos adicionais e os outros dois são créditos especiais e extraordinário. Ou seja, desestatizações começam com dinheiro comprometido, isso provavelmente influenciará as decisões sobre o preço das estatais como no caso de debate entre o Secretário Executivo do PED, em outubro de 1996, discordando do Consórcio Garantia, vencedor da licitação, que sugeriu o preço da CERJ inicial em R\$ 480 milhões no último relatório de avaliação. Com o PED comprometendo as estatais do Estado do Rio de Janeiro foram possíveis empréstimos com o BNDES.

Na imprensa como exemplo do inciso I, quanto ao item investimento em transporte de massas. ***Linha de trem levará o metro até a baixada. A expansão do sistema prevê a construção de um terminal rodoviário integrado e de um shopping center em São João de Meriti:*** (CORDEIRO, 1996, p. 14):

O governo do estado usará um alinha férrea pertencente a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Para levar o metrô até a baixada fluminense. Os técnicos da Secretária Estado de transporte Urbanos acabam de concluir o projeto de metrô de superfície ligando a futura estação Pavuna (em fase construção) a São Mateus distrito de São João de Meriti. Ao lado da estação será construído um grande terminal rodoviário para a interligar os ônibus dos principais municípios da região - nova Iguaçu, Nilópolis e São João – até o metrô. (...)

Com o projeto já pronto o governo só aguarda a autorização do governo federal para fazer as licitações e dar início às obras. O Rio de Janeiro não tem todos os recursos necessários para realizar o investimento – estimado em R\$ 100 milhões- que só será possível com o financiamento do Banco nacional de Desenvolvimento Social (BNDES)

Privatização – A proposta do Secretário Estadual de Planejamento, Marco Aurélio Alencar, é de que o Banco adiante recursos em valor equivalente a soma a ser obtida com a privatização das estatais fluminenses como a Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (Cerj) e a Companhia estadual de Gás (Ceg).

Nessa reportagem temos a argumentação sobre um projeto, que precisa passar por muitas etapas, e a sua ligação direta com os recursos que serão obtidos com as privatizações das empresas estatais de prestação de serviço de distribuição de eletricidade e gás. Essa reportagem está dentro das linhas do Programa Estadual de Desestatização, sendo uma divulgação positiva do PED para a população da baixada.

Na imprensa, com relação ao inciso II, toda a responsabilidade pela suposta desordem econômica do Estado do Rio de Janeiro era responsabilidade dos funcionários públicos. Na edição de 278, quinta-feira, 11 de janeiro de 1996. Caderno cidade. P. 18. temos uma página inteira de reportagens sobre os funcionários e a ineficiência dos serviços públicos. ***Marcello demite 10 mil hoje. Para reduzir 20 % da folha de pagamento, o estado dispensará servidor contratado irregularmente nos últimos governos:***(MARCELLO..., 1996, p.18)

O governo Marcelo Alencar vai demitir nas próximas horas cerca de 10 mil funcionários públicos contados irregularmente nos três últimos governos. (...) trata-se de medida mais dura do programa de corte inicial de despesas do Estado iniciado ontem, quando 121 funcionários do Centro de Processamento de Dados do Rio de Janeiro (Proderj) foram postos em disponibilidade. Com essas e outras medidas os governos pretende reduzir os gastos com a folha, que atualmente consomem 81% da receita Estadual para 60 %.

No título se observa o ataque aos governos passados, para demonstrar o rompimento com políticas públicas anteriores, ao mesmo tempo em que acusa de corrupção por afirmar que as contratações eram irregulares demonstrando que seu governo não participa de irregularidades.

Na segunda reportagem com o título: ***‘Rede de poder’ move o Proderj.*** (REDE..., 1996, p.18). Temos uma reportagem sobre o Centro de Processamento de Dados do Rio de Janeiro, afirmando sem investigação da polícia, um esquema de corrupção para o Detran, que iria da demora na carteira de motorista até seis meses chegando a “*esquentar*” carros roubados por terem acessos as informações dos computadores. Na mesma página temos a outra reportagem com título: ***Empréstimo para a reforma.*** (EMPRÉSTIMO..., 1996, p.18):

(...) Ontem o Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social informou que vai adiantar R\$ 100 milhões da privatização da Companhia elétrica do Estado do Rio de Janeiro (Cerj) para o governo estadual dar início ao seu programa de reforma administrativa. (...)

Estado governável – segundo o governador o programa de reforma visa tornar o Estado governável. Marcello Alencar lembrou que o Estado hoje tem diversos órgãos com servidores demais e assim mesmo não prestam um bom serviço.

“Fui eleito para governar 14 milhões de pessoas, não para 488 mil servidores, vamos acabar com essa história que o governo finge que paga e os servidores fingem que trabalham.”

Marcello Alencar afirmou que não pretende fazer corte de pessoal na área de segurança pública. “A situação de hoje nos obriga a reformar e reforçar os quadros da polícia”, acrescentou. Afirou que cumprirá a Lei Camata, lei federal que fixa em 60% os gastos dos estados com a folha de funcionalismo.

Os empréstimos de adiantamentos das privatizações estão sendo divulgados como soluções para as contas públicas do Estado ao mesmo tempo em que a folha de pagamento funcionalismo é responsabilizado pelas despesas do Estado, com exceção do funcionalismo público que faz parte da polícia, que não será reduzido, como afirmou o governador.

Na quarta reportagem, no final da página, temos apresentação de uma tabela com o título: *Como é e quanto custa a máquina do Estado*. (COMO..., 1996, p.18). A tabela está dividida em duas partes. O quadro administração indireta com 45 instituições estaduais entre empresas e autarquias e o quadro da administração direta com 27 secretarias. Nas primeiras tabelas consta as seguintes informações, em uma coluna, o nome da autarquia, empresa ou fundação sem especificar sobre cada sigla e na outra coluna, o número de funcionários, folha de pagamento e média salarial. A segunda tabela, da administração direta tem uma coluna a secretária e na outra coluna, o número de funcionários, folha de pagamento e média salarial. O quadro não coloca a fonte das informações, mas o impacto para a população da imagem dos salários do funcionalismo público é grande, porque a média salarial das instituições privadas são sempre menores.

No PED as maiores críticas se encontrarão no art. 3º, onde o poder legislativo do Rio de Janeiro rejeitou seu dever de poder legislativo, e os parlamentares em sua maioria, que aprovaram o PED, abstiveram-se do debate sobre a importância das empresas do Estado do Rio de Janeiro com a população.

Art. 3º - Poderão ser privatizadas, nos termos da lei, todas as empresas controladas diretamente ou indiretamente pelo Estado.

§ 1º - Considerar-se a privatização a alienação, pelo Estado, do controle acionário das empresas. Rege-se ainda, por esse programa, a alienação das participações minoritárias, permitida a doção de procedimentos simplificados.

§ 2º - fica autorizado o chefe do executivo, a incluir, através de decretos as empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado.

No parágrafo 1º, as privatizações seriam de duas formas, sendo que e as participações minoritárias com procedimentos simplificados, não temos nenhuma especificação do percentual que pode ser considerada uma participação minoritária do Estado do Rio de Janeiro na empresa e o que seria um procedimentos simplificados.

No parágrafo 2º O chefe do executivo decide a inclusão das empresas controlada direta ou diretamente pelos Estado no PED.

No artigo 5º, temos a centralização das decisões da Secretaria executiva composta por sete membros subordinada ao governador e a delegação dos membros, também no parágrafo 1º, pelo governador.

Art. 5º - O Programa Estadual de Desestatização terá uma Comissão Diretora que será assessorada por uma Secretaria Executiva – diretamente subordinada ao Governador do Estado, composta por 7 (sete) membros de ilibada reputação e que exerçam cargos de elevado nível hierárquico na Administração Pública Estadual.

§ 1º - A designação do Presidente da Comissão Diretora e demais membros titulares ou suplentes será de competência exclusiva e indelegável do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º - Funcionará junto à Comissão Diretora um membro da Procuradoria Geral do Estado, designado pelo governador do Estado, por proposta do Procurador Geral, que exercerá a fiscalização da legalidade.

§ 3º - O Poder Executivo editará decreto regulamentando a composição e as funções da Secretária Executiva, que terá a obrigação de operacionalizar as deliberações da comissão.

§ 4º - O Presidente da comissão Diretora terá. Além do voto ordinário. O voto de qualidade.

§ 5º - Poderão participar das reuniões a Comissão Diretora, sem direito a voto, quaisquer outras pessoas cuja presença, a critério de seus membros, seja considerada necessária para apreciação dos processos.

§ 6º - Os membros da Comissão Diretora, os funcionários em serviço na referida Comissão, agentes políticos da administração, os membros dos Conselhos de Administração ou assemelhados, e os membros das Diretorias Executivas, seus cônjuges e parentes e parentes até o segundo grau, não poderão adquirir ações ou bens pertencentes às empresas incluídas no Programa Estadual de Desestatização.

§ 7º - para os efeitos do parágrafo anterior, compreende-se como Agentes Políticos Administrativos do Governador do Estado, o Vice-governador e os Secretários de Estado.

§ 8º - Os membros titulares e suplentes da Comissão Diretora não farão jus a remuneração, sendo o trabalho desenvolvido pelas mesmas considerados serviço público relevante.

§ 9º - Os membros da Comissão, quando em viagens a serviço do Programa Estadual de Desestatização, farão jus às despesas diárias de alimentação, hospedagem e transporte, de acordo com a legislação pertinente.

No Art. 6º. Compete a Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização. Temos 23 incisos que dão poderes a Comissão Executiva que é formada pelo governador, logo, ao Governador e ao seu *primeiro-filho* o Secretário de Planejamento Marcos Aurélio Alencar. Nesses 23 incisos todo o processo de privatização é controlado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro Marcello Alencar do PSDB.

Art. 6º - Compete à Comissão, Diretora do Programa Estadual de Desestatização:

I - propor ao Governo do Estado, o cronograma de execução do Programa estadual de Desestatização;

II - submeter, mensalmente, ao Governador do Estado, o cronograma de execução do Programa Estadual de Desestatização, dando ciência a Assembleia Legislativa;

III - divulgar o cronograma de execução do Programa Estadual de Desestatização;

IV - coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução do Programa Estadual de Desestatização, dando-lhe ampla divulgação;

V - propor as condições gerais de venda das ações representativas do controle acionário, outros bens e direitos, aí se incluindo a definição dos meios de pagamento, o preço mínimo dos bens ou valores mobiliários a serem alienados, bem como quantitativo das Cotas do Fundo de Privatização a serem utilizadas como forma de pagamento;

VI - fiscalizar a estrita observância dos princípios e regras consagrados nesta Lei, assegurando a rigorosa transparência dos processos de alienação;

VII - sugerir a criação de ações de classe especial e as matérias que elas disciplinarão, a serem tuteladas pelo Estatuto da Pessoa Jurídica e subscritas exclusivamente pelo Estado;

VIII - estabelecer critérios quanto aos direitos dos empregados participantes do sistema de previdência privada da instituição a ser desestatizada, observada a legislação pertinente;

IX - definir o volume de ações a serem oferecidas aos empregados de cada uma das empresas privatizadas;

X - identificar previamente os grupos de interesse e que participarão do ato de aquisição das ações, como também a forma pela qual se dará preferência a que se refere o inciso I do artigo 4º;

XI - expedir normas e resoluções necessárias ao exercício de sua competência;

XII - publicar relatório semestral e detalhados de suas atividades e resultados, contendo, necessariamente, as seguintes informações:

- a) relação das empresas a serem privatizadas;
- b) descrição do volume de investimentos feito pelo Governo Estadual ou suas entidades na empresa e retorno financeiro pré-privatização;
- c) números de empregados e perspectiva de manutenção do número de empregados após a privatização;
- d) especificação da forma operacional da privatização e sua justificação, com explicação de exclusão da disseminação de ações, quando for o caso;
- e) descrição pormenorizada das atividades efetivamente desempenhadas e o resultado das privatizações realizadas.

XIII - fornecer as informações que vierem a ser solicitadas sobre o Programa Estadual de Desestatização;

XIV - divulgar amplamente todos os processos de desestatização, previstos nesta Lei, bem como prestar todas as informações que vierem ser solicitadas pelos Poderes competentes;

XV - promover licitações, nos termos da Lei, para contratação de empresas de consultoria econômica, avaliação de bens e auditoria necessárias aos processos de alienação;

XVI - promover, divulgando os critérios, ampla articulação com o sistema de distribuição de valores mobiliários e as Bolsas de Valores, objetivando estimular a dispersão do capital das empresas integrantes do Programa Estadual de Desestatização;

XVII - determinar quais as informações necessárias à instrução de cada processo de alienação, além das já definidas nesta Lei;

XVIII - promover o ajuste de natureza operacional, contábil ou jurídico, bem como o saneamento financeiro de empresas, quando considerado a adoção de tais providências como indispensáveis à implantação dos processos de alienação, sendo autorizado desde já a abertura de crédito suplementar para o referido saneamento;

XIX - selecionar e cadastrar empresas de reconhecida reputação e tradicional atuação na negociação de capital, transferência de controle acionário e venda de ativos, facultando-se a utilização de cadastro oficial de entidades da Administração Estadual e/ou Federal;

XX - preparar a documentação de cada processo de alienação;

XXI - submeter ao Governador as contas relativas ao processo de privatização;

XXII - instituir os critérios de participação preferencial na compra direta de ações por parte dos empregados vinculados às empresas incluídas no Programa Estadual de Desestatização, podendo ter preços e condições diferenciados, respeitado a avaliação mínima;

XXIII - apurar, mediante representação fundamentada, qualquer denúncia de irregularidade nos processos de privatização, adotando as providências necessárias para assegurar absoluta legalidade aos procedimentos.

Parágrafo único - O Regimento Interno da Comissão Diretora será submetido à aprovação do Governador do Estado

A observação desses pontos revela o grau de poderes que é dado a Comissão Executiva, logo, ao governador Marcello Alencar. Nem um artigo de necessidade de aprovação pelo legislativo para a aprovação dos sete membros, foi exigida pelos Deputados Estaduais que

votaram na aprovação do PED. A pergunta que se coloca é com a aprovação do PED, na integra como defendia o Secretário de Planejamento no seu artigo, foi possível pelo Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro?

Foram privatizadas com a aprovação do PED 7, durante os anos de 1996 e 1998 sete empresas estatais de diversos setores de infraestrutura e setores de serviços na seguinte ordem:

- ° CERJ - Companhia elétrica do Estado do Rio de Janeiro, privatizada em novembro de 1996.
- ° BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro, privatizado em junho de 1997.
- ° CEG – Companhia Estadual de Gás, privatizada em julho de 1997.
- ° Metrô Rio – Companhia de Metropolitano do Rio de Janeiro, privatizado em dezembro de 1997.
- ° CONERJ – Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro, privatizada em fevereiro de 1998.
- ° FLUMITRENS – Companhia Fluminense de Trens Urbanos, privatizada em julho de 1998.
- ° Terminal Menezes Cortes com o edifício garagem, privatizado em novembro de 1998.

2.1.2 – OS RESULTADOS DO PED.

Em um dos documentos da CPI de 2001, uma brochura de 2000, com título *A verdade sobre as privatizações- O processo de Privatização das empresas estatais no estado do Rio de Janeiro – resumo*, elaborada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro – CREA-RJ; SETRAB; CUT - Rio; Sindicatos Associados das Empresas Privatizadas – Ferroviários, Metroviários, Sinergia, Siutsama, Engenheiros, Advogados -RJ, ANBEP e a Comissão pró-revisão das Privatizações do Estado do Rio de Janeiro. Os nomes dos representantes das instituições são os seguintes:

CREA- RJ - Antônio José Martins.

SETRAB - Ronaldo Barata e Colombo de Souza.

CUT - RJ - O presidente Antônio Carlos Carvalho.

CODERTE – Altamiro N. Amorim, Milton Mendes e Valcineia C. Silva.

Sindicato dos Ferroviários – Valmir Lemos (Índio) e Carlos Henrique Santos.

Sindicato dos Metroviários – Evandro Lima e Edgard Coelho.

ANBEP – Juarez Calbo e Ronaldo Barata.

Sindicato dos Engenheiros – Luiz Antônio Consenza.

SINTSAMA - Humberto Nunes L. de Castro e Roberto Rodrigues Silva.

Sindicato dos Advogados – Wadih Damous.

FAEARJ – Federação das Associações de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – Assessoria Celso Sá.

Colaboraram os Jornalistas Fernando Paulino e Renata Idalgo.

Na apresentação do trabalho que é assinada pelo Presidente do CREA- RJ José Chacon de Assis são feitas as seguintes críticas ao Programa Estadual de Desestatização, que eram as mesmas feitas desde sua aprovação em dezembro de 1995 e que foi objeto de ações de ilegalidade constitucional, porém agora, depois das privatizações com dados concretos dos seus resultados:

O governador eleito em 1994, sr Marcello Alencar, consegue, com elevado custo, a submissão da maioria dos deputados estaduais e aprova, em 28 de novembro de 1995 a lei 2470 PED – Programa Estadual de Desestatização, que autoriza o governo estadual a promover a privatização das empresas estaduais através, principalmente da “ alteração da participação acionaria, inclusive do controle acionário” e sem precisar submeter caso a caso as privatizações.

A lei 2470 – PED viola o artigo 2º da constituição federal e o artigo 7º da constituição do Estado do Rio de Janeiro, ao ferir o princípio constitucional de *separação* e *harmonia* em os poderes, pois delega poderes legislativos ao governo estadual. Seguiram-se diversos atos afrontosos à legalidade e a moralidade, como o decreto 21916 de 21/12/95 que regulamentou a lei.

Diversa análises de ordem técnicas, jurídicas e sociais sobre o processo de privatização e concessão de serviços públicos do Estado do Rio de Janeiro, realizado ao longo dos últimos meses, apontam para uma só constatação: houve graves falhas administrativas que visaram basicamente atender aos interesses de certos grupos privados. Em consequência disso, o bem-estar da maioria da população foi seriamente prejudicado.

Sobre as privatizações são apresentados resumos e uma introdução onde os pontos mais relevantes são destacados. A seguir exporemos a introdução feita pela equipa que elaborou o

documento de cada empresa das sete privatizada e suas irregularidades no processo de Privatização. No resumo sobre a privatização do CERJ. (CREA-RJ, 2000):

A Companhia de eletricidade do Rio de Janeiro foi vendida em novembro de 1996 por R\$ 605 milhões. Seu valor poderia ser estipulado em até R\$ 1 bilhão. Entretanto, foram consideradas a “taxa de risco Brasil” para uma atividade sem risco e dentro do próprio país, e a taxa de “risco da atividade econômica” da atividade econômica, também muito estranha por ser uma atividade sem concorrência. Vale lembrar que a Procuradora Geral do Estado, por ocasião da publicação do edital de licitação, emitiu um parecer alertando sobre a necessidade de ser fixar um teto para a cláusula de sucesso para venda das ações da CERJ. A PGE considerou um exagero a taxa de sucesso estabelecida. Para atrair grupos estrangeiros, foram dispensados, na fase de pré-qualificação, os índices Duração Equivalente e de Interrupção por Cliente – DEC e o Frequência Equivalente de Interrupção – FEC, bastantes utilizados no Brasil. O contrato de concessão não prevê cláusulas assecuratórias dos direitos dos consumidores de comunicar a concessionária e ao poder concedente eventuais falhas ou irregularidades na prestação de serviços e de denunciar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária ou suas prepostas. O contrato também não estabelece metas precisas para investimentos em expansão e qualidade de serviços nem em eletrificação rural.

Os resumos das privatizações das sete empresas estaduais revelam a complexidade que envolveram essas privatizações. O que demonstra a irresponsável decisão de em uma só ação privatizar empresas de áreas econômicas diversas, desconsiderando as especificidades e as necessidades do Estado do Rio de Janeiro em cada um desses setores, além disso, a consequente abrangência desses debates para a população e os interesses diversos envolvidos na aprovação do PED.

Quando outras frações das classes trabalhadoras representada por sindicatos, o resultado do PED é muito diferente do propagandeado na imprensa se tornando o contraponto.

Segundo o documento em todas as empresas as constantes foram:

- Estratégia diversas, para cada setor econômico de cada empresa, para diminuição do preço da empresa.

- Mudanças de cláusulas do contrato entre o processo de licitação divulgado e a assinatura para prestação dos serviços

- Transferência do patrimônio das empresas públicas para as empresas privadas por valores abaixo do mercado.

- O não cumprimento dos contratos depois de dois ou três anos, por empresas que adquiriram as empresas de prestação de serviços públicos.

- Ausência de meios, estabelecidas em contratos, para a população do Estado do Rio de Janeiro acompanhar e exigir as melhorias dos serviços públicos.

No caso da CERJ as questões técnicas da engenharia elétrica, os prazos de expansão e ampliação do sistema elétrico e a conservação de energia; no direito, a análise do contrato e as possibilidades de extinção da concessão como penalidade para o não cumprimento do contrato; na economia, a questão das tarifas que afetam o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro e na qualidade da prestação do serviço de distribuição de eletricidade que é outro aspecto de forte influência na economia do Estado, tanto para a capacidade produtiva instalada, quanto para as decisões nos futuro investimentos.

2.2 - PROCESSO PRIVATIZAÇÃO DA CERJ.

O documento da CPI de 2001, com o título *Análise do Processo de Privatização da Cerj* foi feito pela Fundação COOPETEC que tem endereço no Centro de Tecnologia da UFRJ - Bloco H- sala 203- Cidade Universitária Rio de Janeiro.

Assinam a análise:

Mauricio Tolmasquim como Responsável Técnico;

Luiz Pinguelli Rosa como Coordenador Técnico;

Angela Uller Coordenadora Executiva;

Sergen Farid Estefen Diretor superintendente.

A análise é datada de Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1999.

A *Análise do Processo de Privatização da Cerj* está dividida em 8 capítulos e são os seguintes: 1- Introdução; 2 – Contratação da consultoria para avaliação sendo os subitens: 2.1 Histórico do processo, 2.2 Análise do edital de licitação, 2.3 Julgamento e adjunção, 2.4 Análise do contrato, 2.5 Considerações finais; 3 - Análise da modelagem para a privatização; 4 – O preço mínimo estabelecido; 5 – Análise do edital – resultado do leilão; 6 – Análise do contrato de concessão, 6.1 Objeto do contrato, 6.2 Condições de prestação de serviços, 6.3 Prazo da concessão e do contrato, expansão e ampliação do sistema elétrico e conservação de energia,

6.4 Encargos e prerrogativas da concessionária, 6.5 Questão tarifária, 6.7 Penalidades e condições para intervenção e extinção da concessão; 7 – Sugestões; 8 – Referências bibliográficas.

2.2.1 - CONTRATAÇÃO DA CONSULTORIA

No Diário Oficial do Estado do dia 23 de janeiro de 1996, o secretário de planejamento Marco Aurélio Alencar institui a comissão de licitação encarregada de selecionar a empresa consultora para prestar serviços referentes a privatização da CERJ. Nesses serviços estavam inclusos a fixação do marco regulatório. Para a composição da comissão foram escolhidos os seguintes nomes (COOPETEC, 1999, p. 09):

Presidente Renan Miguel Saad da SECPLAN;

André Luiz Faria Miranda da SAD;

Nelson Monteiro Rocha da SEP;

Claudio Roberto Soares Bentes da CERJ;

Alberto José da Cunha Marques da SOSP;

Fábio Giusto Morolli da SECPLAN como suplente.

O edital de licitação foi realizado por concorrência pública. O objetivo era a seleção de empresas para prestar os serviços de avaliação econômico-financeira, preparação, assessoramento e modelagem para a privatização da CERJ e a fixação do marco regulatório da concessão do serviço público de energia elétrica.

O serviço tem duas etapas a venda das ações do Estado para depois firmar um contrato de concessão. (COOPETEC, Op.cit. p.03) Nesse caso uma ordem lógica em que o comprador participaria do próprio contrato, nesse aspecto o prestador de serviços poderia impor o que lhe interessasse no contrato de prestação de serviços de eletricidade para o Estado.

A análise do edital de licitação no documento da COOPETEC é composta de seis partes: um capítulo de definição; a regulação do objeto; condições de participação; habilitação do julgamento; homologação; adjudicação dos recursos de vários aspectos do contrato e de recursos orçamentários e disposições finais. Sobre a avaliação temos na análise técnica o seguinte comentário sobre o peso das notas (COOPETEC, Op.cit., p.03)

Ainda a respeito da atribuição de nota pode-se dizer que o julgamento da parte técnica é bastante subjetivo e que os pesos dados à experiência seja da empresa seja da equipe e que somam 47 pontos, são excessivos, sendo, portanto, o item de maior importância.

Ainda durante o período do processo de licitação do consórcio temos uma notícia com o título: *Lightpar é incluída na lista de privatizações*. (LIGHTPAR..., 1996, p. 16) Nessa matéria no canto da página 16, sem chamada na capa do jornal, temos junto com a notícia uma entrevista que foi diminuída, pela relevante, mas pouca participação da sociedade e outras instituições nos debates sobre o PED, de uma pesquisa da COOPE - UFRJ que fazia críticas ao edital de privatização da Light e aos problemas do Estado na transição do modelo elétrico estatal para o modelo privado:

(...)No Rio, um estudo do Grupo sobre Reforma Institucional do Setor Elétrico (Grise), da Coope/UFRJ, conclui que o governo do Estado do Rio deve tomar cuidado com o processo de privatização da Light e da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj). Estudo entregue ao vice-governador Luiz Paulo Corrêa da Rocha, está semana, em visita à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os pesquisadores analisaram o edital, o compararam com outros processos de privatização na América Latina e avisam que há brechas no documento que poderão trazer prejuízos econômicos e sociais para o Estado.

“Estamos saindo de um modelo estatal sem pensar na transição cuidadosa que tal mudança acarreta. Antes de dar as concessões temos que criar um órgão regulador das empresas que ficará responsável pelo setor elétrico. O sistema privado funciona bem nos Estados Unidos e Inglaterra porque lá esse órgão regulador é forte. Aqui, no modelo estatal a Eletrobrás cumpria esse papel. O governo deve estar preparado, pois as “consequências para a comunidade podem ser serias” alerta o Professor Mauricio Tolmasquim, um dos coordenadores do Grise, afirmando que o preço da Light está abaixo e o mercado futuro da empresa foi subestimado na avaliação.

A falta de estrutura do Estado para escolher o sistema privado também atrapalha as negociações. “No caso da Escelsa, não veio capital estrangeiro porque não temos regras, órgão ou modelo definido. Nenhum investidor de bom senso se arriscará.” explica. O Professor sugere que a venda seja feita em 10 leilões, em vez de um só, para pulverizar mais ações, e que estado continue presente através das participações nas ações num mecanismo de transição.

Na reportagem são apresentadas algumas propostas dos engenheiros para os aspectos técnicos do setor elétrico estatal na mudança para o privado. Sendo a existência de um órgão regulador forte, o que seria o motivo apontado pelo Professor Tolmasquim de funcionar bem esse modelo do setor elétrico privado nos Estados Unidos da América e na Inglaterra. No caso do Brasil esse órgão regulador, nem forte e nem fraco, havia sido instituído antes das privatizações começarem no setor elétrico.

A falta de regulação, ou o desinteresse na regulação, poderia prejudicar os investimentos possíveis. No caso brasileiro não poderia ser desconsiderado, como estavam fazendo os privatistas, o fato de que estávamos passando por uma transição de modelo do setor elétrico estatal para o modelo do setor elétrico privado, e que isso não poderia ser feito no ritmo imposto pelas privatizações, sem problemas no setor elétrico futuramente em menos de cinco anos.

Quanto ao modelo de privatização, temos a crítica a um leilão, que favoreciam a concentração de ações, sendo uma transferência das ações sobre controle do estado para o controle privado. O que segundo o próprio PED no artigo 1º, que estabelece seus objetivos é uma contradição, porque não favorece a democratização das ações. Sendo, segundo o Professor Tolmasquim, necessário para a pulverização das ações em 10 leilões de ações, e não um leilão como aconteceu em todas as privatizações das empresas estatais federais de vários setores da economia e mais precisamente a ESCELSA, privatizada em 11 de julho de 1995 e a LIGHT que seria privatizada no dia 21 de maio do mesmo ano, 1996. No caso da CERJ ela inauguraria a privatização das distribuidoras de energia elétricas estaduais, sendo um motivo de publicidade nacional para o governo federal e seu projeto neoliberal no Brasil.

No dia 18 de março de 1996, a Comissão de Licitação reuniu-se para abertura dos envelopes, apresentaram-se os licitantes:

- Consórcio CERJ-RIO constituído por Kleinwort Benson, Morgan Stanley, Calpitaltec e Boucinhas & Campos Leme Engenharia.

- Consórcio PROJETA / DELOITE / PRIMUS / ENGEVIX.

- Consórcio TREVISAN / LIBERAL / BZW / BARCLAYS / BFB ENGENHARIA.

- Consórcio BANCO DE INVESTIMENTO GARANTIA S.A. / CS FIRST BOSTON CORPORATION / BLACK AND VEATCH INTERNATIONAL COMPANY / ULHO, A CANTO, REZENDE E GUERRA ADV.

- Consórcio ENERGIA RIO constituído por Banco da Bahia Investimentos S.A./ Lehman Bros / Ernest Young / Máxima Partbank / Metaldato / Marte Engenharia / Zalberg Adv.

- Consórcio ENERIO constituído por Graphus, Arthur Andersen, Schroder e Themag.

No dia 25 de março foi realizado a reunião para dar o resultado do julgamento da fase de habilitação, tendo sido desqualificados os consórcios: TREVISAN por não ter cumprido com

a entrega de documentos indispensáveis e o ENERGIA RIO por ter explicitado no termo de constituição do consorcio o valor a ser cobrado na parte fixa.

A CERJ começa a receber visitação de executivos de empresas estrangeiras para conhece-la. *Interesse*. (BARROS, 1996, p.15):

Marc Pereira, vice-presidente mundial da maior distribuidora de energia do Texas, a Houston Industries Energy, passou o dia inteiro conhecendo a Cerj. Saiu entusiasmado e dizendo que está no páreo para comprar a estatal fluminense. Vai ter que brigar com outros grupos estrangeiros também de olho na empresa. Já visitaram a Cerj empresários portugueses, franceses, ingleses e japoneses. Salvo imprevistos o leilão será 9 de setembro.

O Jornal do Brasil apresenta uma discreta cobertura sobre o processo, quase inexistente pela importância dada para aprovação do PED nas edições do final do segundo semestre de 1995. As notas informativas pequenas e as chamadas sem objetividade para assunto tratado. *Agora vai*. (BARROS, 1996, p. 03):

Na segunda-feira ou no máximo na quarta-feira, serão abertos envelopes para escolha das propostas técnicas para modelagem de venda da Cerj. Dos consórcios que se habilitaram dois foram desqualificados, o liderado pela Trevisan e o Energia Rio, encabeçado pelo Banco da Bahia de Investimentos.

Estão no páreo: Cerj – Rio (Kleinword Benson), Garantia, Projeta e ENE – Rio (Banco Graphis)

No dia 1 de abril a Comissão de Licitação se reúne e os pedidos de recursos das candidatas são indeferidos.

No dia 19 de abril a Comissão de Licitação divulga os resultados das pontuações das propostas técnicas que foram os seguintes:

- 1 – Consórcio Cerj – 63,20 pontos.
- 2 – Consórcio PROJETA – 35,50 pontos.
- 3 – Consórcio GARANTIA – 63,90 pontos.
- 4 – Consórcio PATRIMÔNIO – 34,10 pontos.
- 5 – Consórcio ENERio – 63, 60 pontos.

Com divulgação da pontuação dos consórcios participantes do processo de licitação, o documento de análise do processo de privatização da CERJ, feito pela COOPETEC, faz as seguintes afirmações sobre a continuidade do processo de licitação, (COOPETEC, Op.cit. p. 05):

Foi marcada para o dia 26 de abril de 1996 a data para apresentação do julgamento das propostas de preço, mas o julgamento está incompleto e somente há cópia no DOE de 21 de maio onde é publicada a adjudicação do objeto da licitação homologada pela comissão ao Consórcio GARANTIA, que recebeu 63,90 pontos pela proposta técnica e 18, 1048 pontos pela proposta de preço. Nada há no processo ou no DOE que diga quanto foi a parte fixa ou a taxa de sucesso.

Nas outras observações referentes à análise do processo de privatização dizem que a análise do contrato não seria possível porque não estava anexada no processo. Quanto à minuta não havia nada a observar. Nas considerações finais da análise no capítulo 2 temos as seguintes observações. (COOPETEC, Op.cit., p.05):

2.5 – Considerações finais

Quanto ao edital de licitação, as observações que se depreende da análise é que além da modalidade de licitação do tipo técnica e preço não ser a mais indicada pela subjetividade dos critérios da proposta técnica, o peso atribuído a essa última 70 % é muito elevado.

A taxa de sucesso quando calculada como percentual do valor da transferência da concessão do serviço público para iniciativa privada, estimula a avaliação a mais alta possível desse valor, conforme o caso presente. Assinale-se somente o fato da Secretaria de Planejamento não ter incorporado um limite ao percentual conforme recomendado pela procuradora Cláudia Carneiro.

Observações mais detalhadas a respeito do preço pago a empresa contratada para proceder os serviços necessários para preparar a Cerj para privatização, não puderam ser feitas por falta de por não haver informações no processo.

A conclusão que pode ser feita diante do documento da *Análise do Processo de Privatização da Cerj*, da COOPETEC-UFRJ que integra os documentos da CPI 2001 é que a licitação não foi transparente, porque a Comissão de Licitação usou critérios técnicos subjetivos e atribuição de peso muito alta de 70 % para esses mesmos critérios técnicos subjetivos.

Outra observação, desde o início do processo de seleção pela Comissão de Licitação, foi o não atendimento das recomendações da procuradora Cláudia Carneiro. A demonstração evidente da não aceitação pela Comissão de Licitação da participação de outras instituições do estado no processo de seleção feito por essa mesma Comissão de Licitação, levanta suspeitas sobre a transparência do processo de seleção do Consórcio para privatização da CERJ.

Depois do processo de licitação e da aprovação do Consórcio do Banco Garantia, mesmo com críticas relevantes sobre a transparência, na época por conta dos recursos não atendidos e os critérios subjetivos que eram questionados, continua a campanha contra a empresa pública que não faz referência ao seu sucateamento, por um lado e do outro lado, de reforço do imaginário do processo de privatização da empresa como solução para todos os problemas enfrentados pela população com a prestação dos serviços de distribuição de energia na área atendida pela CERJ. *Estado inicia processo de privatização da Cerj. Grupo faz auditoria para definir o valor da empresa que irá a leilão em setembro.* (ESTADO..., 1996, p. 05):

O governo do Estado deu o primeiro passo para a privatização da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (Cerj). Na última quinta-feira, foi assinado contrato entre o governo e o consórcio Garantia, grupo escolhido para fazer uma auditoria na empresa, que será vendida em leilão, no dia 17 de setembro. Até lá, os moradores de Niterói e São Gonçalo, dois dos 64 municípios atendidos pela Cerj no estado do Rio, continuarão sofrendo com a deficiência no sistema com as constantes quedas de energias.

Por R\$ 380 mil e mais 1,24 % do valor do leilão, o consórcio formado pelo Banco Garantia e as empresas CS First Boston Corporation, Black & Veatch International Company, Price Whaterhouse e Ulhôa Cantos Advogados, terá a missão de avaliar a necessidade de investimentos na CERJ e seu valor de venda. Tudo isso em 120 dias. Segundo o diretor financeiro da Cerj, Cláudio Bens, o valor de mercado da empresa é de R\$ 550 milhões.

“Acredito que a Cerj será vendida por mais do que isso. Seguramente será a privatização do ano.” Acredita o diretor. Fundada em 1980, a partir da fusão de duas empresas a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e as Centrais Elétricas Fluminense, a Cerj cobre 75% da área do Estado.

O que a atual administração quer é deixar a Cerj a mais enxuta possível para a privatização. Há um ano e cinco meses no comando, a direção da Cerj fez um enxugamento na empresa, baixando o número de funcionários de 5.700 para 4.400 e negociando dívidas com as estatais do fornecimento de energia Furnas e Itaipu. Conseguimos pagar R\$ 20 milhões da dívida da Cerj, que no início de 1996 estava R\$ 100 milhões”, conta Cláudio Bens. O diretor atribui a deficiência as administrações anteriores. Segundo ele, até o leilão não estão previstos novos investimentos.

Quando for batido o martelo em setembro, o governo estadual estará se livrando de uma empresa completamente sucateada. Vai passar para iniciativa privada um grande elefante branco – ou melhor azul, como o prédio fantasma da Cerj, em São Domingos é conhecido.

O presidente do sindicato dos eletricitários de Niterói e São Gonçalo, Geraldo Rebello, há dez anos no cargo e a 23 trabalhando na Cerj, diz que o principal problema

da empresa é justamente a falta de investimentos. “Quem assumi-la precisará fazer uma grande injeção de dinheiro. A Cerj terá de recuperar o tempo perdido e ampliar seu sistema de alimentação de energia.” Diz Geraldo.

Conclui-se com essa reportagem, que a CERJ estava sendo administrada durante o governo Marcello Alencar, assim como o Banerj e outras empresas estatais do Estado, para ser privatizada. Mas isso não fica evidente na reportagem que termina o primeiro parágrafo afirmando que até a privatização da CERJ, os moradores da área atendida pela companhia “*continuarão sofrendo com as deficiências no sistema e as constantes quedas de energia*”. O preço de mercado divulgado, pelo diretor financeiro da CERJ Cláudio Bens, de R\$ 550 milhões será um problema para o governo durante o processo de privatização que tinha como objetivo diminuir o preço da empresa para privatização.

Durante o período do trabalho de Consorcio Garantia seriam várias viagens ao exterior, no chamado *road show*, para divulgar a CERJ e também visitas dos executivos das empresas internacionais as instalações da CERJ em toda sua área de concessão.

Nos primeiros meses de trabalho na preparação da privatização, funcionários das empresas que foram o Consórcio Banco Garantia First Boston farão as viagens de divulgação, porém depois, membros do governo do Estado do Rio de Janeiro assumirão a divulgação da CERJ no exterior.

2.2.2. A MODELAGEM DA PRIVATIZAÇÃO

O modelo adotado na desestatização da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro foi para alienação das ações totais do capital social da empresa que possuía o Estado. Eram ações ordinária normativas, que são as ações com direito a voto no conselho administrativo da companhia. O Estado possuía 1.208.395.223.687 ações representando 78 % das ações totais. A Eletrobrás possuía 13 %, investidores privados 8% e os municípios atendidos pela CERJ 1 % das ações. Foram duas etapas: (i) a oferta aos empregados da CERJ de 10 % das ações ordinárias da CERJ, correspondente a 7,8 % do capital social da empresa, que são 120.850.050.000 ações. (ii) A oferta a novo Grupo de controle de bloco único composta pelas 1.08.545.173.687 ações possuídas pelo Estado, cerca, que são 70,3% do capital social da Cerj. (COOPETEC, Op.cit. p.06)

Após a transferência do bloco único de ações ao Novo Grupo de Controle, a União Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia e do Departamento Nacional de Águas e energia elétrica – DNAEE, na qualidade de Poder Concedente firmará contrato com a Cerj outorgando-lhe a concessão de serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em parte do Estado do Rio de Janeiro. Desse instrumento deverão ainda participar, como intervenientes e anuentes, os acionistas controladores da Cerj que constituem o Novo grupo controlador e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A CERJ era uma companhia com 9 usinas de geração de energia até aquela data, mas a autorização poderia criar condições pelas características hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro de aumentar a geração de energia elétrica da empresa. Essa autorização estaria permitindo um outro mercado para a CERJ, a produção de energia elétrica, que envolve impacto ambientais e legislativos que uma empresa de distribuição não tem mesma proporção. Cria-se a possibilidade da venda de energia elétrica, para outras distribuidoras no caso a LIGHT ou ESCELSA que estavam na mesma região. A geração de energia deveria ser outra negociação contratual, além da distribuição e não geração, transmissão e distribuição em um único contrato.

O contrato exige uma pré-qualificação, esse nos pareceu uma reserva de mercado para as empresas do setor de energia elétrica. Sendo uma estratégia de reserva de mercado haveria uma ampla vantagem das empresas estrangeiras do setor, já que no nosso modelo energético sendo estatal não tínhamos empresas em condições de atender esses requisitos de pré-qualificação. Na citação da análise estão colocados os requisitos (COOPETEC, Op.cit. p.6)

Exigia-se a Pré-Qualificação dos interessados em participar do leilão, requerendo-se que a cada participante ou grupo de participantes fosse ou tivesse, conforme o caso, um Participante Técnico Qualificado, que deveria adquirir pelo menos 15 % das ações ordinárias da Cerj. O participante técnico deveria ser um operador de ativos de sistemas elétricos, que apresentasse os seguintes requisitos para qualificar-se:

- ° Número de consumidores igual ou superior a 1 (um) milhão, em 1995;
- ° Vendas iguais ou superiores a 5.000 (cinco mil) GWh, em 1995;
- ° Perdas técnicas e não técnicas de energia iguais ou inferiores a 12% (doze por cento), também em 1995;

Os atributos de dois ou mais Participantes Técnicos somente poderiam ser combinados para atender ao primeiro e ao segundo requisito apenas se tais participantes técnicos fossem controlados pela mesma empresa matriz. O consórcio de consultores que estudou e propôs a modelagem informa que a definição daqueles parâmetros levou em conta o porte da Cerj e , no caso das perdas, a média observada em companhias brasileiras, percentual esse substancialmente menor que as perdas apresentada pela Cerj (27%).por outro lado, apesar do índices DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente) serem bastante utilizadas no Brasil para indicar a qualidade do serviço, o consórcio de consultorias não os exigiu como requisito de Pré-Qualificação, pois conforme alegou esses índices não fazem parte de estatísticas

oficiais no mercado internacional, e sua exigência poderia dificultar a participação estrangeira.

Nos parece que esses critérios criam um resultado, que é a obrigatoriedade de grupos nacionais para terem um participante técnico no Brasil que atenda aos requisitos, e praticamente obrigando a se associarem a empresas estrangeiras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A observação da COOPETEC quanto aos índices de avaliação da qualidade do serviço DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente), que é, em síntese o tempo que uma residência fica sem energia elétrica que e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente) que em síntese são quantas vezes a residência ficou sem energia elétrica durante um período de tempo, como um mês por exemplo, que não são considerados índices de avaliação pelo Consórcio Garantia, com o argumento que não são índices internacionais, torna-se relevante porque o Consórcio Garantia desconsidera, totalmente, as características da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica no mercado brasileiro. O Consórcio Garantia não considerou as características do Estado do Rio de Janeiro, o que significa que a avaliação não teve o interesse de atender as necessidades dos consumidores do Estado do Rio de Janeiro.

Esses dois índices DEC e FEC tem uma relação direta com as equipes de manutenção da rede de eletricidade da distribuidora, isso envolve uma manutenção e aparelhamento das equipes técnicas, e nesse aspecto desconsiderar esses dois índices favorece a diminuição do número de funcionários. O resultado dessa redução de funcionários em um Estado com as características climáticas, tempestades de verão, topográficas, montanhas e poucas planícies numa faixa de litoral, e hidrográficas muitos rios não navegáveis com cachoeiras e trombas de água e com enchentes constantes. A interrupção dos serviços no verão é constante e as equipes tem que se dedicarem a triplicarem ou quadruplicarem seu trabalho nessa estação do ano. Nos aparenta muito desfavorável esses dois índices, principalmente para as características geográficas do Estado do Rio de Janeiro, estarem sendo desconsiderados por causa do mercado internacional de eletricidade. Uma parte da modelagem do Consórcio do Banco Garantia é noticiada. *Cerj só será vendida para operadores.* (BARROS, 1996, p. 17)

O modelo de privatização da Cerj, que está sendo preparado pelo Grupo Garantia e First Boston, terá uma série de inovações. A principal delas é que só uma operadora do setor poderá se habilitar para a aquisição da empresa. Ou seja, nenhuma instituição financeira ou fundo de pensão terá condições de fazer um lance no leilão marcado para o dia 20 de setembro, na Bolsa do Rio, se não for em consórcio com uma operadora. Quer ser evitar com isso que se repita o que aconteceu com a privatização

das siderúrgicas, na qual alguns bancos, de uma hora para outra, passaram a ser donos das empresas, mas acabaram se desfazendo das suas participações.

Para isso, está sendo preparado pelo consórcio Garantia First Boston um edital de pré-qualificação técnico para aqueles que querem se habilitar na compra da Cerj. Até agora em todas as privatizações, o BNDES só exigia uma pré-qualificação financeira, que também será aplicada no caso da Cerj. Nesse caso, as candidatas têm que mostrar se realmente tem recursos ou não.

O mais interessante, no entanto, serão as qualificações técnicas a serem exigidas pelo leilão da Cerj. O candidato terá, em primeiro lugar, que gerar uma quantidade a ser estipulada, de GHW (gigawatts) por ano, tem de atender a um número de consumidores em sua região e, ainda, um índice de qualidade nos seus serviços compatíveis com padrões internacionais. Além disso, os novos donos terão um prazo mínimo em que não podem pensar em vender a companhia. “O que estamos tentando é preservar o consumidor da Cerj.” Diz um dos envolvidos na privatização. A Cerj tem 1,2 milhões de consumidores.

Na primeira semana de julho, os principais envolvidos na privatização da Cerj partem para um *Road Show* em diversos países europeus e em alguns estados americanos para mostrar os principais números da companhia. O *Road Show* também terá algumas inovações. As apresentações não serão apenas para um grande número de investidores, maioria delas será individual para grandes operadoras. O consórcio Garantia First Boston fez uma primeira rodada para saber quais teriam interesses na compra da Cerj. Nada menos do que 100 se apresentaram.

No início da reportagem temos o Grupo Garantia e First Boston, nas reportagens seguintes o nome do First Boston desaparecerá permanecendo só o do Grupo Garantia. O argumento de preservar o consumidor, evitando que bancos comprem e vendam não tem sentido porque bancos são capital financeiros, e não produtivos, o objetivo dos bancos é comprar e vender com a maior lucratividade, se possível com um financiamento a longo prazo. Mas no capitalismo imperialista grandes conglomerados financeiros controlam toda a produção de uma mercadoria e todos tem um banco (LENIN, 2015.) Portanto não há problema em bancos participarem dos leilões das ações, com esse critério eles não poderiam participar do leilão de nenhuma empresa. Mas, comprarem siderúrgicas que é um ramo produtivo com a distribuição de energia elétrica que é prestação de serviços, não nos parece adequado, pelas diferenças da produção de uma mercadoria que não tem monopólio com a prestação de serviços públicos que é um monopólio.

Com a saída ou omissão, do nome do First Boston das reportagens, temos a entrada dos nomes do governo do Estado nas *road show* de apresentação da CERJ internacionalmente. As reportagens, discretas sobre os participantes do governo viajando pela Europa e tentando vender uma estatal do Rio de Janeiro, tem um tom de trabalho árduo e dedicação e saem da parte econômica e entram na social da Danuza. *Em busca*. (DANUZA, 1996, p.03)

O secretário de Industria e Comercio do Estado do Rio, Marcio Fortes, começa hoje em Lisboa uma verdadeira maratona na Europa para apresentar o Plano de Privatização Estadual.

Amanhã já estará em Paris, quinta em Bruxelas e sexta em Londres – Ufa. Em todas as exposições será acompanhado por Claudio Bentes, diretor financeiro da Cerj, ponta-de-lança para atrair investidores.

Na plateia, banqueiros e consultores financeiros.

Outras informações sobre as possíveis consequências das privatizações no Rio de Janeiro do setor elétrico vão para os informes, também com a mesma discricção necessária para o tema espinhoso, se não pode ser monopólio estatal pode ser privado? *Monopólio privado*. (DIAS, 1996, p. 06):

Há muita preocupação em algumas áreas do governo do Estado com a privatização da Cerj.

Se a light comprar a companhia, surgirá o fantasma de um monopólio privado, que apaga a esperança de eletrificação no interior do Estado.

O esforço vai ser de convencer a EDF a, no máximo se associar a outros parceiros brasileiros.

Na próxima reportagem temos o destaque para o sucesso do *road show* na Europa e o nome das operadoras interessadas na CERJ. *Cerj*. (BARROS, 1996, p.21)

Seis operadoras europeias – Endesa, Iberdrola, Union Fenosa, EDP, EDS e Drac Bel - se habilitaram para participar do leilão da Cerj em outubro. O interesse cresceu depois do *road show* promovido pelo governo do Rio na Europa. A exibição da estatal continua semana que vem, no Chile e em Nova Iorque. No Chile a equipe de governo se encontrará com representantes da Chilectra e da Chil Quintas. Nos EUA já estão agendadas reuniões com 13 grandes empresas.

Quais interesses fariam o Secretário de Planejamento se ausentar de suas funções e ficar viajando para vender uma Estatal do Estado do Rio de Janeiro nos Estado Unidos da América, até porque esse é um dos trabalhos cabíveis ao Consórcio Garantia First Boston, não ao Secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro. *Privatização*. (BARROS, 1996, p.17):

O secretário estadual de planejamento, Marco Aurélio Alencar, teve que viajar às pressas neste fim de semana para os Estados Unidos. Motivo é o sucesso do *road show* da Cerj que ocorre naquele país. Ontem durante uma palestra para investidores americanos em nova Iorque, Marco Aurélio anunciou que a dívida do Estado com os fornecedores, que será transformada em Certificados de Privatização (PCs) é de R\$

650 milhões. A participação das moedas podres nas empresas estaduais a serem vendidas devem atingir no máximo 30 % do valor total da companhia.

No dia seguinte o nome do secretário aparece na coluna da Danuza carregado de sacrifícios e dedicação as causas de melhorias do Estado do Rio de Janeiro. *Ufa*. (DANUZA,1996, p. 03)

O Secretario estadual de Industria, Comercio e Turismo, Márcio Fortes, embarcou ontem para os Estados Unidos com a agenda abarrotada.

Na rota estão Detroit, Minneapolis, Dallas, Houston, Miami e Atlanta, onde visita a Southern Electric, um gigante da distribuição de energia dos E.U.A. Na pauta, reunião de cerca de duas horas cada para apresentar a Cerj aos investidores “nosso *road show* está bem ensaiadinho” garante Márcio.

O objetivo do secretário é atrair o maior número de potenciais compradores para a primeira estadual a ser privatizada.

Com essas reportagens em conjunto, temos um exemplo da divulgação e do tratamento da imprensa para as atividades que envolviam o PED e a sua primeira privatização, também sendo no Brasil a primeira do setor elétrico de um Estado do Federação. Privatizar a CERJ com alguma possibilidade de divulgação favorável, mesmo que manipulada, para o Brasil inteiro parecia se a prioridade do PSDB do Rio de Janeiro.

No documento da COOPETEC temos uma citação de parte do relatório de modelagem de setembro de 1996. Nesse documento argumentos em defesa da internacionalização do setor elétrico são colocados sem nenhum ponto que se equilibrasse com os interesses da sociedade. (“*Relatório de modelagem*”, setembro de 1996, p.11. Apud. COOPETC, 1999, p. 07)

“.....
.....
.....

A união claramente entende que o capital estrangeiro será fundamental para o crescimento e saúde do setor elétrico brasileiro. Isto pode ser verificado comparando os termos do edital de licitação da LIGHT (fevereiro de 1996) e da ESCELSA (julho de 1995). No caso da ESCELSA, o Artigo 1.2.2 do Edital menciona que ‘as ações de controle, da ESCELSA deverão estar, em caráter permanentemente, sob a titularidade de brasileiros ou de empresa brasileira de capital nacional...somente poderão participar do leilão as ações de controle da ESCELSA associada a brasileiros ou a empresas brasileiras de capital nacional, de forma que, na liquidação financeira da operação, seja respeitada o limite de aquisição das ações ordinárias nominativas, representativas de 50 % menos uma ação do bloco único ofertado.’ No edital da LIGHT não há limitação quanto a participação de estrangeiros.

No caso da privatização da Cerj não deve haver nenhuma limitação quanto a participação de investidores estrangeiros. Além da necessidade do capital estrangeiro para o setor elétrico como um todo, o Estado deve incentivar a participação dos investidores estrangeiros com a intenção de aumentar a demanda pelas ações. Quer

seja uma venda estratégica quer uma oferta pública, os investidores estrangeiros adicionarão uma tensão maior a demanda e mais competição no processo, resultado num preço mais atraente para o Estado.

É claro que estes fatores não irão garantir a entrada de investidores estrangeiros no processo. As condições apropriadas, precisam ser efetivamente criadas para atraí-los. A ESCELSA permitiu a participação de investidores estrangeiros, porém com limitações, mas pouco se interessaram devido as condições de venda e o quadro regulatório. A LIGHT deve despertar maior interesse por parte dos estrangeiros, porém não atingirá os níveis de competitividade encontrada na Argentina e Peru. Uma parte fundamental do trabalho desses Consórcio consiste na estruturação de um modelo de venda que atraia os principais participantes do mercado internacional de energia, bem como investidores institucionais.

O Consórcio Garantia First Boston está determinado em seu trabalho fazer uma *“estruturação de um modelo de venda que atraia os principais participantes internacionais do mercado de energia,”* e como ficou demonstrado na imprensa tinha total apoio do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Os argumentos do *“Relatório de modelagem de setembro de 1996”* fazem uma análise das privatizações das empresas estatais setor elétrico do governo federal somente na defesa da participação do capital estrangeiro e não de uma concorrência equilibrada entre os interessados, tantos do capital nacional ou estrangeiro sem favorecimento, sem favorecimento a nenhum dos dois mais com objetivo da *“suposta melhoria”* dos serviços de distribuição de energia elétrica para a população do Estado do Rio de Janeiro. Esse documento revê-la a distância entre as notícias da imprensa e o que realmente era a prioridade no processo de privatização da CERJ e das outras empresas durante o Programa de Desestatização de Estado do Rio de Janeiro. Frases como *“É claro que esses fatores não iram garantir a entrada de investidores estrangeiros no processo. As condições apropriadas, precisam ser efetivamente criadas para atraí-los.”* Colocam questões sobre os critérios, ou falta total de critérios para somente criar as condições adequadas para atrair o investidor internacional.

No documento de análise temos as restrições feitas pela equipe da COOPETEC- UFRJ, a essa modelagem de privatização, defendia pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, porque não foi poupado esforço de seus membros para concretiza-la e pelo Consórcio Banco Garantia First Boston. (COOPETEC, Op.cit., p. 09):

A restrição que pode ser feita ao modelo adotado é o seu caráter de receptividade e de incentivo à participação e presença de estrangeiros, o que aliás culminou na desnacionalização da Cerj. Além da inconveniência de colocar empresa que atua em

setor estratégico sob controle externo- o que pode ter consequências indesejáveis para o processo de desenvolvimento soberano e sustentável do país e da região onde ela atua – do ponto de vista macro-econômico agrega-se mais possibilidade de remessa de lucros e dividendos para o exterior por uma empresa que não gera as divisas necessárias, agravando, assim, por longo período, o já elevado comprometimento externo da economia brasileira.

As restrições da Análise da COOPETEC se centram em três argumentos que consideramos relevantes: o primeiro no argumento que houve incentivo a participação estrangeira que culmina na desnacionalização da CERJ e culminará na desnacionalização de todo sistema elétrico brasileiro, a maior parte das distribuidoras estaduais serão privatizadas com controle das maiorias das ações por investidores internacionais. O segundo argumento, está fundamentado em um debate não superado ainda naquele momento, apesar de ser um argumento da ditadura militar para a primeira fase das privatizações e derrubado no governo Sarney que foi a segunda fase das privatizações, se devemos ou não privatizar empresas dos setores estratégicos como os de energia. Essas privatizações sempre poderão colocar essas empresas sobre o controle externo. O terceiro argumento está na macroeconomia, durante 30 anos de duração dos contratos e possivelmente por mais 30 anos com a prorrogação dependendo da conjuntura política, a remessa para o exterior de lucros e o agravamento comprometimento externo da nossa economia.

Como observamos estes três argumentos são desfavoráveis a desnacionalização da CERJ, até aquele momento serão válidos para todas as empresas estaduais de distribuição de energia que serão privatizadas nos anos posteriores como mostra a lista do nosso capítulo I. (p. 41)

2.2.3. O DEBATE SOBRE O PREÇO MÍNIMO DO LEILÃO.

O preço mínimo foi um debate relevante, por motivo dos inconvenientes políticos que poderiam resultar para o governo, entre parte do Governo e a Consórcio Banco Garantia First Boston. A recomendação do preço mínimo estabelecido pela concessionária na minuta de agosto de 1996 de acordo com a *Análise do Processo de Privatização da Cerj* da COOPETC/UFRJ foi de R\$ 480 milhões (COOPETEC, Op.cit. p.11).

Com essa recomendação de preço fica provado que a concessionária tinha como objetivo não oferecer nenhuma limitação, nem o preço, para atrair os investidores internacionais do mercado de energia.

O secretário executivo do PED considerou desde o início os critérios de avaliação do preço usados pela concessionária “*conservadores*”. A concessionária diante do debate aumentou o preço para mínimo para R\$ 510 milhões. Mas mesmo assim, ainda não foi suficiente para resolver o problema do governo, que já havia pego empréstimos com BNDES por conta da avaliação do preço de mercado da CERJ. As reportagens como a Jornal do Brasil de 26 de maio de 1996, em que o Presidente da CERJ, Cláudio Bens anuncia preço de mercado da companhia em R\$ 550 milhões publicamente em um jornal de grande circulação. O governo tinha que considerar os problemas, com a criação de argumentos para os opositores das privatizações, com as próximas privatizações do PED. A próxima privatização, pela agenda do PED, seria o BANERJ. O outro ponto relevante para a política neoliberal nacional do PSDB era para os governos dos Estados da federação, a CERJ teria que ser uma publicidade favorável, por ser a primeira distribuidora estadual de eletricidade a ser privatizada e na ordem de desnacionalização do setor elétrico, a terceira distribuidora de eletricidade.

Mesmo a última recomendação de preço mínimo feita pelo Consórcio Banco Garantia First Boston de R\$ 510 milhões, depois dos debates com o secretário executivo do PED, ainda estava com o preço da CERJ muito abaixo do valor de mercado anunciado da imprensa que foi de R\$ 550 milhões.

O Estado para evitar no mínimo os constrangimentos políticos e no máximo os problemas para as futuras privatizações do PED, determina o preço final da CERJ em R\$ 640 milhões (MENO n° 64 de 12/10/1996. Apud COOPETEC, Op.cit., p. 11):

“Esclarecemos que o documento intitulado ‘A Avaliação Econômico-financeira (Final- Outubro/96) detalha as projeções financeiras da Cerj e os critérios adotados para o preço mínimo da empresa recomendado pelo consórcio que é de R\$ 510 Milhões. Este valor baseia-se na metodologia do fluxo de caixa descontado as taxas entre (13% a.a. e 14 % a.a., também, os valores obtidos em negociações de empresas comparáveis em outros países e aquisições similares. Após revisão cuidadosa do trabalho apresentado pelo consórcio, o Estado estabelece preço mínimo da CERJ de R\$ 640 Milhões, baseando-se exclusivamente na metodologia de fluxo de caixa descontado, por considerar que que está metodologia é tecnicamente mais apropriada, além de ser internacionalmente utilizada em avaliações desse tipo. Assim, o valor mínimo recomendado pelo estado, superior do recomendado pelo consórcio, resultou da metodologia de fluxo de caixa descontado a taxa de 13% a.a. mais coerentes com as práticas em operação de privatização de empresas do setor de energia elétrica do Brasil.

Na frase: “*Após revisão cuidadosa do trabalho apresentado pelo consórcio, o Estado estabelece preço mínimo da CERJ de R\$ 640 milhões (...)*” porque a Comissão de Licitação aprovou o Consórcio Banco Garantia First Boston se o próprio Estado no final fazer uma “*revisão cuidadosa*”? Porque discordou do preço mínimo de R\$ 460 milhões, que foi o primeiro, e depois de R\$ 510 milhões, que foi segundo, apresentados na avaliação do Consórcio Banco Garantia First Boston e no final o Estado determinar o preço em R\$ 640 milhões?

Mas a avaliação da COOPETEC-UFRJ na sua *Análise do Processo de Privatização da CERJ* do preço da CERJ, feita no ano de 1999, é muito diferente da avaliação do preço do Consórcio Banco Garantia First Boston, ou da “*revisão cuidadosa*” do governo do Estado do Rio de Janeiro. (COOPETEC, Op.cit. p. 11):

Embora tenha havido uma expressiva (25, 5 %) elevação do preço mínimo recomendada pelo consórcio de consultoria o valor final adotado ainda é muito baixo, seja porque não foram feitos maiores ajustes nos critérios conservadores adotados, seja porque a taxa de desconto utilizada pelo secretário executivo do PED é ainda extremamente elevada não compatível e não compatível com as características do empreendimento. Se fosse adotada, por exemplo, taxa de desconto de 7% a ano (taxa isenta de risco de 6% + mais risco do negócio de 1%) o valor da CERJ poderia ser elevado a mais de R\$ 1,0 bilhão já realizado o ajuste de deduções cabíveis.

O valor poderia chegar a mais de R\$ 1,0 bilhão de acordo com a avaliação da COOPETEC – UFRJ.

Nos dias próximos ao leilão, as notícias na imprensa estão em torno da formação dos consórcios, inclusive do Consórcio que seria o vencedor. *Cerj*. (BARROS,1996, p. 19)

Mais um consórcio está se formando para tentar comprar a Cerj. O novo grupo envolve a Endesa, da Espanha, a Chilectra do Chile, e a EDP de Portugal.

A escolha do dia do leilão também foi tema de nota no caderno de política, só que associado a economia como o “*conceito de custo Brasil*” e não a uma possível estratégia política do governo, até porque é tema do caderno de política e não “*custo Brasil*” que deveria estar no de economia, de desmobilização dos movimentos sociais de oposição as privatizações. As repercussões da violência um ano antes, o que demonstra oposição da sociedade e não uma

unanimidade quantos as privatizações, na votação do PED foram fortes. *Custo Brasil*. (DIAS, 1996, p. 06)

Há uma surpresa no calendário de feriado brasileiro para o governo do Estado do Rio.

Dia 20 de novembro, data oficial da abertura das propostas de compra da Cerj é feriado estadual, e bolsa não funciona.

É o dia da Consciência Negra.

O embarço tem dimensão internacional, já que o edital correu mundo anunciando a data da venda.

A Bolsa de Valores do Rio funcionou no feriado só para o leilão, na imprensa passou-se a imagem de prestígio do governo com o atendimento o pedido. *Dia do leilão*. (DIAS,1996, p.06):

Está marcado para o dia 20 o leilão de privatização da Cerj.

Segundo o secretário de indústria e comércio do Rio, Márcio Fortes, a Bolsa de Valores, atendendo a pedido do governo do Estado vai operar normalmente.

O feriado municipal- Dia da Consciência Negra- chegou a ameaçar a realização do leilão naquela data.

No dia do leilão que é um feriado estadual, temos uma reportagem dando destaque ao ágio e a disputa das três concessionárias, interessadas na CERJ. A crítica que não foi colocada é que o *road show* do Consórcio Banco Garantia First Boston parece não ter sido muito útil porque nenhuma operadora internacional nova se apresentou, ou nenhuma operadora que já não tivesse adquirido ações na privatização da ESCELSA como a EDP de Portugal, ou na privatização da Light como a EDF da França, ou participado dos leilões anteriores como a Endesa que concorreu no leilão da ESCELSA e da LIGHT, que foi participante no consórcio vencedor da CERJ. Enfim, nos aparece haver algum acordo de cavaleiros nesses processos de privatização. *Três grupos disputam a Cerj no leilão de hoje. Empresa inaugura programa de privatização*. (TRÊS..., 1996, p. 23):

A Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (Cerj) vai a leilão hoje na Bolsa de Valores do Rio (BVRJ). A venda inaugura o programa de privatização do governo do Estado do Rio. O preço mínimo para o lote de 70,26 % de ações que o Estado vai pôr à venda é de R\$ 464,6 milhões. Outros 7,8 5 % das ações estão reservados para os empregados, com um deságio de 30 % sobre o preço mínimo.

O secretário estadual de Planejamento, Marco Aurélio Alencar, aposta que vai arrecadar mais do que o preço mínimo. “Devemos ter um dos maiores ágios já obtidos com a venda de uma empresa estatal.” Prevê.

Recorde – o maior ágio do Programa Nacional de Desestatização (PND) foi obtido em outubro do ano passado, quando a empresa americana Appley comprou a Companhia

Química do Recôncavo (CQR), com um ágio de 13.800 %. Em segundo lugar vem a Mafersa comprada em 1991 pela Refer, o fundo de pensão dos funcionários da Rede Ferroviária Federal, com ágio de 161 %. O terceiro maior aconteceu em fevereiro de 1992, quando o grupo Gerdau teve que pagar um preço 150,4% mais alto para vencer a disputa pela Siderurgia Piratini.

Disputa – Três consórcios se inscreveram ontem para a disputar a Cerj. O primeiro, representado pelo Banco Brascan, é o liderado pelos atuais sócios da Light: EDF, AES e Hoston. O segundo liderado pelo Espírito Santos Centrais Elétricas (ESCELSA), conta com a participação da GTD (Grupo de Fundo de Pensão) e a Iven. Esse grupo entra na disputa através do Banco Fonte-Cindam. O último, composto pela Chilectra, do Chile; a Endesa da Espanha e pela Eletricidade de Portugal (EDP) será representada pelo Banco Graphus.

Segundo Cláudio Bents, diretor financeiro da Cerj, a disputa será acirrada. Os três grupos são fortes”, afirmou. Os lances serão apresentados em envelopes fechados.

Bents disse que os novos donos da Cerj devem investir cerca de 210 milhões, em cinco anos, para modernizar a empresa. Atualmente a Cerj é responsável pelo abastecimento de 75% do território do Estado do Rio. Até setembro desse ano a Cerj teve um prejuízo acumulativo de R\$ 126 milhões, contra R\$ 62 milhões do mesmo período do ano passado.

Os números da empresa:

Investimentos em 95 – R\$ 29 milhões.

Investimentos em 96 – R\$ 26 milhões.

Prejuízo em 95 - R\$ 62 milhões.

Prejuízo em 96 - R\$ 126 milhões.

Faturamento em 96 - R\$ 439 milhões.

Número de empregados- 4.382.

Municípios atendidos – 57

Área de atuação – 75% do território do Estado.

Usinas próprias – 9.

Energia vendida – 4.100 Gwh

Fonte: Secretaria Estadual de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro (SECPLAN)

Nas reportagens do dia depois, a divulgação do leilão foi como tendo sido um sucesso, e até uma insinuação de disputa contra a Light para não forma um monopólio privado da EDF da França. *Luz acesa*. (DIAS,1996, p.06)

Comemorou-se muito, no Palácio da Guanabara, o resultado da privatização da Cerj, por um elenco de razões.

Mas duas delas, especialmente, merecem um brinde maior.

A Light não comprou e, com isso não se formou um monopólio, e o sistema de envelopes fechados, além de dar transparência ao leilão, elevou em 30 % (ou cerca de R\$ 50 milhões) o preço da venda.

Na outra reportagem, que é uma cobertura com ênfase nos Chilenos, o exemplo de sul americanos neoliberais a serem seguidos, e também, a divulgação de investimentos para a CERJ desproporcionais, na nossa opinião, mesmo para os próximos cinco anos. No final a discreta referência a chuva e ao resultado feriado para a falta de manifestações. Mas sabemos que com esvaziamento do centro do Rio de Janeiro as inseguranças dos manifestantes, quanto a violência da polícia eram maiores, em resumo, a polícia poderia ser muito mais violenta sem testemunhas em um feriado, já havia sido em todas as manifestações contra as privatizações anteriores na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, e a imprensa não fazia referência nas suas reportagens, a violência da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Chilenos compram a Cerj. Consórcio liderado pela Chilectra arrematou a empresa por R\$ 605 milhões e anunciou investimentos de US\$ 500 milhões.* (THOMPSON; GOULART, 1996, p. 17):

A Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (Cerj) tem novos donos por R\$ 605.327.643, a empresa foi comprada ontem por um consórcio de companhias elétricas do Chile (Chilectra que ficou com 60% das ações.) Portugal (EDP, com 30%) e da Espanha (Endesa, com 10%). A Cerj foi vendida com um ágio de 30,27% sobre o preço mínimo. Foi o maior ágio em toda as privatizações com pagamento em dinheiro. Apenas R\$ 10 milhões (1,65 %) do valor poderão ser pagos com certificados de privatizações estaduais.

O gerente-geral da Chilectra, Marco Zylberberg klos, disse que o grupo investirá mais US\$ 500 milhões na Cerj, nos próximos cinco anos, para torna-la competitiva e capaz de oferecer melhores serviços à população.

“Vamos trabalhar para ajudar o Rio e o Brasil a terem um melhor sistema de energia elétrica. E estamos dispostos a conversar com a Light para promover essa mudança”, disse.

Envelopes – o leilão ocorreu no pregão da Bolsa de Valores o Rio. O estadual ofereceu um lote de 1.087.545.173. 687 ações ordinárias (com direito a voto), o que representa 70,26% do capital total da empresa. Outros 7,8% serão oferecidas a empregados, com o desconto de 30% sobre o preço mínimo. O sistema adotado foi envelope fechado com as propostas de cada consórcio.

Além do consórcio da Chilectra, outro grupo que entrou na disputa ficou por conta dos donos da Light. Liderada pela francesa EDF, o *pool* incluía as americanas AES e Houston e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A proposta apresentada foi de R\$ 551.579.568.

O secretário estadual de planejamento, Marco Aurélio Alencar, comemorou o resultado, que segundo ele foi ótimo para a primeira empresa estadual a ser privatizada. Marco Aurélio Alencar, elogiou o sistema de envelopes fechado e vai instituí-lo em todos os leilões do programa estadual de privatização do Rio.

A única surpresa no leilão foi a ausência do terceiro consórcio inscrito para disputar as ações da Cerj. Liderado pela Espirito Santo Centrais elétricas (ELCESA) que incluía a Iven, a GTD, um *pool* de fundos de pensão, e a Florida Power & Light Company, uma das maiores empresas americanas do setor elétrico.

Investimentos – De acordo com Marcos Zylberberg, cerca de 60% dos US\$ 500 milhões serão investidos nos dois primeiros anos. Os novos donos da Cerj pretendem ainda estudar investimentos na área de geração de energia.

Sobre a composição da nova diretoria e do conselho de administração, o diretor da Chilectra disse que isso ainda não está fechado. Mas informou que os executivos serão selecionados por seus méritos profissionais, e não pela empresa a qual pertença.

A Polícia Militar designou 200 homens para garantir a segurança da Bolsa de Valores durante o leilão, diante da eventualidade de protestos. Mas esquema, no entanto, não precisou ser acionado, pois a chuva forte e o feriado municipal desestimularam as manifestações.

O resultado do leilão na análise COOPETEC foi o seguinte (COOPETEC, Op.cit, p.15):

- **Sociedade Panameña de Eletricidad S.A.** Constituída conforme as leis do no Panamá e com sede em Santiago do Chile. Participação no Grupo de Controle 29,4 % das ações.
- **Empresa Electrica de Panamá S.A.** Constituída conforme leis do Panamá e com sede em Santiago do Chile. Participação no Grupo de Controle 30,6% das ações.
- **ENDESA DESARROLLO S.A.** Constituída na Espanha e com sede em Madrid. Participação no Grupo de Controle 10,0 % das ações.
- **EDP – Eletricidade de Portugal S.A.** constituída em Portugal com sede em Lisboa. Participação no Grupo de Controle 30,0 % das ações.

Nesse capítulo procuramos demonstrar as lutas de classes na *Sociedade Civil* e na *Sociedade Política* para aprovação do Programa Estadual de Desestatização do Rio de Janeiro para esse objetivo nossa principal fonte foi a cobertura jornalística do Jornal do Brasil. Depois em uma breve análise de alguns artigos do PED que acirravam essas lutas porque não eram democráticos retirando da *sociedade civil* a capacidade de participar do debate sobre a privatização, ou a decisão pela não privatização das sete estatais estaduais, ou caso privatizalas, qual opção seria a melhor para atender os interesses da maior parte da *sociedade civil*. Apresentamos através de uma fonte, das entidades da classe trabalhadora, que demonstraram os resultados do PED em relação a CERJ favoreceram grupos privados e prejudicaram a população do Estado do Rio de Janeiro com a piora da qualidade dos serviços públicos. Com uma fonte técnica de uma instituição especializada no setor elétrico cruzada no trabalho a

cobertura do Jornal do Brasil, fizemos uma análise do processo de privatização da CERJ e seus aspectos de maior debate na *Sociedade Civil*.

No próximo capítulo avaliaremos os impactos sociais e econômicos da privatização da CERJ entre os anos de 1997 e 2002.

CAPÍTULO 3: Os impactos econômicos e sociais da privatização da CERJ entre 1997 e 2002.

No início do ano de 1997, em janeiro, as reportagens são sobre os debates da privatização nacional do setor elétrico. O principal tema era o problema não resolvido pelos defensores das políticas públicas neoliberais, da privatização do setor elétrico sem as regras definidas para depois das privatizações na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Porém, a partir de 05 fevereiro de 1997, os apagões tomam conta do noticiário no Estado do Rio de Janeiro. As referências a Light e a CERJ começam aparecer não em condições favoráveis para as privatizações. ***Blecaute cria confusão em nove cidades. Curto-circuito na subestação de Furnas provoca acidentes em Niterói, que ficou às escuras por mais de duas horas.*** (BLECAUTE...,1997, p.26). Em uma coluna da reportagem com o título *Histórias do Blecaute*, dentro de um relato de pessoas presas no elevador de um prédio em Niterói, temos um comentário. Esse comentário foi o primeiro encontrado na nossa pesquisa, e escondido no meio do texto, talvez para diminuir atenção sobre os resultados da privatização da CERJ, que não estavam atendendo as necessidades dos consumidores, agora privatizada; *“O engenheiro reclamou que a Cerj foi privatizada, mas o serviço de iluminação na cidade não melhorou. Segundo ele no Ingá, bairro vizinho de Icaraí, há quedas de luz com frequências, principalmente nos finais de semana, quando aumenta o consumo de energia.”* Depois, teremos nas outras edições uma série de reportagens sobre a Furnas e a possibilidade Blecaute durante o carnaval, porque os técnicos não conseguiram consertar os transformadores da subestação de Furnas em Adrianópolis em nova Iguaçu.

No entanto observamos a partir do mês de abril uma mudança nas reportagens da sobre a CERJ. Temos na edição 363, domingo, 06 de abril de 1997. Caderno Niterói. P. 4: ***Cerj é vítima de ‘gatos’.*** *Ligações clandestinas de energia, estão até em poste em ao prédio da companhia.* (CERJ..., 1997, p. 04) Na reportagem temos a foto de Viviane Rocha, é a parte de um poste com duas tomadas e o fundo da foto fora do foco. O exemplo de gato do qual a CERJ era vítima. No meio da reportagem a seguinte frase: *“A moda de fazer pipoca em microondas é outro fator que vem aumentando as ligações clandestinas.”* Nessa reportagem parece que o objetivo é vitimar a CERJ, que até aquele momento não estava atendendo as necessidades dos consumidores depois de privatizada.

Uma empresa pública não precisa de um setor de publicidade, mas uma empresa privada tem um setor de publicidade para cuidar da sua imagem, independentemente dos serviços prestados atendam satisfatoriamente ou não, as necessidades dos seus consumidores. No caso da CERJ os leitores argumentavam que era melhor antes de privatizada, como observamos nas opiniões dos leitores.

Na mesma edição 363, num suplemento Ad2 Business de Paulo Macedo, divulgasse esse informe publicitário: “*A recém-privatizada Cerj, companhia de energia elétrica responsável pelo abastecimento do interior do estado do Rio de Janeiro, acaba de escolher a Artplan para cuidar da sua comunicação. A agência conta com a experiência de três anos no atendimento à Light.*” A Agência Artplan tem o empresário Roberto Medina na sua presidência. A partir dessa edição 363 de 1997, observaremos o nome da CERJ associado à Endesa e aos novos negócios da empresa espanhola no Brasil, tentando construir nessa associação uma referência de qualidade de distribuição de eletricidade. Quando a CERJ é citada passa a ser e por causa dos investimentos que fará. “*Cerj investirá R\$ 150 milhões ainda em 97.*” (CERJ..., 1997, p.04) O texto inicia com o argumento que os problemas da CERJ são consequência de quando era uma estatal. “*Vêm de longa data os problemas que a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj) vendida em novembro do ano passado por R\$ 605,3 milhões, enfrenta hoje. Foram quase dez anos sem nenhum investimento e privatização não faz milagres.*” Na reportagem se faz uma defesa das privatizações e no mesmo sentido das defesas anteriores, responsabilizando os anos de serviço público.

Mas até quando durariam as defesas das privatizações nessa linha argumentativa maniqueísta, público sem qualidade *versus* privado com qualidade? Afinal foi privatizado para melhorar e quando chegariam os serviços de qualidade que os privatistas prometeram?

Durante todo ano de 1997 encontramos defesa das privatizações nessa linha de argumentação, também no editorial do Jornal do Brasil. Porém em fevereiro de 1998, ano de eleições, o ministro das telecomunicações Sergio Motta muda a linha de defesa das privatizações no governo do PSDB. Começam alguns setores do PSDB a responsabilizar as empresas pelos serviços de má qualidade, não era possível omitir porque a população era a principal prejudicada e eleitora, conseqüentemente retirasse as responsabilidades das privatizações do setor elétrico conduzido da forma que foi pelos governos do PSDB. Não era mais possível serem desconsiderados os péssimos resultados das privatizações no Estado do Rio de Janeiro, como um debate que tinha relevância nas eleições de 1998.

Os resultados das privatizações do governo do PSDB estavam nos debates eleitorais do ano de 1998 com muito destaque. A estratégia do Ministro Sergio Motta das telecomunicações parece tentar colocar o caso da LIGHT e da CERJ como casos isolados e sem relação com os resultados dos processos de privatização. Na capa a foto de Sergio Motta e a manchete: ***Motta diz que Light e Cerj envergonham a privatização. Ministro da comunicação sugere multa de R\$ 50 milhões às duas empresas.*** (MOTTA..., 1998, p. 01). O Ministro Sergio Motta parece sugerir que só existem problemas com as duas empresas de prestação de serviços, e obscurece os responsáveis pela privatização das empresas que trariam “modernidade” na distribuição de energia elétrica para o Estado do Rio de Janeiro, de acordo com os argumentos dos defensores do PED antes das privatizações.

Seguindo a estratégia inaugurada pelo Ministro das Telecomunicações Sergio Motta, o governador do Estado do Rio de Janeiro do PSDB, Marcello Alencar no ano de eleição estava no Jornal do Brasil com menor destaque: ***Marcello faz ameaças à Light e a CERJ.*** (MARCELLO..., 1998, p.01). “***Marcello ameaça levar Light à justiça. Governador diz que se a distribuição não melhorar lutará nos tribunais para revogar a concessão do serviço a particulares.*** (MARCELLO..., 1998, p.23). Chama atenção uma parte da reportagem; “*Cerj bem – depois de conversar com o vice-presidente da Cerj, Marcello Alencar disse ter mais confiança quanto ao futuro dessa empresa privatizada – ao contrário da Light – por ele mesmo.*” Parece que o governador, e ainda no momento candidato à reeleição, porque depois desistiria de concorrer, Marcello Alencar tinha mais confiança nas suas próprias privatizações do que nas privatizações do seu partido, PSDB no governo federal, que foi o caso da LIGHT.

3.1 – O PLANEJAMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A PRIVATIZAÇÃO.

A LIGHT, do governo federal e a CERJ, do governo estadual, as duas distribuidoras do Estado do Rio de Janeiro tinham quando estatais uma atuação operacional bastante integrada, “*existindo vários casos de autorização para o suprimento de consumidores para uma ou outra concessionária nas áreas limítrofes entre ambas.*” (ROSA; TOLMASQUIM, 1996, p. 11). A privatização das duas empresas entregaria para a iniciativa privada o fornecimento de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro e diversos fatores deveriam ser considerados em relação a essa prestação de serviço e as especificidades do mercado energia elétrica. (ibid. p.14):

Primeira, o monopólio natural na exploração econômica da distribuição de energia elétrica, porque é uma economia de escala. A economia de escala, no caso do mercado de energia elétrica, é uma situação onde “*uma única firma operadora provê toda a produção a um custo mais baixo que qualquer outra situação.*” (ibid. p.14). No caso de duas firmas distribuindo em uma mesma área geográfica haveria um desperdício em investimento de duas redes de distribuição, ou seja, para nenhuma das duas seria lucrativa. Mas por outro lado por ser monopólio natural, pode se tornar muito lucrativo para uma empresa distribuidora de eletricidade.

Segunda, o serviço de distribuição de energia elétrica tem um caráter essencial para o cotidiano das pessoas na contemporaneidade, há uma necessidade de universalização para a melhoria da qualidade de vida e da cidadania. Importante, também considerar dentro dos padrões econômicos capitalistas o aumento do mercado consumidor pelos bens de consumo produzido no capitalismo.

Terceira, os fatores considerados positivos e negativos para uma empresa privada “*tornam extremante complexa a sua internalização em taxas de desconto privadas.*” (ibid., p.14). Nesse terceiro ponto podemos considerar os grupos que compõem o mercado consumidor de energia elétrica. São os grupos residencial, industrial, comercial, rural, poder público e iluminação pública. O primeiro grupo residencial, está no fator de crescimento do consumo com o aumento da população. A população da área de atuação de uma empresa de distribuição de eletricidade, por motivos econômicos ou naturais como catástrofes, também pode diminuir e conseqüentemente o consumo de eletricidade.

Quanto ao grupo industrial, do fator de crescimento econômico, tem duas possibilidades. A primeira possibilidade, é atingir os níveis de consumo para ter direito ao mercado livre de energia, e, portanto, não são por causa do nível de consumo, clientes cativos podendo negociar com outras distribuidoras o fornecimento de energia elétrica. A segunda possibilidade, é tornarem-se geradores da própria energia elétrica que foi o caso da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, que inclusive participou depois de privatizada dos leilões da privatização de distribuidoras de eletricidade.

Considerando esses fatores a distribuição de energia elétrica como monopólio natural por conta da economia de escala, pode ser um fator de desenvolvimento econômico regional quando aumenta os consumidores com a distribuição de energia e com isso colocando no mercado novos consumidores de aparelhos com motores elétricos, para suas residências no caso

das zonas rurais, ou nas áreas urbanas manter taxas de tarifas de energia elétrica que permitam a utilização dos aparelhos de motores elétricos, eletrodomésticos diversos, lâmpadas, fios e outros produtos da industriais. Um fator de política industrial com o aumento do consumo e com o fornecimento de uma fonte de energia para as indústrias com tarifas competitivas que serviriam como atrativos para investimentos industriais e conseqüentemente uma diminuição regional do desemprego.

No caso específico da privatização da LIGHT e da CERJ a falta de marco regulatório foi um agravante para a política industrial do Estado do Rio de Janeiro crítica feita por Rosa e Tolmasquim. (ROSA; TOLMASQUIM,1996, p. 14):

O conjunto desses aspectos seria mais do que suficiente para condicionar qualquer processo de privatização do serviço público de eletricidade à existência prévia de marcos regulatórios bem definidos e discutidos pelo conjunto da sociedade, ao mesmo tempo que deveriam envolver uma criteriosa análise de custo/benefício por parte dos executivos sobre a oportunidade de se perder poderosos instrumento de política industrial e social, repassando-o a iniciativa privada.

O planejamento industrial estava ameaçado no Estado do Rio de Janeiro sem a existência previa de marcos regulatórios e debatidos pelo “conjunto da sociedade”. O Estado do Rio de Janeiro estava inserido em um a política econômica neoliberal porque um dos princípios do neoliberalismo, que foram debatidos no nosso capítulo I, a auto regulação do mercado e a não intervenção do Estado na economia com o planejamento econômico, estavam garantidos com essa inexistência de política energética.

As duas distribuidoras, Light e CERJ, quando estatais operavam com integração mas depois das privatizações a Light com um grupo francês, a Eletricité de France e dois grupos norte americano AES e Houston, e a CERJ controlado por um grupo espanhol a Endesa não teriam mais necessidade do compromisso de manter a integração da energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, se para tal objetivo o aumento dos lucros e retorno do capital investido na compra das ações da CERJ fossem ameaçados.

No ano de 1998, o último ano do governo Marcelo Alencar e ano de eleição para o governo executivo estadual e federal, deputados estaduais, deputados federais e senadores essas questão sobre a integração energética e o planejamento industrial ainda estavam no debate para o Estado do Rio de Janeiro, como demonstra o artigo assinado por Joaquim Francisco de

Carvalho, consultor na área de energia e foi diretor da Nuclen e coordenador do Ministério do Planejamento e ao lado o artigo do governador Marcello Alencar que faz a defesa do sucesso e a continuidade do Programa Estadual de Privatizações- PED. Os dois artigos estão um ao lado do outro na mesma página. *O leite derramado e a energia privatizada*. (CARVALHO, 1998, p.11)

Pouco importa que tenhamos sido contra a privatização dos monopólios do setor elétrico a realidade, com a qual temos que conviver, é que a Light e a Cerj agora são empresas privadas. *Rien à faire*, e *D'ont cry over spilt milk*, diriam nossos amigos franceses, da EDF, e americanos, da AES e da Houston, que controlam a Light.

Vamos então procurar meios construtivos para essas grandes empresas de eletricidade, de fato, assegurara bons serviços para a população do Rio de Janeiro, a preço justos para todos. É indiscutível que experiências para isso elas têm, haja vista a excelência dos serviços de eletricidade na França e nos Estados Unidos.

Penso que, com esse objetivo, o governo estadual deveria planejar e executar uma política baseada em modelo que integre o próprio setor energético com setores industrial, comercial e residencial. Para isso seria criado um conselho de planejamento energético integrado, do qual participariam representantes do executivo estadual, da câmara municipal e da Assembleia Legislativa, bem como entidades de classe da indústria, comércio, turismo, associação de moradores, além evidentemente da Light e da CERJ.

O planejamento integrado que me refiro deve basear-se em parâmetros que indiquem o real interesse, para as sociedades fluminenses e cariocas das atividades industriais e comerciais que em que é empregada a eletricidade. Particularmente esclarecedores seriam os indicadores de criação de empregos permanentes, e de valor da produção por unidade de eletricidade consumida. Esses parâmetros permitem avaliar a utilidade pública dos projetos indústrias e comerciais, aí incluído o turismo. Em função dessa utilidade é que lhes seria então fornecida, segundo tarifas seletivas, a energia gerada em unidades que utilizam recurso naturais que pertencem a toda a sociedade, como o potencial hidroelétrico por exemplo. Aliás, essa é uma das razões para que o Rio de Janeiro se empenhe pela permanência dos sistemas de geração e da transmissão de eletricidade sob o controle estatal, ainda que sob a jurisdição do governo federal ou de outros Estados.

Não pretendo alongar-me na discussão desse tema, pois qualquer pessoa que não seja idiota percebe que privatizar a geração e transmissão de eletricidade significa adotar uma estratégia suicida, abrindo caminho para formação de monopólios e cartéis que, que dominando ambas as pontas do sistema, poderão aumentar draconianamente as tarifas e degradar a qualidade dos serviços, tal qual como aconteceu na Grã-Bretanha, como relata a revista *The Economist* de 28 de março último, em artigo intitulado “*Going Backwards*”.

O autor faz uma sugestão de planejamento energético integrado, essa proposta se justificava porque durante todo o ano de 1997 o Estado do Rio de Janeiro sofreu apagões e toda a população, junto com o comércio e a indústria tiveram grandes problemas e as duas distribuidoras CERJ e LIGHT responsabilizaram Furnas. Porém, a proposta do autor de planejamento integrado, com um conselho de planejamento integrado que reúna diversas

instituições entra em contradição com os princípios do neoliberalismo de não planejamento econômico e a proposta de tarifas seletivas para setores comerciais e industriais do Estado do Rio de Janeiro não é favorável para os lucros das distribuidoras LIGHT e CERJ.

O artigo *O leite derramado e a energia privatizada* foram publicados porque são crescentes as oposições aos resultados das privatizações do setor elétrico no ano de 1998. Não era mais possível evitar o debate sobre a queda na qualidade dos serviços de distribuição de eletricidade das duas distribuidoras o Estado do Rio de Janeiro.

Mas mesmo assim, ao lado desse artigo está outro assinado pelo governador Marcello Alencar, em campanha para reeleição, onde não há uma palavra sobre a situação da distribuição de eletricidade no Estado do Rio de Janeiro, com seguinte título: *Quanto melhor, melhor*. Apresentando as conquistas do seu governo que seriam os resultados da privatização Terminal Menezes Cortês com a construção de novos terminais rodoviários em Rio Claro, Pati do Alferes, Conceição de Macabu, Itaboraí, Duque de Caxias e “*muitos outros*”. A privatização da Conerj que resultará nos próximos meses em uma linha de operação de barcas ligando o centro do Rio de Janeiro a Charitas em Niterói o que aliviaria o fluxo da ponte Rio-Niterói. A inauguração dentro de um ano da linha de *ferry boat* entre a Ilha do Fundão e o município de São Gonçalo, também tendo como resultado o alívio do tráfego de caminhões na ponte Rio-Niterói. Quanto ao Metrô chegarão linhas a Pavuna e Copacabana. Todas as “*conquistas*” do governador Marcello Alencar estão com o verbo no futuro. Esse artigo está fazendo no final a seguinte defesa. *Quanto melhor, melhor*. (ALENCAR, 1998, p. 11):

(...)Chegamos assim ao sistema operado pela Flumitrens, cujo leilão, no próximo dia 3 de junho, definirá o futuro concessionário. Tudo foi feito para viabilizar a concessão dos trens urbanos, assegurando recursos financeiros para a completa recuperação da ferrovia, de modo a capacitá-la a transportar cerca de 1,4 milhões de pessoas até o ano de 2002. Paralelamente medidas administrativas e gerenciais já fizeram o déficit da empresa 250 milhões para 140 milhões por ano. A concessão da ferrovia, além de livrar os cofres público daquele imenso prejuízo, constitui a maior garantia de que a rede será bem mantida e bem operada nas próximas décadas.

O artigo promete com a privatização da Flumitrens capacidade para transporte de 1,4 milhões de pessoas até o ano de 2002, que seria novamente uma promessa futura porque seria o final do segundo mandato de Marcello Alencar, se reeleito, ou seja, os resultados do PED não apareceriam ainda durante seu segundo mandato.

Mas o que poderia explicar na imprensa, a ausência de respostas do governo estadual quanto aos problemas de distribuição de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro após privatização das duas distribuidoras, CERJ e LIGHT era que a reeleição estava ameaçada e com isso os novos projetos neoliberais. Desde janeiro de 1998 a colocação de Marcello Alencar do PSDB, era o terceiro lugar nas pesquisas de opinião de voto. O prefeito do município do Rio de Janeiro Cesar Maia, do PFL estava com empate técnico com o Prefeito de Campos dos Goytacazes Antony Garotinho, do PDT. Maia com 26% das intenções de voto e Garotinho com 25 %.

No mês de fevereiro, o desempate técnico dos colocados em segundo lugar acaba e dificulta a situação de Marcello Alencar para uma reeleição ao governo do Estado do Rio de Janeiro. Na edição 320 do Jornal do Brasil. Domingo, 22 de fevereiro de 1998 no caderno de política segundo a pesquisa JB-Gerps: ***Garotinho reassume a liderança. Prefeito de Campos tem 30% das intenções de voto, contra 23 % de Cesar Maia e 12 % de Marcelo Alencar e venceria também no 2º turno.*** (GAROTINHO...,1998, p. 05)

O planejamento econômico e energético era um problema nacional e não só do Estado do Rio de Janeiro com as privatizações. No ano de 1998 o engenheiro Fernando Peregrino Diretor da COOPETEC/Coppe – UFRJ e Diretor de Atividades Técnicas do Clube de Engenharia. ***Planejamento terceirizado.*** (PEREGRINO, 1998, p. 11)

Para muitos, o Consenso de Washington é mais um plano elaborado pelos EUA, FMI e Banco Mundial que marca a interferência nas autonomias dos países em desenvolvimento e que impõe a redução do Estado nos países do Hemisfério Sul. (...).

A reestruturação do setor elétrico brasileiro, por exemplo, planejada por uma empresa inglesa, Coopers & Lybrand pode ser considerada um acinte à inteligência e um desprezo às nossas vantagens comparativas. No seu relatório, desconheceu a importância do potencial elétrico hidráulico brasileiro ainda não utilizado no país (85%) ao recomendar a utilização de termoeletricidade, o que implicaria a importação de equipamentos. A empresa inglesa recomendou ainda, que tal proposta não fosse examinada pelo congresso nacional.

(...) A Light e a Cerj no rio de Janeiro, após privatizadas em 1996 e 1997, tiveram suas tarifas aumentadas, os apagões infernizaram a vida da população do Rio de Janeiro e mais de 4 mil empregados foram demitidos.

Hoje, em vez de contratar as melhores universidades e empresas brasileiras, o país acaba de entregar seu planejamento estratégico a uma empresa estrangeira que assessora grandes grupos econômicos multinacionais.

O consorcio liderados pela Booz Allen & Hamilton formulará um plano de investimentos tendo em vista o cenário no ano de 2020. Esse estudo custará aos cofres do governo 14 milhões de dólares (...)

Privatizar empresas estatais estratégicas e reduzir o papel do Estado são duas faces da mesma moeda neoliberal. Mas, talvez, poucos poderiam imaginar que o país

entregaria seu planejamento estratégico a uma empresa estrangeira, a mesma assessora de grandes grupos econômicos que se beneficiarão deste plano.

O autor ao longo do artigo descreve a empresa Booz Allen & Hamilton, com 90 escritórios em todo o mundo, com 8 mil funcionários e um faturamento de 14 bilhões de dólares por ano. A empresa possui um conselho assessorado pelo ex-secretário de estado norte americano Henry Kissinger e pelos presidentes de grandes grupos internacionais norte americanos, ingleses, franceses, alemães, japoneses, suecos e indianos.

O planejamento conduzido pelos setores privados, teria entre outras consequências, a possibilidade de construção de monopólios privados do capital internacional. O objetivo de toda empresa é eliminar a concorrência, apesar dos liberais dizerem que o mercado se regula sozinho. (ROSA; TOLMASQUIM, 1996, p. 15)

Como se não bastasse esses riscos, análise dos processos de privatização internacionais e nacionais tem sido rico em lições, basicamente, no que se refere ao processo de concentração industrial ou mesmo do controle estratégico de setores industriais inteiros por parte dos novos operadores industriais de diversas indústrias.

Essa possibilidade se concretizou depois da privatização da CERJ. A CERJ passou a ser uma parte da Endesa espanhola e passou a ser inserida nos planos internacionais da empresa no mercado brasileiro que era o maior da América do Sul. *Endesa da Espanha, compra empresa chilena.* (PRADA, 1998, p.10)

MADRI, Espanha – a espanhola Empresa Nacional de Electricidad SA. (Endesa) anunciou a compra de uma participação majoritária da Enersis SA., do Chile, e a formação de um joint venture para administrar os negócios das duas companhias na América Latina. O acordo cria um conglomerado de energia com 5,1 milhões de clientes.

A transação- que constituiu a compra de várias divisões que juntas controlam 29% da Enersis – garante a companhia espanhola o controle efetivo da Enersis, a maior empresa privada de serviços públicos da América do Sul. A Endesa estimou o valor da compra em US\$ 1,5 bilhão.

Além disso, a Endesa e a Enersis vão formar um *joint venture*, da qual a Endesa controlará 55% para administrar as operações dos dois grupos e direcionar seus investimentos na América Latina.

Na sexta-feira, em Madri, as ações da Endesa caíram de 20 pesetas – para 3,180 pesetas – numa corrida para realização de lucros depois do anúncio. O governo espanhol controla 67 % da Endesa, cujo a privatização por meio da oferta pública de ações está marcada para daqui a alguns meses.

“É um bom acordo, um bom casamento”. Diz Cris Rowland, analista de mercado de serviços para a Merrill Lynch em Londres. “Ele impulsionará a atuação da Endesa na América do Sul.”

Além de dominar grande parte do mercado do Chile sendo a maior acionista da Endesa chilena, uma geradora, e da Chilectra, uma distribuidora de energia, a Enersis tem operações no Peru, Argentina, Brasil e Colômbia.

O acordo veio menos de uma semana depois de o consorcio liderado pela espanhola Iberdrola SA. ter adquirido com uma oferta de US\$ 1,6 bilhão, o controle da companhia de eletricidade da Bahia, a Coelba.

Na matéria temos o destaque para o caso chileno que parece ter trocado monopólio público da distribuição de eletricidade por um monopólio privado da distribuição de eletricidade sendo construído pela empresa pública da Espanha, a Empresa Nacional de Electricidad AS. – Endesa, que até aquela data tinha 67 % do seu controle acionário com o governo da Espanha. Na reportagem está evidenciado as ligações da Endesa que chegou com seus tentáculos na distribuição de energia do Estado do Rio de Janeiro com a compra de CERJ, uma das consequências das privatizações como afirmou Rosa e Tolmasquim, na citação anterior.

No nosso capítulo I, fizemos a citação da construção do monopólio do setor de produção da América do Sul pela ENDESA (HONORATO,2012, p. 156). Nosso capítulo II, discutimos a possibilidade de monopólio privado do serviço de distribuição de eletricidade do Estado do Rio de Janeiro no caso a EDF da França que controlava a LIGHT fosse vencedora no leilão da CERJ.

Porém, se não tem o monopólio privado a internacionalização oferece algumas dificuldades com a privatização. As empresas internacionais de distribuição são gerenciadas para terem um retorno rápido dos investimentos e a qualidade dos serviços não são as prioridades, mesmo tendo essas empresas condições técnicas para tal objetivo. A prova é que os serviços de distribuição de eletricidade nos seus países são de excelência, como argumentou o artigo de *O leite derramado e energia privatizada* no primeiro parágrafo.

Um ano e meio depois da privatização da CERJ não se podia falar sobre a melhoria dos serviços, temos uma reportagem do caderno de economia do Jornal do Brasil sobre importações de executivos que revelam essa internacionalização dos serviços para atender o gerenciamento internacionalizado, o que não se refletiu na melhoria dos serviços de distribuição para o mercado consumidor da CERJ. *Importação de executivos. Novos donos da Cerj trouxeram seriedade e modernidade. ‘Gringos’ dão mais energia.* (KRESCH, 1998, p. 24)

(...) Diante desse cenário desolador os estrangeiros trouxeram um batalhão de 90 técnicos e profissionais de outros países para burilar a empresa. Durante 60 dias que tomou a tomada de poder, a Cerj foi invadida por chilenos, argentinos, peruanos, peruanos, portugueses e espanhóis. Não vieram apenas executivos com altos cargos hierárquicos. Também foram importados profissionais de nível gerencial. “Mais esse pessoal ficou por pouco tempo. Hoje há 30 executivos estrangeiros na Cerj, menos de 1% dos empregados”, conta o chileno José Luís Echenique, gerente de relações corporativa da empresa. A missão técnica foi a de iniciar o processo para que a companhia se adequasse aos padrões da Chilectra e da Endesa, donas de distribuidoras em vários países. Os executivos, no entanto, assinaram contratos de trabalho no Brasil de, em média, três anos.

A primeira grande mudança na Cerj foi na área de informática. A empresa não tinha quase nenhum computador. O departamento jurídico vivia atulhado de papelada. Com investimentos de R\$14 milhões, os novos donos compraram 1.200 computadores. Com a empresa quase totalmente informatizada, os processos jurídicos ganharam agilidade e a burocracia perdeu força.

A área de tecnologia e distribuição também mudou. Nem tanto pela transferência de tecnologia chilena e europeia, porque os técnicos brasileiros não ficavam nada a dever aos estrangeiros. Mas, principalmente por causa do dinheiro injetado na Cerj. Em 1997 foram R\$ 150 milhões contra uma média 40 milhões dos anos anteriores. “A Cerj estava um horror. Nunca vi tanta sucata junta.” Conta o engenheiro espanhol Francisco Javier Arias Gonzales, 33 anos, gerente de distribuição da empresa, que se mudou para o Brasil com a mulher a um ano e meio. Para Francisco que acaba de ter um filho brasileiro, mais difícil do que se acostumar ao calor e a nova língua e as idiossincrasias do Rio foi começar e pensar qual cabo e subestação obsoleto substituir primeiro. (...)

Nessa reportagem há uma personificação dos funcionários da CERJ estrangeiros e brasileiros, uma construção de cordialidade entre os funcionários. Temos ao lado da reportagem, a foto do brasileiro de terno e gravata apertando a mão do espanhol também de gravata e todos sorridentes como uma foto publicitária. Essa importação de executivos que modernizaram a empresa, segundo a reportagem, não tinha o objetivo de melhorar os serviços de distribuição para a população, mas de colocar a CERJ na estrutura organizacional da Chilectra e Endesa internacional. Mais precisamente no padrão Endesa internacional, já que a Endesa comprou a Chilectra em agosto de 1997. A chegada desses executivos estabelece o rompimento entre a empresa pública que está participando com outras instituições do planejamento e energéticos do Estado do Rio de Janeiro a empresa privatizada, que está sendo administrada para alcançar objetivos de um grupo internacional. A essa altura demonstrações que a Endesa constrói um monopólio latino americano do setor de geração, transmissão e distribuição. Logo após a privatização da CERJ não temos o nome da CERJ associado com

reportagens de melhorias dos serviços, da CERJ, ou dos novos donos da CERJ, a participação em consorcio nos leilões de outras distribuidoras estaduais de eletricidade no Brasil.

Na entrevista a Comissão Parlamentar de Inquérito do ano de 2001 o presidente da CERJ, o espanhol Javier ainda continua argumentando que a empresa foi modernizada com computadores. (CPI, 2001, p. 12)

O SR. CHICO ALENCAR – Acumulou ou herdou algum débito financeiro?

O SR. JAVIER – (?) o problema foi que o estado tecnológico da companhia estava muito ruim. Para que vocês tenham uma ideia o número de computadores que tínhamos em 96 era de 10. Agora temos mais de 1.400 computadores. Tecnicamente a diferença é muito importante.

Uma das características no Jornal do Brasil, logo após a privatização da CERJ foi o anuncio da participação da CERJ, ou de seus controladores, em leilões das distribuidoras de outros Estados do Brasil durante o ano de 1997. Ao mesmo tempo que crescia o número de reportagens da insatisfação da população pelos serviços prestados pelas distribuidoras de eletricidade do Estado do Rio de Janeiro e esse fato resulta que na estratégia política eleitoral do PSDB de fazer críticas as duas distribuidoras CERJ e LIGHT. Críticas que foram feitas pelo próprio Marcelo Alencar durante as eleições de 1998, como se aquele processo não tivesse sido uma política pública do seu governo e resultado do PED que continuava defendendo para conclusão das privatizações das empresas estaduais.

3.2 – A CERJ E A SUA ARÉA DE CONCESSÃO.

A área de atuação ou concessão da CERJ era em 1995 de mais de 31. 741 quilômetros quadrados, o que correspondia a 57 municípios, isso significa 72,4% da superfície do território do Estado do Rio de Janeiro.

A produção de energia elétrica, como afirmamos em nossa introdução, tem três etapas que são a geração, transmissão e distribuição. A geração é o maior custo do investimento e pode ser com usinas hidrelétricas, sigla UHE, que envolvem reservatórios de água para queda e movimentação das turbinas geradoras ou por usinas termelétricas, sigla UTE, em que algum combustível movimenta os geradores de eletricidade da UTE. Nos dois casos envolve a legislação do Estado para diminuir os impactos ambientais na produção de eletricidade.

Com a geração temos a transmissão. Na usina existem transformadores que aumentam as voltagens para a eletricidade percorrer grandes distâncias nas linhas de transmissão até uma subestação de entroncamento interligadora.

Nessas subestações de entroncamentos interligadoras começam a fase de distribuição para as subestações de distribuição. As subestações de distribuição com seus transformadores adequam as voltagens para as linhas de distribuição que estão nos postes das ruas ou subterraneamente algumas vezes. Nos transformadores dos postes das ruas a voltagem é transformada novamente, ou diminuída, para se adequarem aos motores elétricos das residências, e as resistências elétricas e lâmpadas elétricas.

No sistema da Cerj a sua atividade principal é a de transmissão e distribuição de energia elétrica. A CERJ conta com um pequeno parque gerador de 9 usinas UHE que faziam parte das companhias distribuidoras, antes da sua fundação em abril de 1980. A CERJ na sua área de concessão tem sua estrutura principal composta por mais de 100 subestações de entroncamentos interligadoras e subestações de distribuição. (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1993, p.281):

Para aumentar sua geração no ano de 1990, a CERJ tinha anunciado em março a intenção de um plano de expansão de construir oito hidroelétricas, visando reduzir os gastos com compra de energia. As obras que seriam iniciadas nos quatro anos seguintes acrescentariam 122.000 KW a capacidade instalada da companhia. No plano de expansão estava a reativação da Usina de Glicério no município de Macaé, que foi desativada em 1971. O orçamento para reativar ficava em torno de US\$ 10 a 12 milhões e a região passaria a contar com uma capacidade instalada de 10.000 KW. (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1993, p. 284). Relevante destacar que depois da privatização opção feita para região será por uma termelétrica, com o BNDES financiando e a Usina de Glicério não será reativada.

A Cerj tinha nove Usinas hidroelétricas:

- ° UHE - Fagundes, geração de 5.0 megawatts. Origem CBEE.
- ° UHE - Piabinha, geração de 9.6 megawatts. Origem CBEE.
- ° UHE – Areal, com geração de 2.0 megawatts. Origem CBEE.
- ° UHE – Euclidelândia, com geração de 1.4 megawatts. Origem CELF.
- ° UHE – Chave do Vaz, com geração de 0.7 megawatts. Origem CELF.

- ° UHE – Comendador Venâncio, geração de 1.6 megawatts. Origem CELF.
- ° UHE - Tombos, com geração de 2.8 megawatts. Origem CELF.
- ° UHE – Franca Amaral, geração de 4.5 megawatts. Origem CELF.
- ° UHE- Macabu, geração de 21.0 megawatts. Origem CELF.

Com exceção de da UHE Macabu, que estava no centro do Estado do Rio de Janeiro, e UHE Franca Amaral que estava na fronteira com Estado do Espírito Santo todas as UHE estavam na fronteira com o Estado de Minas Gerais, estando a UHE Tombos dentro do Estado de Minas Gerais. A topografia dessa região favorece a construção de Usinas Hidrelétricas e os aspectos históricos da fase privada do setor elétrico explicam essas distribuições das usinas hidrelétricas da CERJ.

No entanto as nove UHE eram responsáveis somente por 3 % do total da CERJ. Durante os anos de 1992, 1993,1994 e parte de 1995 temos os seguintes dados. (COSTA,1996, p.49):

- ° Geração nas Usinas: 3%.
- ° Compra de Furnas: 71%.
- ° Compra de Itaipu: 26 %.

Havia ainda uma compra da Cenf e da Cesp menores que 1%.

A compra de energia está na parte de despesa operacional da empresa. A despesa operacional é dividida em geração ou compra de energia; pessoal e outros. No caso da CERJ de 1992 até 1994 era a seguinte. (COSTA, 1996, p. 50):

- ° 1992: Compra de energia: 56%. Pessoal: 25%. Outras:19 %.
- ° 1993: Compra de energia: 51%. Pessoal: 29%. Outras: 20 %.
- ° 1994: compra de energia: 44%. Pessoal: 30%. Outros: 26 %.

Com relação ao pessoal, ou o número de funcionários da CERJ de acordo com o relatório Sistema de Informações Gerenciais – SIG da CERJ de 1994, a CERJ tinha 6.306 funcionários com percentual de 91% próprios e 9% de mão-de-obra contratada. A distribuição de funcionários era a seguinte nas diretorias da empresa:

- ° Presidência: 142 funcionários próprios. 36 funcionários contratados. Total: 178.
- ° Vice-presidência: 94 funcionários próprios. 8 contratados. Total: 102.
- ° Administrativa: 455 funcionários próprios. 92 contratados. Total: 547.
- ° Comercial e financeira: 247 funcionários próprios. 41 contratados. Total 288.
- ° Técnica: 1.601 funcionários próprios. 73 contratados. Total 1.674.
- ° Regional: 3.219 funcionários próprios. 298 contratados. Total 3.517.
- ° CERJ: 5.758 funcionários próprios. 548 contratados. Total 6.306.

Observamos que grande parte dos funcionários estavam dentro da diretoria técnica, a manutenção e operação do sistema que eram dois terços da segunda colocada em números de funcionários que era a diretoria administrativa.

Em 1995, no governo Marcello Alencar, que preparava a privatização das sete empresas enquanto articulava aprovação da PED na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, conforme demonstramos no nosso capítulo II, a autora afirma que *“houve demissões em todos os seguimentos da empresa na tentativa de uma reestruturação que se adequa ao novo perfil.”* Em 1995 tinha 5.167 ou seja, uma diminuição de 1.1139 funcionários em entre 1994 até 1995. (Apud., COSTA, 1996, p.42).

Com a privatização da CERJ tivemos a terceirização dos funcionários nessas condições relatadas pelo senhor Olímpio. (CPI, 2001, P. 26):

SR. CHICO ALENCAR – quantos funcionários a CERJ tinha antes da privatização, no momento da privatização, e atualmente? Você tem essa informação?

O SR. – Olha, quando eu estava lá ainda, o número variava entre quatro mil, quatro mil e quinhentos e cinco mil empregados. Hoje está em torno de um mil e quatrocentos, mais ou menos, sendo que a maior parte das demissões foi no setor de operação e manutenção, que foi tudo terceirizado.

O SR. CHICO ALENCAR- E terceirizados, tem uma estimativa de quantos são trabalhadores dos serviços terceirizados?

O SR. - Atualmente? Posso dar uma estimativa, pelo eu conheço de operação e manutenção: deve chegar em torno de uns dois mil, mais ou menos, ou um pouco menos.

O SR. CHICO ALENCAR – Toda essa política da empresa é para conter gastos, melhorar o que eles chamam de saúde financeira da empresa. Isso implicou em redução de tarifas, congelamentos de tarifas, ou em havendo reajuste você tem informações de quanto foi esse reajuste?

Em outra parte do depoimento senhor Olímpio denuncia a queda na qualidade dos serviços de operação e manutenção pela falta de trabalhadores qualificados para a função, e os perigos de vida que correm esses trabalhadores com eletricidade. (CPI, 2001, p. 28):

O SR. CHICO ALENCAR- Como é que está a sua ação atual de manutenção, na CERJ, as suas redes?

O SR. – É, o senhor pode concluir pelo que está aí, está certo? A questão é a seguinte. Vamos dizer, o trabalho de manutenção, o trabalho de operação do setor elétrico requer duas coisas: conhecimento do sistema elétrico e, segunda coisa, a prática cotidiana das pessoas nesse trabalho. Esse trabalho de operação e manutenção não é um trabalho que possa ser terceirizado. O que ocorre, para baixar custo, eles terceirizam e colocam para fazer trabalhar pessoas que não tem qualificação nesse setor, está certo? É muito comum você encontrar na CERJ, na parte de operação ou manutenção, pessoas que vêm de outro tipo de atividade, pessoas que eram padeiros, açougueiros, e vão trabalhar na operação ou manutenção do sistema. Isso causa uma série de transtornos, uma série de erros como também uma série de acidentes, ocorrendo, em até alguns casos, mortes, acidentes fatais, pelo desconhecimento do trabalho nessa área.

A relação consumidor e empregado foi relativamente mantida com os trabalhadores na condição de terceirizados. A relação consumidor e empregado são quantos consumidores existem para um empregado na companhia, é usada para medir a qualidade dos serviços em todas as empresas de distribuição de eletricidade. A Cerj tinha 188 consumidores para cada 1 funcionário. Essa é a relação de 1994 que demonstraremos abaixo junto com as regionais. Na comparação com outras companhias (COSTA, 1996, p. 74), também de 1994 envolvendo indicadores técnicos competitivos há um aumento para 206 consumidores para cada 1 funcionário, porém a CERJ ainda de mantém com o melhor resultado nas empresas distribuidoras do Sudeste:

- ° CERJ - 206 consumidores para 1 empregado.
- ° LIGHT – 238 consumidores para 1 empregado.
- ° ESCELSA – 248 consumidores para 1 empregado.
- ° CPFL – 279 consumidores para 1 empregado.

Para realizar a distribuição eram divididas no ano de 1993, em 8 regionais e em 1995 em 10 regionais. *“Essa divisão foi feita reunindo áreas com características econômicas*

semelhantes em regiões elétricas supridas por uma subestação ou por um grupo de subestações principais de 138 KV, das quais partem linhas de transmissão de suprimento de subestações menores, visando possibilitar a sustentação do sistema elétrico da companhia.” (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1993, p. 280). No ano de 1995 eram dez regionais, isso significou investimentos técnicos, durante dois anos, em subestações de entroncamento e subestações menores para melhorar a sustentação do sistema.

As dez regionais, suas siglas, os municípios que as compunham, o número de consumidores, funcionários próprios, funcionários contratados, total de funcionários e a relação consumidor funcionário de cada regional. (COSTA,1996, p.42):

Regional Baixada Fluminense - RBF: atendia os municípios: parte de Duque de Caxias, a outra parte do município era atendida pela Light, Magé, Cachoeira de Macacu, Guapimirim.

- Consumidores: 124.947
- Funcionários: Próprios 267. Contratados 13. Total 280.
- Relação consumidor empregado: 446 consumidores para 1 empregado.

Regional Campos - RCA: os municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Cardoso Moreira.

- Consumidores: 124.883
- Funcionários: Próprios 428. Contratados 62. Total 490.
- Relação consumidor empregado: 255 consumidores para 1 empregado.

Regional Itaperuna - RIT: os municípios de Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Lage de Muriaé, Natividade, Porciúncula, Italva, Varre-sai.

- Consumidores: 43.567
- Funcionários: Próprios 169. Contratados 14. Total 183.
- Relação consumidor empregado: 238 consumidores para 1 empregado.

Regional Região dos Lagos - RLG: os municípios de Araruama, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Arraial do Cabo.

- ° Consumidores: 123.646
- ° Funcionários: Próprios 292. Contratados 40. Total 332.
- ° Relação consumidor empregado: 372 consumidores para 1 empregado.

Regional Macaé - RMA: os municípios de Macaé, Trajano d Moraes, Conceição de Macabu, Santa Maria Madalena, Quissamã, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras.

- ° Consumidores: 63.787
- ° Funcionários: Próprios 288. Contratados 12. Total 300.
- ° Relação consumidor empregado: 213 consumidores para 1 empregado.

Regional Niterói – RNI: os municípios de Niterói, Maricá.

- ° Consumidores:180.887
- ° Funcionários: Próprios 401. Contratados 45. Total 446.
- ° Relação consumido empregado: 406 consumidores para 1 empregado.

Regional Pádua – RPD: os municípios de Santo Antônio de Pádua, São Sebastião do Alto, Duas Barras, Bom Jardim, Cordeiro, Cantagalo, Itaocara, Cambuci, São Fidélis, Miracema, Aperibé e parte do município de Carmo.

- ° Consumidores: 58.325
- ° Funcionários: Próprios 297. Contratados 20. Total 317.
- ° Relação consumidor empregado: 184 consumidores para 1 empregado.

Regional Petrópolis – RPE: os municípios de Petrópolis, Teresópolis, Areal, São José do Vale do Rio Preto e parte dos municípios de Três Rios, Paraíba do Sul, Sumidouro, Nova Friburgo.

- ° Consumidores: 142.373
- ° Funcionários: Próprios 353. Contratados 35. Total 338.
- ° Relação consumidor empregado: 367 consumidores para 1 empregado.

Regional de Resende – RRD: os municípios de Resende, Angra dos Reis, Parati, Mangaratiba, Itatiaia.

- ° Consumidores: 81.807
- ° Funcionários: Próprios 246. Contratados 14. Total 260.
- ° Relação consumidor empregado: 314 consumidores para 1 empregado.

Regional de São Gonçalo – RSG: os municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim.

- ° Consumidores: 242.296
- ° Funcionários: Próprios 478. Contratados 43. Total 521.
- ° Relação consumidor empregado: 465 consumidores para 1 empregado.

Como podemos observar, a análise da CERJ nas suas regionais estabelece novas referências. A relação consumidora empregado está na média da CERJ de 188 consumidores para 1 empregado, somente na Regional Pádua com 184 consumidores para 1 empregado e três vezes acima na Regional São Gonçalo com 465 consumidores para 1 funcionário. Porém esses dados não são relevantes e considerarmos que a Regional Pádua não tem uma população concentrada em cidades, é uma região rural com uma área quatro vezes maior que a Regional São Gonçalo que tem uma população concentrada em loteamentos em processo de favelização e favelas urbanas. A relação favorável de 184 consumidores para 1 funcionário se tratando da regional de uma região rural no Estado do Rio de Janeiro, significa exclusão de consumidores

que não estavam sendo atendido nas regiões rurais do Estado do Rio de Janeiro. Na CERJ empresa pública, desde da sua fundação era uma das prioridades para o Estado. Mesmo depois de privatizada em novembro de 1996, essa eletrificação rural ainda era um problema que pelas nossas investigações, nas fontes da CPI de 2001e da imprensa a privatização da CERJ agravou o problema da falta da eletrificação rural.

Essas regionais estavam distribuídas nas regiões dos litorais que são a Região dos Lagos ao norte da região metropolitana e a Região da Costa Verde, ao sul da região metropolitana. As duas regiões com forte participação do turismo nas suas economias além das outras atividades comerciais industriais. A Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro mais próxima da região metropolitana, porem de acesso mais lento por causa da subida das Serras dos Órgãos e do Serra do Mar. As duas regiões do Estado do Rio de Janeiro apresentavam seus problemas históricos que afetavam a população mais explorada no trabalho. No litoral, que incluía a região metropolitana, a população com problemas de habitação era vítima com os alagamentos em épocas de chuva do verão e a serrana, também no verão com os constantes deslocamentos de terra que ocasionavam interdição de vias e soterramentos de casa.

Uma problemas nesse sistema de energia integrado, em qualquer uma de suas partes, nas suas unidades geradoras, nas linhas de transmissão, nas subestações e nas linhas de distribuição causa a interrupção do fornecimento de energia elétrica. Para isso temos as equipes de operação do sistema e as equipes de manutenção do sistema.

3.3 – O MERCADO CONSUMIDOR DA CERJ.

A porcentagem da população atendida por eletricidade de seis empresas da região sudeste do Brasil eram as seguintes. (COSTA, 1996, p.68):

- ° CPFL: tinha 98 % da população atendida com eletricidade.
- ° LIGHT: tinha 97 % da população atendida com eletricidade.
- ° Eletropaulo: tinha 97 % da população atendida com eletricidade.
- ° CEMIG: tinha 93% da população atendida com eletricidade.
- ° ESCELSA: tinha 90% da população atendida com eletricidade.
- ° CERJ: tinha 84% da população atendida por eletricidade.

O maior de potencial de eletrificação entre essas seis empresas era da CERJ com 16 % do mercado para ser atendido. Nossa pesquisa aponta que a companhia optou como estratégia para aumentar seus lucros, por diminuir custos e não aumentar investimentos em eletrificação no Estado do Rio de Janeiro.

O mercado consumidor de energia elétrica é composto por grupos de consumidores. São estes grupos: residencial, indústria, comercial, rural, os principais porém alguns estudos acrescentam o poder pública e a iluminação pública. Esses grupos apresentam características que tem relação direta para o aumento de investimentos e para o seu retorno.

Considerando as características de uma empresa pública, que não tem necessidade do retorno rápido por ser pública e a empresa privatizada na qual o investidor terá que obter retorno do investimento que fez na compra das ações, sempre no menor prazo possível, esses grupos são tratados de maneiras a atender os objetivos da empresa.

No caso da CERJ era essa distribuição dos grupos de consumidores e a o percentual de cada grupos no consumo de energia da companhia. Essas são dados do ano de 1994 completo porque o ano de 1995 estava somente até o segundo semestre. (COSTA, 1996, p. 44 e p. 53).
Números de consumidores e quantidade de MWh consumido por cada grupo:

- ° Grupo residencial eram 1.061.836 consumidores com 1.893.832 MWh consumidos.
- ° Grupo industrial eram 5. 710 consumidores com 1.398.017 MWh consumidos.
- ° Grupo comercial eram 93. 195 consumidores com 800.457 MWh consumidos.
- ° Grupo rural eram 19.324 consumidores com 127.368 MWh consumidos.
- ° Outros. 6.452 consumidores com 531.457 MWh consumidos.

O grupo residencial era o maior consumidor da CERJ no com 37,39 % do consumo das áreas de concessão da CERJ. O grupo de consumidores residenciais são chamados consumidores cativos, ou clientes cativos, por que são pequenas unidades consumidoras que não atingem o índice mínimo de consumo para terem direito ao mercado livre de energia (BEZERRA, 2014, p. 102).

No aspecto de mercado é um grupo fragmentado em suas classes sociais e especialmente entre bairros de classes sociais com menor exploração do trabalho como as classes médias e os bairros de loteamento em processo de favelização e as favelas urbana nos morros e áreas aterradas dos manguezais da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Na nossa pesquisa na imprensa depois da privatização da CERJ no Jornal do Brasil como referência, ficou evidente que a população das regiões de maior consumo, as classes médias, tiveram maior acesso aos meios de comunicação para fazerem reclamações na queda da qualidade os dos serviços da CERJ. Mas por outro lado as regiões das classes trabalhadoras operária de indústrias, de prestação de serviços não estavam associadas as melhorias da qualidade do serviço na imprensa, mas ao roubo de eletricidade, ou seja, como ladrões de eletricidade da CERJ e não como consumidores com os mesmos direitos na prestação de um serviço de distribuição de energia elétrica com qualidade pela CERJ depois de privatizada.

O grupo industrial representava 27,82 % do consumo energia elétrica fornecida pela CERJ. As características desse grupo é que eles pagam menos por eletricidade porque tem acesso ao mercado livre de energia, ou seja, não são consumidores cativos. Os seus consumidores de energia eram somente 5.710 unidades consumidoras que proporcionalmente eram 9% a menos que os 1.061. 834 de unidades consumidoras residenciais. Mas a característica relevante no grupo de consumidores industrial da CERJ era que estavam na sua área de concessão empresas importantes como a Petrobras DIMAC; a Petrobras REDUC; Petroflex; Votorantim; Mauá-Cantagalo. Essas empresas tinham grande impacto no crescimento do mercado de eletricidade da área de concessão da CERJ pelos seus projetos de expansão industrial. (ROSA; TOLMASQUIM,1996, p.12).

O grupo comercial representa 16,95 % do consumo e está na relação de consumidor cativo dentro de áreas urbanas da concessão da CERJ que estabelece sua relação, quanto ao consumo, nas mesmas de regras do grupo residencial.

O grupo rural representava 2,53% do consumo, portanto necessitava em 1994, de projetos de expansão para esse grupo de consumidores. Esses projetos não avançaram mesmos depois da privatização CERJ.

3.4 – ASPECTOS MERCADOLÓGICOS.

O aspecto mercadológico é ao aumento do número de consumidores da companhia de distribuição de eletricidade na a sua área de concessão. Esse aumento acontece pelo crescimento um dos grupos ou mais grupos de consumidores. No Brasil o aumento do número de consumidores é explicado pela ação conjunta de diversas variáveis sobre os grupos de consumidores. As três variáveis mais analisadas no crescimento são: o aumento populacional, incorporação ao mercado consumidor e o crescimento econômico. (BEZERRA, 2014, p. 97)

O aumento populacional tem um impacto maior sobre o crescimento do grupo residencial com o aumento das unidades residenciais de consumo e no grupo comercial pelo aumento da demanda de serviços da população da área de concessão da companhia distribuidora de eletricidade.

A incorporação ao mercado consumidor na área de concessão da companhia tem um impacto no grupo rural porque é a incorporação de segmentos excluídos do consumo de eletricidade.

O crescimento econômico é a instalação de unidades produtoras industriais ou o aumento da capacidade produtiva instalada de unidades produtora industriais existentes na área de concessão a companhia de distribuição de eletricidade.

Os projetos de expansão são necessários para uma companhia de distribuição de eletricidade porque a demanda tem que se projetada para ser atendida para os próximos cinco anos. Portanto a CERJ tinha planos de crescimento do seu mercado consumidor e dentro dele cada grupo de consumidores para os próximos dez anos. A questão que se coloca é como ficaram esses planos de expansão depois da privatização?

3.4.1- CRESCIMENTO POPULACIONAL.

No ano de 1994 a CERJ tinha 1.186.518 consumidores faturados, o ano seguinte 1995 eram 1.203.326 consumidores faturados, um aumento de 1,4% de consumidores. As regionais que apresentavam maior crescimento eram as do norte fluminense, Regional Campos, Regional Macaé, Regional Itaperuna. Dos quatros projetos de expansão para geração própria de energia da CERJ estatal, no ano de 1994, dois estavam no Rio Itabapoana, que divide os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Os projetos de expansão eram a construção da AHE de Rosal e ampliação de F. Amaral. Fora do Rio Itabapoana a reativação da AHE Glicério no Rio São

Pedro (CERJ, Apud. Costa, 2006, p.66). A projeção da CERJ para o consumo do grupo residencial do grupo residencial e do grupo comercial eram os seguintes entre ao no de 1996 até 2002. (CERJ, apud. COSTA, 1996, p. 69):

O grupo residencial em 1996 consumiria 2.332.039 Mwh; em 2002 consumiria 3.314.690 Mwh crescimento de 42 % no consumo em cinco anos. Em 2006 a previsão era de 4.063.660 Mwh aumento em torno de 74 % em dez anos.

O grupo comercial em 1996 consumiria 970.009 Mwh; em 2002 consumiria 1.319.307 Mwh crescimento de 36% no consumo em cinco anos. Em 2006 a previsão era 1.592.961 Mwh aumento em trono de 65 % em dez anos.

Como se observa as expectativas de crescimento eram consideráveis, para os dois grupos diretamente relacionados com o aumento da população. Desde a privatização em novembro de 1996 acompanhando a imprensa e até 2001 através de documentos da CPI nenhuma informação que esse aumento no mercado consumidor da CERJ estivesse se realizando, com qualidade nos serviços.

Quanto a política nacional, o Ministério da Energia era do PFL de Antônio Carlos Magalhães responsável pela indicação de Antônio Abdo para a presidência da ANEEL. No Estado do Rio de Janeiro, o mais popular do PFL era o prefeito do Município do Rio de Janeiro e candidato a governador do Estado do Rio de Janeiro Cesar Maia. *PFL e a Light*. (DIAS, 1998, p. 06)

A Light e Cerj viraram ponto de pauta de uma reunião de hoje da executiva nacional do PFL.

Os Pefelista acreditam que as duas empresas estão provocando uma exposição negativa do processo de privatizações.

No ano de 1998, ano de eleições presidenciais, estaduais e para os poderes executivos e poderes legislativo, estava muito difícil defender politicamente as privatizações diante do resultado apresentado de insatisfação da população na qualidade dos serviços no Estado do Rio de Janeiro e em relação ao setor elétrico no Brasil.

Um documento entregue pelo senhor Olímpio na sua entrevista na Comissão Parlamentar de Inquéritos de 2001 é relevante para análise dessa questão referentes aos consumidores do grupo residencial e comercial. O documento da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Superintendência de Mediação Administrativa setorial – SMA- Sistema de Ouvidoria. Esse documento mede o índice de qualidade do atendimento a empresa distribuição

de eletricidade no Brasil. A CERJ ocupava a 16º colocação, que era a última colocação das 16 empresas privatizadas em reclamações. A CERJ tinha 1.589.518 consumidores, entre o período de 31/03/2002 à 31/03/2001, foram 4.290 reclamações. A CERJ era empresa com maior número proporcional de reclamações por grupo de 10.000 consumidores 26.99 reclamações para ANEEL.

A LIGHT estava no mesmo documento da ANEEL a 14º colocada, antepenúltima, com 19,42 reclamações para ANEEL a cada grupo de 10.000 consumidores. Em resumo, no ano de 2001, cinco anos depois de privatizadas a CERJ e a LIGHT, o Estado do Rio de Janeiro tinha as suas duas companhias de distribuição de energia elétrica como campeãs de reclamações dos consumidores em todo Brasil. No entanto esta falta de qualidade dos serviços era uma constante desde a privatização como informa o relatório da ANEEL sobre o ano de 1998, depois de ano de privatizada a CERJ. (CPI, 2001, P.07):

Na fiscalização de 1998, a Aneel elaborou um criterioso relatório no qual apontou os principais problemas técnicos, comerciais e de atendimento ao consumidor verificados na área de concessão da CERJ e as ações que foram tomadas, pela concessionária, para corrigir as irregularidades verificadas pela fiscalização. Um dos principais problemas constatado foi o número elevado de interrupções no fornecimento de energia elétrica em 10 municípios do interior do Estado (Parati, Rio Bonito, Silva Jardim, Iguaba Grande, Búzios, Campos, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Quissamã e Carapebus).

No entanto da ANEEL na parte 4 do relatório, que foi a Conclusão do relatório para a Comissão Parlamentar de Inquéritos afirma o seguinte. (CPI, 2001, F. 78)

Conclusão.

Quanto a qualidade do serviço , em função, principalmente da ação fiscalizadora da Aneel, se tem constatado que a qualidade do serviço tem melhorado a cada ano em todo o Brasil. No caso da CERJ, enquanto no ano de 1996 o fluminense ficava, em média, 40,8 horas de luz por ano, em 2000 esses número baixou para 16,6 horas (uma redução de 59%). Houve também redução do número de interrupções do fornecimento de energia, que caiu de 35,8vezes (1996) para 21,4 (2000), ou seja, uma diminuição de 40%.

O relatório da ANEEL na sua parte de *Conclusão* será questionado pelo Deputado Chico Alencar do PT, depois do relato da experiencia do deputado Noel de Carvalho do PSB, como cliente da CERJ privatizada. Primeiro o relato do deputado Noel de Carvalho. (CPI,2001, p.29)

O SR Presidente - É possível um aparte ao depoente, Deputado? É possível Presidente?

O SR Presidente (Jamil Haddad) – Se o relator consentir.

O SR - O senhor consente, Deputado?

O SR CHICO ALENCAR- Claro.

O SR - É só com o objetivo de enriquecer, porque sou consumidor da CERJ e, praticamente, numa ponta da linha. Então, a coisa está de tal forma funcionando hoje, que, antigamente havia um enguiço, para corroborar com o que você está dizendo, antigamente havia um problema, uma interrupção no fornecimento, e nós ligávamos para a CERJ de Resende. Atendia uma pessoa que conhecia o sistema como gente grande. Dizia: “Olha, isso deve ser um poste tal, no lugar tal”, porque vivia o problema, cotidianamente. Agora, atende uma moça com um sotaque de paulista, que chegou, um dia, a me recomendar que eu deveria ligar para a CETESB. Eu disse: “Mas, minha filha o que tem haver a CESTEB com isso?” “Não é porque esse assunto agora é com a CESTEB”, e te faz uma porção de perguntas, etc.

Pois bem, agora, piorou: eles transferiram esse recebimento de reclamações, eles centralizaram. Parece que está centralizado, agora ou no Rio de Janeiro, ou em Niterói, se não me falha a memória. Então, você tem que fazer um vasto relatório e, simplesmente não acontece nenhuma providência. Eles não te dão nenhuma informação a respeito do tempo que em que vão tomar providência, etc. e tal. E a manutenção, eu te digo: nós tivemos que comprar um gerador. Hoje, nós temos um gerador de 102 Kwa, porque a interrupção do fornecimento de energia é a coisa mais comum. Depois da privatização, é a coisa mais comum, o problema mais comum que agente enfrenta é a interrupção de fornecimento de energia. A manutenção é um caos.

Desculpe interrompê-lo, e obrigado.

O relato do deputado Noel de Carvalho, na condição de cliente da CERJ, demonstra a empresa antes de privatizada com funcionários que conheciam o sistema. Esse conhecimento dos funcionários vai ao encontro do relato engenheiro Olímpio sobre a importância da experiência dos trabalhadores no conhecimento da rede de distribuição, porque fundamentalmente aumenta rapidez a manutenção, que começa pelas ligações de aviso de interrupção do fornecimento.

Agora o deputado Chico Alencar faz o questionamento do relatório da ANEEL para o engenheiro Olímpio. O setor FEC e DEC, que mede a qualidade dos serviços, era o setor do Engenheiro quando trabalhava na CERJ, antes de se aposentar. (CPI,2001, p.30)

O SR. CHICO ALENCAR – No entanto, Noel,...Olha senhor Presidente, engenheiro Elói, com essa sua constatação se choca com um documento da ANEEL, o ofício 242, enviado aqui ao Presidente, dizendo que, no caso da CERJ, o município, o Estado ficava, em 96, com 40,8 horas de luz, por ano, sem 40,8 e, em 2000 e esse número baixou para 16,6. Ou seja, as falhas, as interrupções no fornecimento caíram 59%,

melhorou a qualidade do serviço, segundo a ANEEL. Perguntaria se o Elói concorda com esses dados. Pelo visto, pelo menos lá...

O SR. – Pelo menos no meu caso específico, no distrito de Engenheiros Passos, no município de Resende, onde moro a situação piorou muito.

Nessa parte do relato do engenheiro Olímpio ele denuncia no final de sua fala, a possível manipulação dos dados, porque não correspondia a realidade, que inclusive foi constatada pela própria ANEEL em seu relatório. (CPI,2002, p. 31)

O SR. OLÍMPIO- Isso.

Deputado, o que eu tinha aqui, vamos dizer, é uma contestação, uma defesa do consumidor em relação isso aqui, está certo? Vamos dizer: “Olha, a Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro contestou hoje o relatório da agência ANEEL.” Posso até explicar isso aí. O que eles falam, em relação a isso, é que existem dois índices: o DEC e o FEC. Quando eu estava na CERJ, eu estava nesse setor, um bom tempo, de apuração dos índices de duração e frequência de interrupção por consumidor. O que ocorreu foi que, no período final, quando a CERJ estava para chegar e privatizar, que foi, vamos dizer, quase que um caos, esses índices pioraram muito, está certo? Isso é lá para 97, mas a história deles antes era muito boa. Isso é aqui na região sudeste, a CERJ era senão me engano, quinta ou quarta empresa. Não sei como está isso hoje em dia, está certo? Não como é que está, se voltou ao normal, ou se já piorou, ou se está havendo manipulação dos tempos, também, entendeu? Aí, eu não sei, mas...Sem ter os dados corretos, tem de avaliar isso direito.

O trabalho da ANEEL como agência reguladora foi questionado muitas vezes durante o processo da CPI e por outras instituições, como a Comissão de Defesa do Consumidor da ALERJ. O relato do engenheiro olímpio demonstra que para se ter um conhecimento da CERJ como empresa pública era necessária uma história da durante seus 16 anos de existência, desde a fundação em 1980 e não a somente partir de 1994 com a eleição de Marcello Alencar para o governo Estado do Rio de Janeiro até a privatização em 20 de novembro de 1996.

3.4.2- INCORPORAÇÃO AO MERCADO CONSUMIDOR DE SEGMENTOS EXCLUIDOS.

A projeção do crescimento do mercado consumidor de eletricidade rural de 1996 até 2002, em cinco anos e de 1996 até 2006, em dez anos eram as seguintes: (CERJ. Apud. COSTA, 1996, p. 69)

O grupo rural até 1996 consumiria 142.768 Mwh. Em 2002 consumiria 223.426 Mwh um crescimento projetado de 56% em cinco anos. Em 2006 seria de 295.612 Mwh um crescimento de 105 % em dez anos.

No caso da incorporação de segmentos excluídos para o crescimento do mercado e energia temos os dos consumidores rurais. Nesse segmento evidencia-se as diferenças entre uma empresa pública e privada, porque é um segmento de baixo retorno. A empresa pública vai cumprir a sua função social de melhorar a qualidade de vida do cidadão tendo acesso ao consumo de energia elétrica como um direito que foi resultado do investimento público na geração do modelo estatal do setor elétrico. Temos de chamar a atenção de acordo com Costa apresentando um gráfico da evolução dos investimentos da CERJ em eletrificação rural, baixa renda e iluminação pública em mil dólares “*De acordo com a evolução dos investimentos em eletrificação rural, baixa renda e Iluminação pública, percebe-se a participação da Cerj na eletrificação de áreas de pouco retorno.*” (COSTA, 1996, p. 55). O gráfico demonstra os investimentos em US\$ MIL, durante os anos de 1992, 1993, 1994 (CERJ. Apud Costa, 1996, p. 55):

- ° Eletrificação rural: 1992 - 1.016; 1993 – 897; 1994 - 7. 968;
- ° Eletrificação de baixa renda: 1992 – 739; 1993 – 1.030; 1994 – 2.971;
- ° Iluminação pública: 1992- 1.225; 1993- 1.387; 1994 – 2.567;

Concluimos com esses dados que vão desde 1980 até 1994, que nos reproduzimos nesse período do nosso recorte cronológico, a partir de 1992, para demonstra que a CERJ cumpria sua função social de empresa pública durante os anos de 1980 até 1994 mesmo com maior incentivo em alguns governos estaduais e menor incentivos em outros governos estaduais, mas sua função de empresa pública na democratização do acesso ao direito do consumo da eletricidade concreta.

No Estado do Rio de Janeiro a eletrificação de baixa renda atendia a um problema de falta de políticas públicas para habitação da classe trabalhadora durante a ditadura civil militar. Se nas áreas rurais não havia eletricidade na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro com o crescimento das favelas e durante o “milagre econômico” o aumento dos loteamentos das regiões metropolitanas. Esses loteamentos perto das grandes vias que eram construídas, foram fazendas loteadas para venda de terrenos a população que migrava de parte do sudeste interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e dos Estados do nordeste do Brasil.

Em resumo esses loteamentos eram áreas em torno de 300 metros quadrados, vendidos a prestações para os trabalhadores construírem a própria casa. Esses novos bairros não tinham eletricidade e conseqüentemente postes para iluminação pública, calçamento, água encanada e muitas vezes nenhuma água potável, escolas, hospitais e transporte público.

No relatório síntese da ANEEL a CPI no item 1. Qualidade do fornecimento e Atendimento comercial (CPI, 2001, p. 77), consta entre os investimentos os 301 km acrescentados a rede de distribuição.

A rede de distribuição é a área de crescimento dos novos consumidores de eletricidade. Não existem maiores detalhes onde foram esses 301 Km ou como foi distribuída entre as regionais da empresa. Seria uma informação muito importante para qualidade do relatório da ANEEL. *“Outra infração referiu-se aos prazos para apresentação dos orçamentos de extensão de redes, com reclamações específicas das Prefeituras de Rio Bonito e Resende.”* (ibid., p. 76). Nessa citação do relatório se evidencia que a ampliação da rede não estava entre as prioridades da empresa e porque Rio Bonito é um município no limite da região metropolitana do Rio de Janeiro, com maior população rural que urbana que está na Regional São Gonçalo - RSG da CERJ, com São Gonçalo, Itaboraí e Silva Jardim. No caso de Resende, localizado mais ao sul do Estado do Rio de Janeiro, que é um município da Regional Resende – RRD, junto com Angra dos Reis, Parati, Mangaratiba, Itatiaia. Portanto duas prefeituras distantes regionalmente com os mesmos problemas de planejamento para extensão de rede. O relatório continua da seguinte maneira. *“Mesmo verificando a existência de investimentos, a Agência considerou que essas obras, feitas pela CERJ, não foram suficientes para melhorar a qualidade da energia elétrica.”* (ibid., p.76) Nesse item essa infração se juntou as outras multas num total de R\$ 2,947 milhões que foi reduzida para R\$1,105 milhões após acolhimento de recurso da CERJ pela ANEEL.

Mas mesmo depois da privatização, a CERJ e com incentivos fiscais das novas ligações que a companhia fez nos últimos quatro anos estavam sendo questionada pelo deputado Noel de Carvalho do PSB para Javier o presidente da CERJ: (CPI, 2001, P. 29):

O SR. NOEL DE CARVALHO – Mas, então, a pergunta é essa: se o Governo estadual...porque você pode alegar: “Não, o Governo atrasa, não paga”, mas não. Existe uma lei, aprovada por esta Assembleia, que permite que o senhor, ao recolher o ICM, desconte o que gastou nas obras.

O SR - Era até de 50 %.

O SR. NOEL DE CARVALHO - E os outros 50% estão disponíveis, fornecido pelo Governo Federal que, até segunda ordem, é um Governo que vai honrar com seus

compromissos. Pois bem. Se nós imaginamos que temos 70 mil domicílios – olha, morei, moro na roça, e até meus 18 anos de idade não havia luz na minha casa. Sei exatamente a diferença entre ter e não ter energia elétrica numa propriedade rural, especialmente numa residência. Torrava pão de madrugada num fogareiro a álcool. A coisa é muito séria. A diferença de qualidade de vida é uma coisa estrondosa, inimaginável. Só quem viveu isso na carne pode calcular.

Então sinceramente, sem querer fazer nenhum tipo de ofensa, mas afirmar com segurança...Acho que se estamos diante de uma necessidade de 70 mil conexões, fazer um mil por mês é muito pouco. Poderia dizer: “Bom, mas é porque os recursos disponíveis são...” Não! Os recursos estão aí, todos, necessários. (...)

Por que vocês não dão velocidade a esse programa? Essa pergunta me angustia.

A fala do Deputado Noel de Carvalho é um relato de um camponês em um mandato de deputado estadual que relata a sua experiência com o não acesso a um direito com investimentos públicos. O deputado Noel de Carvalho no mandato do Governo Leonel Brizola tinha ocupado a função de Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e tinha dados concretos dos programas anteriores as privatizações.

SR. JAVIER – Temos o compromisso com a Secretaria do Estado do Rio de Janeiro de ter todo o cadastro feito para o final do ano de 2001. O tema é que temos uma grande diferença entre o cadastro feitas por - acho que era a Secretaria de Agricultura – mas foi feito há 2 ou 3 anos. O tema é o seguinte compramos a companhia com 1 milhão e 200 mil clientes. Eletrificamos durante quatro anos, 400 mil lugares, 400 mil casas. Então no cadastro feito naquele momento, muitas dessas ligações estão feitas. Então, nós...

O SR. NOEL de CARVALHO – Permita-me, Sr. Presidente, não sei se estou sendo inconveniente...

SR. JAVIER – Nossa área é Concessão.

O SR. NOEL DE CARVALHO – mas esqueci de abordar um outro aspecto. (...) tenho muito medo de que você está falando aqui: “Ah, nós ligamos 2 mil”. Onde estão essas 2mil, por exemplo? gostaria de saber.

O SR. JAVIER – Onde estão? Amanhã posso...

O SR. NOEL DE CARVALHO – na periferia das cidades, ou estão no interior, mesmo?

(FALAS PARALELAS)

O SR. JAVIER – temos povo por povo, as ligações feita do Programa Luz no Campo. Podemos enviar a você povo por povo.

As perguntas com objetividade do Deputado Noel de Carvalho eram respondidas sem dados concretos pelo senhor Javier o presidente da CERJ. Isso evidenciava que os investimentos de baixo retorno estavam completamente parados pelo CERJ depois de privatizada. A previsão

de crescimento feita pela CERJ estatal em de consumo de Mwh aumentado em 56% até 2002 e de 105% para 2006 do grupo Rural não seria realizada com a CERJ privatizada, o presidente atual da CERJ não tinha informações suficientes para responder por incompetência ou porque a empresa privatizada desconsiderava sua função social de ampliação do mercado excluído de eletricidade do Estado do Rio de Janeiro por ser um grupo de baixo retorno econômico, ou seja, pouco lucrativo.

3.4.3 - CRESCIMENTO ECONÔMICO.

O crescimento do mercado consumidor através do crescimento econômico é a instalação de indústria na área de concessão da distribuidora, ou ampliação do consumo da industrias que já estão instaladas nessa área de concessão.

O grupo industrial de consumidores mesmo tendo acesso ao mercado livre de energia, ou seja, não sendo consumidores cativos, oferecem a companhia de distribuição de áreas onde essas empresas estão instaladas as vantagens na concorrência com as outras distribuidoras. O principal motivo, as linhas de distribuição e transmissão da região que fazem parte da sua capacidade instalada de distribuição e transmissão da distribuidora.

O crescimento do grupo industrial, dependendo da indústria, pode aumentar o crescimento de outros grupos que são cativos para a empresa distribuidora da área de concessão de distribuição de energia elétrica. Na área de concessão da CERJ no norte fluminenses, regional Campos, a Petrobras tinha um projeto de construção de uma refinaria no ano de 1994.

A previsão de crescimento do consumo em Mwh do grupo industrial era a seguinte (CERJ. Apud. COSTA, p. 69):

Em 1996, o consumo previsto seria de 1.552.019 Mwh; em 2002 seria de 2.569.047 Mwh, um crescimento de 65 % em cinco anos. Em 2006, a previsão de consumo seria de 3.125.791 Mwh, crescimento de 101% em dez anos.

A área de concessão da CERJ tinha no ano de 1995 tem um potencial mercadológico relevante para a uma empresa de distribuição de eletricidade no grupo dos consumidores industriais. Estavam previstas as seguintes empresas (ibid., p. 67-68):

° Resende: polo industrial com um a fábrica da Volkswagen.

◦ Duque de Caxias: Projeto do polo gás-químico e petroquímico do Rio de Janeiro. A expansão da Refinaria de Duque de Caxias.

◦ Cabo Frio: Polo turístico de um grupo espanhol.

◦ Angra dos Reis: Polo turístico de um grupo italiano.

◦ Norte Fluminense: Projeto de uma refinaria da Petrobrás.

Junto os com os novos empreendimentos, apresentaremos a projeção de crescimento do setor industrial até 2002 com o crescimento da demanda dos principais consumidores industriais da CERJ. (ibid., p.70):

◦ Petroflex ind. e Com. S/A: 1996 -11.500; 1997-11.500; 1998-11.500; 1999-12.100; 2000-12.100; 2001-12.500; 2002-12.5000.

◦ Industrias Votorantim S/A: 1996-16.065; 1997-16.065; 1998-16.065; 1999-16.065; 2000-16.065; 2001-16.620; 2002-16.620.

◦ Cimento Mauá S/A: 1996-17.000; 1998-17.000; 1999-17.000; 2000-17.000; 2001-19.500; 2002-19.500.

◦ Cia. Cimento Portland Paraiso: 1996-7.500; 1997-8.600; 1998-8.600; 1999-8.600; 2000-8.600; 2001-9.800; 2002-9.800.

◦ Petróleo Brasileiro S/A-REDUC: 1996-20.000; 1997-20.000; 1998-23.000; 1999-27.000; 2000-27.000; 2001-30.000; 2002-30.000.

◦ Petróleo Brasileiro S/A-TORGUA: 1996-7.500; 1997-7.500; 1998-7.500; 1999-7.500; 2000-7.500; 2001-7.800; 2002-7.800.

◦ Pneumático Michelin Ltda.: 1996-7.200; 1997-7.200; 1998-7.200; 1999-7.200; 2000-7.200; 2001-8.500; 2002-8.500.

◦ Petróleo Brasileiro S/A-DIMAC: 1996-17.530; 1997-17.530; 1998-17.530; 1999-21.910; 2000-21.910; 2001-21.910; 2002-21.910.

◦ Cia. Brasileira de Antibióticos – CIBRAN: 1996-7.000; 1997-7.000; 1998-7.000; 1999-7.000; 2000-7.000; 2001-8.100; 2002-8.100.

◦ Produtos Alim.Fleischmann e Royal Ltda: 1996-5.500; 1997-5.500; 1998-5.600; 1999-5.600; 2000-5.600; 2001-5.800; 2002-5.800.

Observando o ano de 2000 e 2001 a maioria das empresas teria um aumento do consumo entre os anos, o que era resultado dos projetos de expansão da produção de suas indústrias que ficariam prontos e entrariam em operação nesses anos entre 2000 e 2001.

Portanto podemos considerar que as perspectivas de crescimento mercadológicas para a CERJ estatal eram grandes. Mas depois de privatizada a decisão foi por termelétricas. *Termelétricas é a solução mais rápida.* (FRANCO, 1997, p. 23)

A pressa com que a Eletrobrás decidiu, na última semana implementar a criação de uma usina termelétrica de gás natural, com capacidade para 660 megawatts ao custo de US\$ 280 milhões, na região de Macaé, no Norte Fluminense, pegou de surpresa os empresários do setor elétrico, inclusive a Light que fará parte do consórcio escalado pela Eletrobrás para tocar a obra em conjunto com a Cerj e a Escelsa.(...)

Segundo Mauricio, as termelétricas têm dupla vantagem sobre as fontes tradicionais são baratas e podem ser construídas rapidamente. Uma unidade de 80 megawatts sai por cerca de US\$ 40 milhões e pode entrar em operação em até dois anos, diz. (...)

(...)o fato de ter eleito Light, Cerj, e Escelsa para construir a termelétrica está associada a condição de empresas privatizadas e que, portanto, não enfrentam regras como licitação pública e vários avais para a construção. Assim, a Eletrobrás libera o dinheiro a título de empréstimos, participando do projeto, mas pode no futuro, vender sua parte para essas empresas. (...)

A CERJ privatizada participa do consórcio para a construção de novas termoelétricas, financiadas pela Eletrobrás que depois venderá sua parte. Como afirma a reportagem as termelétricas são muitas vantajosas para o capital internacional, porque como afirmou o Engenheiro Fernando Peregrino diretor da COOPETEC/Coppe - UFRJ, no artigo Planejamento Terceirizado, (PEREGRINO, 1998, p. 11): “(...) no seu relatório desconhece a importância do potencial elétrico hidráulico brasileiro ainda não utilizado no país (85%) ao recomendar a utilização de termoeletricidade, o que implicaria em importação de equipamentos.” No ano de 2001, quatro anos depois de privatizada era exatamente esse a situação das usinas hidrelétrica que deveriam ser reativadas diante do crescimento industrial da região do norte fluminense no Relatório da ANEEL. (CPI,2001, F.80):

3. Serviço de Geração

Na fiscalização ocorrida no final de 1997, a Aneel recomendou que a empresa reativasse a UHE de Lajes (Fontes velhas) tendo em vista que a concessão da central fora renovada por 30 anos. Outra recomendação diz respeito à implementação e adequação do parque gerador (construção ou repotenciação) para atender adequadamente ao mercado consumidor em expansão.

Em maio de 2000, os fiscais da Aneel inspecionaram as Usinas Hidrelétricas Fontes Nova, Ilha dos Pombos, Nilo Peçanha e Pereira Passos, afim de analisar os procedimentos de operação e manutenção, vistoria de instalações, acompanhamento dos procedimentos em tempo real e análise de documentos. Nessa fiscalização, foram

emitidas 36 recomendações e quatro não conformidades entre elas a identificação insuficiente de alguns pontos nas instalações das casas de força, a inexistência de plano de segurança da usina e contra as cheias, tratamento inadequado do controle de falhas humanas e inexistência de brigadas de incêndio. A empresa apresentou planos de melhoria e cumpriu todas as determinações da Aneel nos meses seguintes.

Pelo relatório da ANEEL o potencial de geração hidrelétrica estava sendo sucateado enquanto havia opção pela termoeletricidade. A compra de equipamentos importados para construção das termoelétricas, enquanto havia sido feito um plano de aumento de geração de energia pela CERJ pública como foi afirmado anteriormente.

3.5 – INVESTIMENTOS DEPOIS DE PRIVATIZAÇÃO DA CERJ.

A análise dos investimentos pós-privatização é vaga como todas as informações pós-privatização. A CERJ privatizada não apresenta informações onde foram os investimentos, quanto foram os investimentos e de onde foram as fontes dos recursos investidos. Os relatórios da ANEEL mantem e mesma linha de CERJ privatizada. A ANEEL fez relatórios vagos para CPI de 2001 da ALERJ, sem as respostas para essas perguntas como veremos no trecho citado do relatório da ANEEL.

Na CERJ estatal temos informações sobre os investimentos do ano de 1994. Essas informações respondiam todas essas perguntas anteriores: quanto foi o investimento; onde foram os investimentos e de onde vieram os recursos dos investimentos. Essas respostas sumiram com a privatização da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro. Os investimentos foram de R\$ 36 milhões aplicados em projetos de expansão. São os seguintes subprojetos de expansão. (COSTA, 1996, p. 68):

- Subprograma de transmissão: R\$ 1.170.000
- Subprograma de subestações: R\$ 7.711.000
- Subprograma de Distribuição: R\$ 26.101.000
- subprograma de instalações gerais: 1.313.000
- Total: R\$ 36.295.000

Fontes dos recursos:

- Geração interna dos recursos: R\$ 32.126.000

° Contribuição de consumidores: R\$ 3.411.000

° Financiamento: R\$ 758.000

As informações sobre os investimentos da CERJ antes da privatização respondem as perguntas relevantes sobre a distribuição dos investimentos nas atividades da companhia.

Nos investimentos pós-privatização temos o relatório da ANEEL do ano de 2001, onde poderíamos esperar respostas para distribuição dos investimentos da empresa depois de privatizada, no modelo apresentado quando a empresa era uma empresa pública, não encontramos. O relatório é totalmente vago, em muitas frases mais parece um texto de publicidade do que um relatório de uma Agência de Fiscalizadora de uma concessão de serviços públicos. Relatório da ANEEL. (CPI, 2001, F. 77):

Especificamente sobre os investimentos, entre 1997 e 2000, a CERJ investiu R\$ 161 milhões de anuais em média. Apesar desses investimentos serem superiores ao que a empresa aplicava antes da privatização (R\$ 34 milhões anuais médio) precisam ser aumentados para adequada prestação, de serviço. Em 2001, a empresa comprometeu-se a aplicar R\$ 196 milhões em novos equipamentos e instalações. Nos últimos quatro anos esses recursos propiciaram 15 novas subestações, 97 subestações ampliadas, 301 km acrescentados à rede de distribuição e a 10 novas linhas de transmissão, entre outras melhorias. Na área comercial, a empresa terá atendimento especial para comunidades carentes, criará uma Agência Virtual e reformará agências e postos de atendimento, de acordo com as recomendações e determinações da Aneel.

Um relatório dizendo: “Na *área comercial, a empresa terá atendimento especial para consumidores carente, criará um Agencia Virtual e reformará agencias e posto de atendimentos, de acordo com as recomendações e de terminações da Aneel.*” Não demonstra esse texto nenhum respeito para os consumidores, porque esses problemas já estavam presentes desde privatizada e não eram resolvidos pela ANEEL.

Depois da privatização da CERJ o corte de custos foi relevante na área comercial, tendo como referência as reportagens da imprensa sobre a queda da qualidade os serviços que tinham desde 1997, primeiro ano de privatizada e que nunca diminuíram em 1998, 1999, 2000 e 2001.

O problema do relatório da ANEEL, sendo uma agência reguladora é defender que a empresa aumentou investimentos, sem conseguir dizer onde foram esses investimentos, como acontecia antes da privatização da CERJ. A população não recebeu na pratica nenhuma melhoria na qualidade dos serviços. Desde o ano de 1998, quando já haviam sido privatizadas 2 distribuidoras federais a ESCELSA no ano de 1995 e a LIGHT 1996, 1 estadual a CERJ

durante o ano de 1996 e 9 distribuidoras estaduais durante o ano de 1997. Eram de conhecimento de parte da população e dos eleitores, os problemas com investimentos nas companhias privatizada. Os investimentos não aconteceram de acordo com a publicidade da política pública neoliberal.

Mas em 1998, ano de eleição tinha que ser evidenciado na imprensa, para a tentativa da construção de continuidade da hegemonia neoliberal. *Blecautes continuam neste verão*. (BLECAUTES...,1998, p. 15):

BRASÍLIA- Os moradores e veranistas do Estado do Rio de Janeiro atendidos pela Cerj, dos subúrbios da capital, que recebem energia da Light, ou da Baixada Santista, clientes da Eletropaulo, terão de ser conformar em conviver com a falta de luz, pelo menos enquanto durara o calor forte desse verão. A previsão é do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, e foi confirmada pelo presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio.

O aumento do consumo de energia elétrica nas regiões de veraneio, dizem eles, está provocando uma pressão muito forte sobre os equipamentos especialmente no sistema de distribuição. A saída será fazer com que as empresas concessionárias acelerem os investimentos previstos na rede de distribuição de energia elétrica nas áreas críticas. As empresas federais encarregadas da parte da transmissão, também serão chamadas a investir na ampliação de ramais e linhas de abastecimento de energia.

(...) Além das distribuidoras estaduais de energia como a Light e a Cerj, no Rio, também estão convocadas a CEE, do Rio Grande do Sul; CESP, CPFL e Eletropaulo de São Paulo; a Cemat. Do Mato Grosso; Enersul do Mato Grosso do Sul; e as geradoras federais Furnas, Eletrosul e Eletronorte. José Mário Abdo vai discutir com as empresas a antecipação, por parte das empresas, de seus programas de investimentos que possam melhorar o escoamento de energia elétrica produzido pelas geradoras.

Queda de energia - Os representantes de Furnas e do grupo de Coordenação de operações interligadas, da Eletrobrás, garantem que os problemas da falta de energia elétrica não dizem respeito a geração. Segundo Firmino, nos momentos mais críticos de oferta de energia, nos dias 24 3 25 de dezembro, o sistema interligado estava ofertando 42 mil megawatts, para uma demanda de 38 mil no pico.

Tendo como referência o relatório da ANEEL de 2001, na CPI, parece que não houve melhoria nos serviços de distribuição. A evidencia de uma ANEEL figurativa sem condições ou interesse de regular durante a presidência do senhor José Mário Abdo que “*que vai discutir com as empresas a antecipação, por parte das empresas, de seus programas de investimentos que possam melhorar o escoamento de energia elétrica produzido pelas geradoras.*” Nessa reportagem fica demonstrado que a origem dos problemas da população, ou o gargalo econômico, não estavam na geração de eletricidade, mas na distribuição.

Três anos depois em de 2001, tanto no relatório da ANEEL, quanto na própria fala do presidente da CERJ na CPI, ainda se tem o discurso da polarização estatal ruim *versus* melhoria do serviço com privatização, com o vago argumento da palavra investimento.

Na entrevista a deputada estadual do PSDB Alice Tamborindeguy, que foi eleita com a maioria dos seus votos e tendo sido candidata a prefeita pelo município de São Gonçalo, município da área de concessão da CERJ, depois de fazer um discurso sobre a melhoria dos serviços da CERJ pergunta ao presidente (CPI, 2001, p. 20):

A SRA. ALICE TAMBORINDEGUY- Sr. Presidente, o que eu pude observar é que quando a CERJ era uma estatal, faltava absolutamente tudo: transformador, tudo, mínimas peças. A população sofria muito pela falta de energia não tinha a quem recorrer. Eu constatei isso no município de São Gonçalo e depois que a empresa privatizou, realmente a população é mais bem atendida, os escritórios melhoraram, o setor de atendimento. Se bem que muitos ainda reclamam da conta, mas de qualquer acho que houve um avanço. Agora, eu gostaria de perguntar ao Sr. _____ quais as obrigações estabelecidas no contrato de privatizações e se elas foram cumpridas, porque quando a empresa privatizou, ela foi privatizada e a pessoa que assumisse deveria ter umas obrigações. Eu gostaria saber quais foram as obrigações e se elas foram cumpridas.

O SR. – Eu acho que todas as obrigações foram cumpridas.

Com esse discurso de defesa em uma Comissão Parlamentar de Inquéritos, sem considerar, o seu partido o PSDB, a deputada Alice Tamborindeguy está posicionada a favor da privatização da CERJ, tanto que suas poucas perguntas fazem o presidente da CERJ, senhor Javier Monteiro, repetir as mesmas informações do relatório da ANEEL. Em seguida temos a pergunta da deputada Alice Tamborindeguy sobre os investimentos da CERJ. (CPI,2001, p. 22):

A SRA. ALICE TAMBORINDEGUY – Quando o senhor comprou a empresa, desde a privatização até agora, quanto é que de investimento já foi feito para a expansão da rede?

O SR. XAVIER VILAR MONTEIRO – Depois da privatização, os investimentos feitos foi de 645 milhões de reais, aproximadamente quatro vezes o investido durante os últimos quatro anos da administração pública, ou seja, multiplicamos por quatro os investimentos, e a quantidade total é de 645 milhões do ano mil...

O presidente da CERJ manteve a polarização de estatal sem investimentos versus investimentos de depois de privatizada de forma vaga e sem a discriminação que existia quando a CERJ era uma empresa estatal.

3.6. - PERDAS DEPOIS PRIVATIZAÇÃO DA CERJ.

A eletricidade não pode ser armazenada, então com essa característica técnica da geração, transmissão e distribuição da eletricidade, todas as companhias de eletricidade medem seu índice de perda de eletricidade na distribuição. Na geração da eletricidade ou na compra da eletricidade até a distribuição há um percentual de eletricidade perdida que é contabilizado como prejuízo, logo o objetivo de todas as distribuidoras é diminuir essa perda de eletricidade.

Essa diminuição da perda acontece, em primeiro lugar, com um trabalho de diminuição do desperdício, no setor de operação com investimento em equipamentos e no setor de manutenção. Em segundo lugar, com a diminuição da fraude para furto de eletricidade.

A CERJ próxima a privatização apresentava índices altos de perdas comparadas as outras companhia do sudeste, o que se tornou uma argumento muito forte dos privatistas para argumenta que seriam necessários muitos investimentos para diminuição da perda, como afirma: “*É esse um ponto indiscutivelmente desfavorável que constitui um desafio para nova administração*”(COSTA, 1996, p. 54):

- ° CPFL - 6,23 % de perdas.
- ° ELETROPAULO – 7,41 % de perdas.
- ° CEMIG – 9,46 % de perdas.
- ° ESCELSA – 9,80% de perdas.
- ° LIGHT – 12,70 % de perdas.
- ° CERJ – 25,00% de perdas.

Alisando os anos anteriores observamos que a CERJ não tinha esse histórico de 25% de perdas. As perdas aumentavam ao mesmo tempo em que aumentava a distribuição da CERJ, que sendo uma empresa pública cumpria sua função social de democratizar a eletrificação para

a população do Estado do Rio de Janeiro. Acreditamos que a prioridade da CERJ nessa condição de empresa pública, seria ampliar a distribuição e depois diminuir as perdas.

Nossa pesquisa indica que depois de privatizada a CERJ diminui a incorporação de segmentos do mercado excluídos para investir na diminuição das perdas. Essa tendência em investimentos para diminuir as perdas passam a ser prioridades desde 1995, ano da administração que preparava a empresa para privatização. *“Neste ano, foram iniciados investimentos para compra de 114.000 medidores, instalação de bancos capacitores e outros com o objetivo de conter tais perdas que em 1994, atingiram índices de 25%, proveniente do transporte e fraude. (COSTA, 1996, p.54)*

Temos o a evolução do mercado de 1980, ano de fundação da CERJ a 1994, quando começou a administração da companhia para a privatização. E a evolução dos índices de perdas de 1980 até 1994, foram acompanhados de um aumento da distribuição. (CERJ. Apud. COSTA, p.53):

- ° A CERJ em 1980 vendeu 2.787.118 Mwh com perda de 11,30 %.
- ° A CERJ em 1985 vendeu 3.726.113 Mwh com perda de 13,00 %.
- ° A CERJ em 1990 vendeu 4.540.220 com perda de 16,40%.
- ° A CERJ em 1994 vendeu 4.988.522 com perda de 25,10%.

Outras características do furto é a responsabilização e a criminalização da população dos bairros pobres da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro feita na publicidade e na imprensa. O furto de energia acontece em todos os grupos de consumidores, mas essas classes sociais eram inclusive responsabilizadas pelo aumento das tarifas porque dariam prejuízos a CERJ de R\$ 10 milhões por mês. Nos parece que todo o prejuízo com desperdício e furto de energia da CERJ privatizada foi colocada na responsabilidade das ligações clandestinas ou os “gatos” popularmente chamados. Como no exemplo da reportagem: *Cerj é vítima de ‘gatos’*. (ROCHA, 1997, p. 04).

3.7 – O LUCRO DEPOIS DA PRIVATIZAÇÃO DA CERJ.

Para estabelecer os custos de um serviço de distribuição de eletricidade temos os principais itens componentes da tarifa. (COSTA, 1996, p. 35):

- ° Pessoal.
- ° Material.
- ° Energia comprada.
- ° Imposto.
- ° Depreciação e amortização.
- ° Remuneração do investimento.

Para estudo de mercados e para estabelecer o preço do serviço de distribuição os consumidores de energia elétrica são divididos em grupos. São eles residencial, industrial, comercial, rural, iluminação pública, poder público, como demonstramos anteriormente.

Com exceção dos consumidores industriais, todos os outros grupos de consumidores têm uma tarifa monômnia, que é a tarifa que apresenta apenas o componente de energia expressa em KWh.

Os consumidores industriais têm o direito de fazerem um contrato com a concessionária para um produto dentro das suas necessidades específicas de produção. A tarifa então é binômnia que é um preço para a demanda em KW e um preço para o consumo em Kwh.

Após as privatizações o aumento das tarifas estava criando um problema para os neoliberais e suas políticas públicas de privatizações, ainda no ano de 1997 no mês de maio. *Empresas privadas de energia têm aumento acima da inflação. Medida atinge o estado do Rio de Janeiro. No ano, reajuste já atinge os 17%. (EMPRESAS..., 1997, p.20):*

Brasília – Má notícia para os moradores do estado do Rio. O ministro da Fazenda Pedro Malan, autorizou, ontem, reajuste de 4% na tarifa de energia elétrica cobrada pela Light e pela Companhia do estado do Rio de Janeiro (Cerj). Em nova Friburgo, o aumento da energia, fornecida pela Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo será de 7,05%. No ano, os reajustes das duas empresas variam de 10% a 17%, bem superiores à inflação de 7% projetada pelo governo para este ano.

Em nota oficial distribuída ontem, o ministro da Fazenda informou que, em agosto, ocorrerão novos reajustes. Nesse mês, a Light elevará sua tarifa em 5,86% e a Cerj em 4,70%.

No caso da Cerj este será o segundo aumento de energia em apenas quatro meses – o último aconteceu em janeiro. Nesse período a luz subiu 12,06% bem acima da inflação de 7% projetada pelo próprio governo para este ano. Como a energia fornecida pela Cerj aumentará novamente em agosto, dessa vez em 4,7%. O reajuste acumulado no ano passará para 17,33%.

Jornal do Brasil tenta no editorial justificar os aumentos para não prejudicar a política de continuidade das privatizações do setor elétrico. *Estado de Choque*. (ESTADO..., 1997, p. 08):

O consumidor carioca de classe média, mal refeito do aumento da conta do telefone e do salto para 15% na taxa do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cobrado na abertura de novos empréstimos bancários, acaba de ser brindado com o reajuste de 5,76% na conta da Light e de 4,70% na da Cerj, em decorrência do aumento de 13,5% na tarifa de energia elétrica fornecida por Furnas.

Antes que o cidadão – cujo orçamento ficou prensado pelos preços públicos – desabafe seu inconformismo contra o governo ou contra a privatização, por impulso natural, convém examinar mais afundo as razões pelas quais o governo teve de recorrer ao reajuste de tarifas para melhorar as contas do setor público. (...)

(...)Em outras palavras a exasperante demora do ajuste de contas do setor público tem impedido o Estado de abreviar o peso da sua ineficiência para a sociedade. Isso ocorre devido ao atraso do congresso na aprovação das reformas administrativas, previdenciária, tributária, bem como da nova regulamentação dos mercados de telefonia, energia elétrica e combustíveis, após o fim do monopólio estatal nestas três áreas.

A questão da energia elétrica é o maior exemplo. Os problemas não estão na ponta do sistema de distribuição, onde houve três privatizações; Excelsa (ES) e Cerj e Light, no estado do Rio. No Sudeste, maior região consumidora, a causa é a incapacidade de aumento de geração de energia pelas hidrelétricas estatais (como Itaipu) e nos sistemas de distribuição (nas mãos de Furnas). Como o Estado brasileiro o sistema Eletrobrás está falido há anos, mas a delonga parlamentar na liberalização do mercado impediu que o setor privado modernizasse o sistema para evitar blecautes ou choques com os aumentos das contas de luz. Diante disso, o cidadão vem pagando um preço dobrado pelo atraso no ajuste fiscal, na condição de consumidor e na condição de contribuinte.

No editorial é destacada a argumentação que o problema ainda é o setor público agora responsabilizando as hidrelétricas estatais, Furnas na distribuição e toda a Eletrobrás. A defesa das privatizações é importante porque ainda em 1997, a começando em julho serão privatizadas até dezembro 9 distribuidoras estaduais, ou seja, em cinco meses. Repetindo a constante nas privatizações de rapidez sem debate público, amparado na argumentação de falência do estado e futura modernização que chegaria com o setor privado assumindo as concessionárias estatais de distribuição de eletricidade.

Porem todo os motivos para os aumentos estavam nos contratos assinados pelas concessionárias, que eram extremamente favoráveis a solicitação desses aumentos para

ANEEL. A ANEEL durante a gestão do senhor José Mario Abdo, indicado pelo PFL para a função, parece sempre bastante solícita para autorizar aumentos e não tanto disposta para exigir melhorias na qualidade dos serviços como serviços. Foi o que encontramos anteriormente sobre os investimentos no ano de 1998, que precisavam serem feitos para viabilizar alguma argumentação favorável para a continuidade do projeto neoliberal nas eleições do mesmo ano.

No entanto até o ano de 2001 a situação não tinha mudado com os aumentos abusivos acima da inflação, como o engenheiro Olímpio explica na CPI os motivos estavam no contrato e na relação entre as concessionárias e a ANEEL. Com isso a lucratividade da CERJ privatizada era muito favorável todos os anos. Esse fato o editorial do Jornal do Brasil não considerou nas argumentações de defesa das privatizações. (CPI,2001, p.26):

O SR. CHICO ALENCAR – toda essa política da empresa é para conter gastos, melhorar o que eles chamam de saúde financeira da empresa. Isso implicou em redução de tarifas, congelamento de tarifas, ou em havendo reajuste, você tem informações de quanto foi esse reajuste?

O SR _____ - Olha, tenho aqui os dados do trabalho do professor _____(?). O professor _____(?) dá aula na Escola de Engenharia da USP, em São Paulo. O que tenho aqui de dados é o seguinte. É o trabalho dele, mas isso aqui eu levantei, está certo? o trabalho que tenho aqui é o seguinte: no caso da CERJ, houve um aumento de tarifa de 108% nesse período. No caso da LIGHT, que estava aqui, foi de 76%. Dados que tenho do Professor _____(?). Aqui está, basicamente, residencial, está certo? (...) Bom, está aqui outra folha, mas aqui está, vamos dizer o aumento para consumidores residenciais, aumento de tarifa. Isso ocorreu por quê? Porque no contrato de privatização duas coisas eram possíveis, está certo? ou melhor são possíveis: aumento anual pela inflação, pelo IGPM, e também aumento sempre que ocorrer o que eles chamam de desequilíbrio econômico da concessão.

Então como ele falou aqui, ainda há pouco, se há aumento de gasolina, a empresa vai, pede aumento para a ANEEL, a ANEEL concede. Se há, aumento, vamos dizer de variação no câmbio, eles vão lá. Pedem aumento e conseguem, também. Como agora: agora eles estão reclamando que, por conta do apagão, vão ter prejuízos. Eles podem pelo contrato que foi feito, chegar lá e pedir aumento. Pois é, aí, tudo bem. A ANEEL pode chegar, pode negar ou pode dar. Mas, como estamos aqui no Brasil, ...

O senhor Javier perguntado pelo deputado Jamil Haddad, do PSB diz o faturamento mensal da CERJ privatizada. (CPI,2001, p.23-24):

O SR. JAMIL HADDAD – faço duas perguntas primeiro: Qual o faturamento aproximado mensal da CERJ?

O SR. XAVIER VILAR MONTEIRO – 150 milhões de reais mensais.

O lucro mensal da CERJ, segundo Javier é de 150 milhões. Fazendo um cálculo anual, são 1 bilhão e oitocentos milhões de reais por ano. Em 2001 o dólar teve a menor cotação em janeiro em R\$ 1,94 e a maior cotação em outubro em R\$ 2,77.

Considerações Finais

Nos três capítulos do nosso trabalho tratamos o neoliberalismo e a sua política pública de privatização, iniciada na década de 1990 do século XX, sobre o setor de energia elétrica no Brasil. Nosso estudo de caso da Companhia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro – CERJ foi com multidisciplinaridade, sempre em maior ou menor grau com suas interações técnicas, econômicas, sociais, políticas e ideológicas, por causa da relação entre o tamanho do nosso trabalho e as complexidades do setor energético, no nosso caso o de eletricidade, dentro do neoliberalismo em um país da periferia do capitalismo, mesmo que industrializado, como o Brasil.

Durante a nossa redemocratização, com nossas lutas históricas e os nossos movimentos sociais promulga-se uma Constituição em 1988, que seria um obstáculo para as forças neoliberais do capital internacional que se hegemonizava no mundo inteiro através das instituições internacionais Fundo Monetário Internacional- FMI, Banco Mundial, Organização Internacional do Comércio – OMC. Portanto uma das tarefas políticas dos governos neoliberais de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso é violentamente desmonta-la para acabar com os impedimentos as políticas públicas do neoliberalismo e ao capital internacional.

Entramos então no histórico setor elétrico brasileiro, junto com todo o debate estratégico para o Brasil que foi o da energia elétrica durante anos na nossa urbanização, durante a primeira república com o capital internacional e na nossa industrialização no Estado Novo, que construiu as regras para a ampliação do setor que aconteceria a partir das décadas de 1950 e 1963 com a criação da Eletrobrás no governo de João Goulart.

Considerando as transformações da fase neoliberal em muitas áreas do Brasil e os seus impactos sobre os setor elétrico brasileiro, optamos por um estudo de caso da privatização de uma companhia distribuidora de eletricidade do Estado do Rio de Janeiro, a CERJ, porque consideramos o envolvimento de muitas questões para tratar o tema da energia, com ênfase na eletricidade e seus impactos sociais, sendo uma empresa pública passando para uma empresa privada, controlada por uma grupo internacional do setor elétrico que constrói monopólio na América do Sul.

Demonstramos as articulações internacionais para privatizar a estatal do Estado do Rio de Janeiro, que aconteceu em um Programa de Desestatização do Estado – PED, incentivado pelo governo federal atrelando-o a adiantamentos de recurso do BNDES, tendo a privatização das Estatais como garantia dos empréstimos. Entre os anos de 1996 e 2000 foram privatizadas

no Brasil 22 empresas de distribuição ou geração de energia elétricas, sendo em torno de 15 empresas compradas por empresas de energia elétrica concorrentes no mercado internacional. A CERJ foi construída dentro de um processo de centralização de um setor elétricos no Estado do Rio de Janeiro completamente fragmentado, com o objetivo desde da sua fundação de cumprir a sua função social de empresa pública no aumento da eletrificação dos setores excluído desses serviços, que quando tendo seu direito a eletricidade atendido, aumenta a qualidade de vida das pessoas, ou em outras palavras dos seus consumidores.

Analisamos os impactos sociais da privatização. Com algumas projeções feitas durante a CERJ estatal, no ano de 1994,19995; as fontes da CPI de 2001 e as do Jornal do Brasil na nossa amostra da imprensa. Consideramos que a maior consequência foi a diminuição das condições de planejamento econômico para o Estado do Rio de Janeiro, por não ter uma distribuidora de energia sobre sua administração, sendo as fontes de energias fundamentais no capitalismo.

No ano de 1996, a CERJ é adquirida pelas empresas Chielectra como maior acionista, Endesa da Espanha e EDP de Portugal. Em 1997 a Chielectra passa a ser controlada pela Endesa da Espanha. Em 2004, a CERJ passa a se chamar Ampla e continuava a controlada pelo grupo espanhol Endesa.

Em 2007, a Endesa é comprada pela Ente Nazionale per l'Energia Elettrica- ENEL, quinta maior empresa de energia elétrica do mundo. Uma empresa controlada pelo Ministério Italiano de Economia e Finanças com 21 % de suas ações, portanto uma empresa pública e com capital fragmentado o maior acionista tem 21 % das ações. Em 2016, passa a se chamar ENEL, agora sobre o controle do grupo italiano com o mesmo nome de ENEL. Então temos sobre controle da ENEL Brasil, funda em 2005 as seguintes empresas: Enel distribuidora Ceará; Enel distribuidora Goiás; Enel distribuidora Rio; Enel distribuidora São Paulo; Enel Green Power; Enel Geração Fortaleza; Endesa Cachoeira; Endesa Cien; Enel X. A ENEL que atua em mais de trinta países, no ano de

2018 comprou 75 % de ações da Eletropaulo e acrescenta 7 milhões de consumidores brasileiros a seus 65 milhões no mundo todo.

Referências bibliográficas.

ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatizações nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de doutorado em história. UFF. Niterói, 2010.

_____. *PND e PED: agentes e agências na construção da hegemonia do projeto privatista (1964-1974)*. In: Ensaio de história econômica-social século XIX e XX, Niterói: Eduff, 2012

ARÊAS, João Braga. *Batalhas do Globo (1989-2002): O Neoliberalismo em questão*. Tese de doutorado em história. UFF. Niterói, 2012.

BEZERRA, Janaína da Silva. *O processo de privatização da SAELPA*. Dissertação de mestrado em história. UFF. Niterói, 2014.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado. Um balanço do desmonte do Estado*. Editora Geração. São Paulo, 2014.

BRANDÃO, Rafael Vaz Motta. *Mundialização financeira e internacionalização do sistema bancário brasileiro*. In: Ensaio de história econômico-social: século XIX e XX. Eduff. Niterói, 2012.

_____. *Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. Tese de doutorado em história. UFF. Niterói, 2013.

CARTOCE, Raquel Elisa. *O milagre anunciado: publicidade e a Ditadura Militar Brasileira (1968-1973)*. Dissertação de mestrado em história. USP. São Paulo, 2017.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *A CERJ e a história da energia elétrica no Rio de Janeiro*. Centro da memória da eletricidade no Brasil - Memória da eletricidade – coordenadoria de Pesquisa. Rio de Janeiro, 1993.

CHRISTO, Dirce Cristina de. *Evolução do desemprego no Brasil de 1995 a 2010. Análise do governo FHC e Lula*. Monografia de graduação em economia. UFRS. Porto Alegre, 2013.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Editora Intertexto/oficina do autor. Niterói/Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, Gislene de Menezes. *Avaliação econômica e financeira face a um processo de privatização: estudo do caso da CERJ*. Série Estudos Econômico Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

DREIFUSS, René. *A internacional capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. E&T. Rio de Janeiro, 1987.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Vol. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Cartas do Cárcere*. Trad. Noênio Spínola. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1966.

HANSEN, Claudia Regina Salgado de Oliveira. *Eletricidade no Brasil da Primeira República. A CBEE e os Guinle no Distrito Federal (1914-1923)*. Tese de doutorado. UFF. Niterói, 2012

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. Companhia das Letras. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, 2001.

HONORATO, Cezar. *Império e imperialismo: a propósito da las privatizaciones del sector eléctrico en Brasil*. In: revista Marx vive n° 15. Bogotá, 2002.

_____. *Breve ensaio acerca das políticas públicas de privatização no Brasil recente*. In: Ensaios de história econômico-social século XIX e XX. Eduff. Niterói, 2012.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2015.

MEDEIROS, Reginaldo Almeida de. *O capital privado na reestruturação do setor elétrico brasileiro*. Dissertação de mestrado em engenharia elétrica. COOPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.

RIBEIRO, Luiz Claudio Moisés. *O Casamento das elétricas capixabas. Um estudo da história da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. 1951-1968*. Tese de doutorado em história UFF. Niterói, 2003.

ROSA, Luiz Pinguelli; TOMASQIM, Mauricio Tiomo. *O Estado do Rio de Janeiro e a Privatização do Setor Elétrico*. Centro de Estudos de Energia. ENERGE. Rio de Janeiro, 1996.

SADER, Emir. *A construção da hegemonia pós-neoliberal*. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. (Org.) Emir Sader – São Paulo – SP: Editora Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: O indispensável partido Neoliberal. (1989-2002)*. Tese de doutorado. UFF/UNIOESTE. Niterói, 2005.

SINGER, Paul. *A economia brasileira depois de 1964*. In: A crise do milagre. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomo. *Novo modelo do Setor Elétrico Brasileiro*. EPE- Empresa de Pesquisa Energética-Brasília. Synergia. Rio de Janeiro, 2011.

VARGAS, Carlos César Ferreira. *Desenvolvimento da Áreas de Marketing da Companhia de eletricidade do rio de Janeiro – CERJ – na sua etapa pós-privatização*. Dissertação de mestrado em administração. Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2001.

VISENTINI, Georgine Simões. *Reforma do Estado no Brasil (1995-1998): O Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado*. Dissertação de mestrado em ciência política. UFRGS. Porto Alegre, 2006.

I – Documentos oficiais:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização de textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 3º Ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, p. 7.103, 13 abr. 1990. Seção I.

BRASIL. Medida provisória nº 434, de fevereiro de 1994. Dispõe sobre o Programa Nacional de Estabilidade Econômica, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, p. 2.770, 28 fev. 1994. Seção I.

BRASIL. *Presidência da República*. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF: Câmara da Reforma do Estado. 1995.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Governo do Estado do Rio de Janeiro*. Lei nº 2470/95. Institui o Programa Estadual de Desestatização – PED, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 28 nov. 1995.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*. Resolução nº 518, de 07 de março de 2001. Cria a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001.

II – Matérias jornalísticas:

PRIVATIZAÇÃO evitará gastos de 1,5. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1995. Caderno Cidade, p. 20.

OS meios e os fins. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1995. Editorial, p. 08.

ALENCAR, Marcello. Reforma, privatização e desenvolvimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1995. Caderno Opinião, p. 09.

SCHLEGEL, Daniela. Rio vota hoje a desestatização. Marcello prevê vitória, mas líderes hesitam em dar carta branca ao governador. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 nov. de 1995. Caderno Política, p.06.

RESISTÊNCIA até no PFL. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1995. Caderno Política, p. 06.

PRIVATIZAÇÃO tumultua a Assembleia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1995, p. 01.

AS cercanias da Assembleia Legislativa assistiram ontem a mais uma encenação do atraso e do corporativismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1995, p. 01.

ESTERTORES do atraso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1995. Editorial, p. 08.

PANCADADRIA na porta da assembleia. Centenas de manifestantes enfrentaram a PM e plano de desestatização é aprovado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1995. Caderno Política, p.10.

CORDEIRO, Renato. Linha de trem levará o metrô até a baixada. A expansão do sistema prevê a construção de um terminal rodoviário integrado e de um shopping center em São João de Meriti. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 jan. 1996. Caderno Cidade, p. 14.

MARCELLO demite 10 mil hoje. Para reduzir 20 % da folha de pagamento, o estado dispensará servidor contratado irregularmente nos últimos governos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1996. P. 01.

REDE de poder move o Proderj. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1996. Caderno Cidade, p. 18.

EMPRÉSTIMO para a reforma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1996. Caderno Cidade, p. 18.

COMO é e quanto custa a máquina do Estado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1996. Caderno Cidade, p. 18.

LIGHTPAR é incluída na lista de privatizações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1996. Caderno Negócios & finanças, p. 16.

BARROS, Guilherme. Interesse. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1996. Caderno Negócio & finanças. Informe econômico, p. 15.

BARROS, Guilherme. Agora vai. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1996. Caderno Negócios & finanças. Informe econômico, p.03.

ESTADO inicia processo de privatização da Cerj. Grupo faz auditoria para definir o valor da empresa que irá a leilão em setembro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1996. Caderno Niterói, p. 05.

BARROS, Guilherme. Cerj será vendida para operadores, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1996. Cadernos Negócios & finanças. Informe econômico, p. 17.

DANUZA. Em busca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 jul. 1996. Caderno B, p. 03.

DIAS, Maurício. Monopólio privado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 jul. 1996. Caderno Política. Informe JB, p. 06.

BARROS, Guilherme. Privatização. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1996. Caderno Negócios & finanças. Informe econômico, p.17.

DANUZA, Ufa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 17 jul. 1996. Caderno B, p. 03.

BARROS, Guilherme. Cerj. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1996. Caderno Negócios & finanças. Informe econômico, p. 19.

DIAS, Maurício. Custo Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1996. Caderno Política. Informe JB, p. 06.

DIAS, Maurício. Dia do leilão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1996. Caderno Política. Informe JB, p. 06.

TRÊS grupos disputam a Cerj no leilão de hoje. Empresa inaugura programa de privatização. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1996. Caderno Negócio & finanças, p. 23.

DIAS, Mauricio. Luz acesa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1996. Caderno Política. Informe JB, p. 06.

GOULART, Gabriela; THOMPSON, Fernando. Chilenos compram a Cerj. Consórcio liderado pela Chilectra arrematou a empresa por R\$ 605 milhões e anunciou investimentos de US\$ 500 milhões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1996. Caderno Negócios & finanças, p. 17.

BLECAUTE cria confusão em nove cidades. Curto-circuito na subestação de Furnas provoca acidentes em Niterói, que ficou as escuras por mais de duas horas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 fev. 1997. Caderno Cidade Niterói, p. 26.

ROCHA, Viviane. Cerj é vítima de 'gatos'. Ligações clandestinas de energia, estão até em postes em frente ao prédio da companhia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 abr. 1997. Caderno Cidade - Niterói, p.4.

EMPRESAS privadas de energia têm aumento acima da inflação. Medida atinge o Estado do Rio de Janeiro. No ano, reajuste já atinge 17 %. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1997. Caderno negócios & finanças, p. 20.

ESTADO de Choque. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1997. Editorial, p. 08.

FRANCO, Carlos. Termelétrica é a solução mais rápida. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 mai. 1997. Caderno Economia, p.23.

CLEMENTE, Isabel. Cerj investirá R\$ 150 milhões ainda em 97. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1997. Caderno Especial: Energia, p. 04.

PRADA, Paulo. Endesa da Espanha compra empresa chilena. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 ago. 1997, p. 10.

BLECAUTES continuam neste verão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 jan. 1998. Caderno Economia, p. 15.

MOTTA diz que Light e Cerj envergonham a privatização. Ministro da Comunicação sugere multa de R\$ 50 milhões às duas empresas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1998, p. 01.

MARCELLO faz ameaças a Light e a Cerj. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 fev. 1998, p.01

MARCELLO ameaça levar light à justiça. Governo diz que se a distribuição não melhorar lutará nos tribunais para revogar a concessão dos serviços a particulares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 fev. 1998. Caderno Cidade, p. 23.

ALENCAR, Marcelo. Quanto melhor, melhor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1998. Caderno Opinião, p. 11.

GAROTINHO reassume liderança. Prefeito de Campos tem 30 % das intenções de voto, contra 23 % de Cesar Maia e 12 % de Marcello Alencar e venceria também no 2º turno. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1998. Caderno de Política, p.06.

PEREGRINO, Fernando. Planejamento terceirizado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 jul. 1998. Caderno Opinião, p.11.

KRESCH, Daniela. Importação de executivos. Novos donos da Cerj trouxeram seriedade e modernidade. ‘Gringos’ dão mais energia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 de jul. 1998. Caderno Economia, p. 24.

DIAS, Maurício. PFL e a Light. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1998. Caderno Brasil. Informe JB, p. 06.